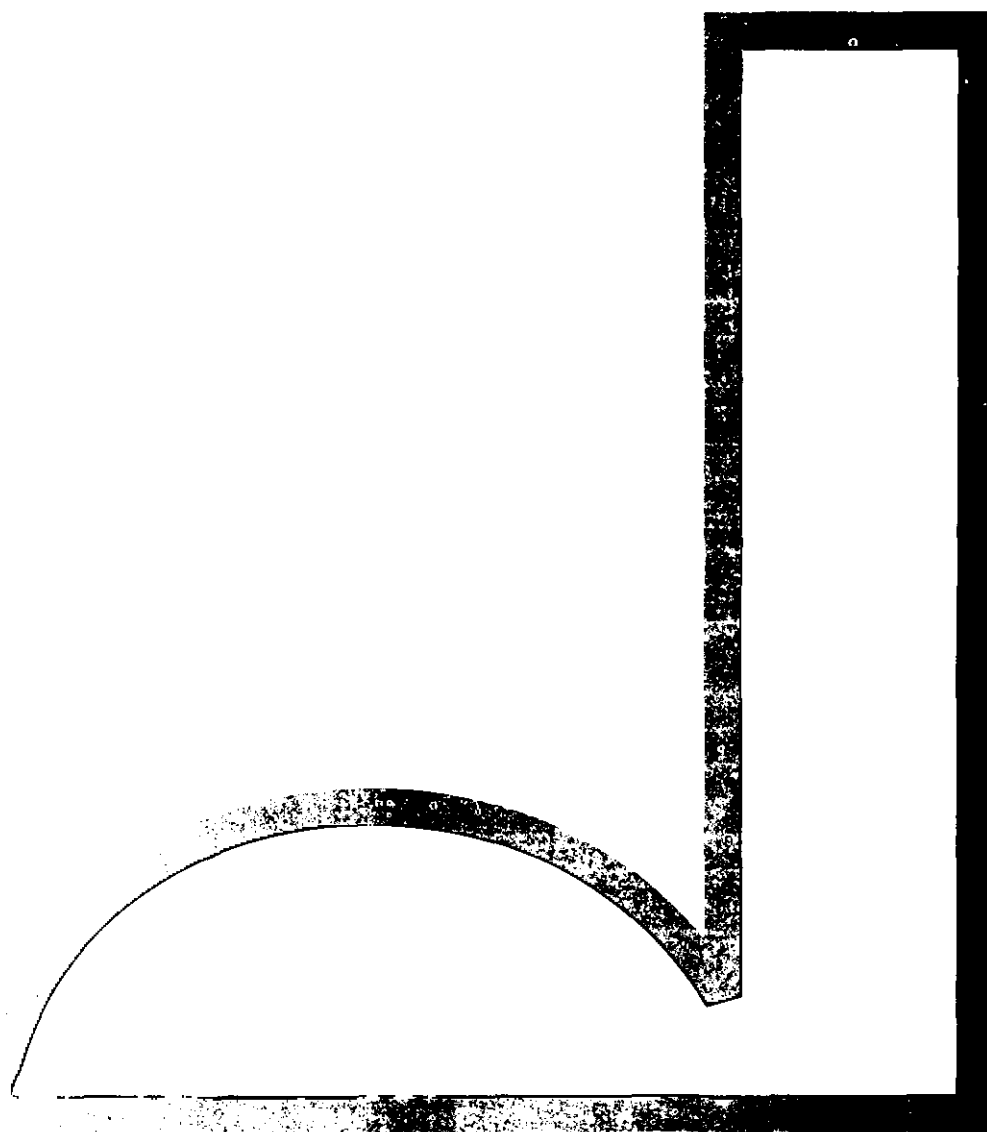




República Federativa do Brasil



PLANO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Helôisa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A SER REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO PRÓXIMO, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO PLANO PLURIANUAL E DE VETOS PRESIDENCIAIS.

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 - ATA DA 76ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE JUNHO DE 2000

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Presidente da República

Nº 515, de 2000-CN (nº 796/2000, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 3, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$30.400.000,00 (trinta milhões e quatrocentos mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 12750

Nº 516, de 2000-CN (nº 802/2000, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 4, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$69.600.000,00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil reais),

para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 12761

1.2.2 - Pareceres

Nºs 608, 609 e 610, de 2000, das Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000 (nº 1.617/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. 12770

Nºs 611 e 612, de 2000, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000-Complementar (nº 113/2000-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal,

por aplicação do disposto do parágrafo único do seu art. 22.....

12798

Nº 613, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999—Complementar, de autoria do Senador Ademir Andrade, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária (em virtude da aprovação do Requerimento nº 643, de 1999).....

12805

Nº 614, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.....

12806

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 3 e 4, de 2000—CN, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente.....

12807

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 324, de 2000, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de aplausos e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que ontem sagrou-se bicampeão do torneio Roland Garros, na França, alcançando a posição de número um no tênis mundial. Será votado na sessão deliberativa ordinária de amanhã, tendo usado da palavra o Senador Maguito Vilela.....

12807

1.2.5 – Ofícios

S/Nºs/2000, de 12 do corrente, de Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.951-25, 1.954-26, 1.981-47 e 1.995-78, de 2000.....

12809

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Análise de estudo do IPEA sobre avanços do Governo na área de educação, ressaltando que a criação do Fundef e a implantação dos programas voltados para o ensino médio.....

12809

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com a pobreza crescente do interior da Amazônia, tendo em vista o esgotamento do processo histórico do extrativismo vegetal, o que a torna presa fácil do narcotráfico, conforme matéria do jornal *O Globo*, de ontem.....

12813

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Congratulações ao Estado de Santa Catarina

pela vitória de Guga no torneio de Roland Garros, na França. Crise de credibilidade do nosso futebol, devido aos inúmeros interesses envolvidos nesse esporte.....

12813

SENADOR NABOR JÚNIOR – Alerta para o crescimento alarmante da malária na região Amazônica.....

12817

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apelo para celeridade na apreciação do Projeto de Decreto Legislativo, de autoria de S. Exa., que convoca plebiscito para privatização das hidroelétricas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

12818

SENADOR PEDRO SIMON – Aplausos pela vitória do tenista Gustavo Kuerten. Considerações sobre o pedido de prisão do banqueiro Salvatore Cacciolla e do ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes.....

12822

SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre as proposições que tramitam no Congresso Nacional referentes aos recursos da biodiversidade.....

12826

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da proposta para mudanças no processo de elaboração e execução orçamentária.....

12827

SENADOR RENAN CALHEIROS – Apelo à Caixa Econômica Federal para que cesse os despejos nos conjuntos habitacionais humildes. Apoio à manutenção da geração pública de energia elétrica.....

12829

SENADOR LAURO CAMPOS – Reflexão sobre os aspectos históricos do papel-moeda e suas funções culturais e econômicas.....

12831

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre o posicionamento do Governo brasileiro frente ao processo eleitoral peruano. Leitura de Moção a ser deliberada em todas as convenções municipais do Brasil.....

12834

SENADOR JONAS PINHEIRO – Comentários sobre as últimas medidas tomadas pelo Governo Federal junto ao setor sucroalcooleiro.....

12837

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 325, de 2000, de autoria dos Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vilela, homem de grande liderança social na cidade de Jataí, Goiás. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Iris Rezende e Antonio Carlos Magalhães.....

12838

Nº 326, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À Mesa para decisão.....

12839

Nº 327, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. À Mesa para decisão. 12840

Nº 328, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. À Mesa para decisão. 12840

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 57, de 2000, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões. À publicação. 12841

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 12841

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. 12842

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 57, de 2000, lido anteriormente. 12866

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Justificativas ao requerimento de informações ao Ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, sobre o andamento e os termos do acordo que autoriza barcos europeus a pescarem em águas brasileiras. 12866

1.2.11 – Comunicações da Presidência ...

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 12869

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação de reunião a realizar-se dia 14 de junho, quarta-feira, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do parecer do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 2, de 1999. 12871

3 – EMENDAS

Nºs 13 e 14, adicionadas à Medida Provisória nº 1.963-19, de 2000. (Republicação) 12872

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 76ª Sessão Não Deliberativa, Ordinária, em 12 de junho de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Nabor Júnior
Mozarildo Cavalcanti, Iris Rezende e Álvaro Dias*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 515, DE 2000

(Nº 796/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Exaelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 30.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

Brasília, 8 de junho de 2000.

Fernando Henrique Cardoso

EM nº 131 /MP

Brasília, 6 de junho de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 30.400.000,00 (trinta milhões e quatrocentos mil reais), em favor do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

2. Os recursos solicitados serão alocados nos orçamentos das unidades abaixo discriminadas:

Unidades	Valor (R\$ mil)
- Administração direta	4.900
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	25.500

3. O pleito apresentado pela Administração direta objetiva o atendimento de gastos com a sua própria manutenção, compreendendo reforma das esquadrias, das instalações hidráulicas, elétricas e demais despesas do Órgão, bem como as ações de valorização e concessão de benefícios aos servidores públicos, assistência médica e odontológica, auxílio transporte e alimentação.

4. O reforço de dotações previsto para o Ibama, visa permitir a implementação das seguintes ações-fim:

- Gestão e Manejo de Unidades de Conservação, com a finalidade de realizar despesas com demarcação de terras, construção de portarias, centros de visitantes, trilhas, sinalização e elaboração de planos de manejo das mesmas;
- Uso Múltiplo dos Recursos das Florestas Nacionais, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e o manejo da atividade florestal de forma sustentável, ecológica e econômica.

5. No que se refere à atividade florestal, os recursos propostos, além de incrementar a conservação das florestas nacionais e os projetos de reposição florestal, deverão viabilizar a supervisão e a vistoria de aproximadamente 4 milhões de hectares de floresta.

6. Os recursos para o atendimento do presente crédito serão provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), e do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme demonstrado no quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO - 2000).

7. A abertura do crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da presente solicitação, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente



MARTUS TAVARES
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 131, DE 06 / 06 /00.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de recursos orçamentários adicionais para atender a despesas com a manutenção, a concessão de benefícios aos servidores públicos da Administração direta do MMA e com a execução de ações-fim do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000).

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos:

R\$ 30.400.000,00 (trinta milhões e quatrocentos mil reais), provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), e de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

5. Conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Não se aplica.

6. Razões que justificam a urgência:**7. Impacto sobre o meio ambiente:**

Positivo, conservando parcialmente as florestas nacionais.

8. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual

Texto proposto

9. Síntese do parecer do órgão jurídico:

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2000-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 30.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 30.400.000,00 (trinta milhões e quatrocentos mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), conforme Anexo II desta Lei; e

II - excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de _____ de 2000.

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0100	ASSISTENCIA AO TRABALHADOR						552.000
	ATIVIDADES						
18 301	0100 2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						420.000
18 301	0100 2004 0157 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3-00C	90	0	100	420.000
18 306	0100 2012 AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						55.000
18 306	0100 2012 0215 AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-00C	90	0	100	55.000
18 831	0100 2011 AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						77.000
18 831	0100 2011 0231 AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3-00C	90	0	100	77.000

0750 APOIO ADMINISTRATIVO							3.827.000
		ATIVIDADES					
18 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS					1.472.000
18 122	0750 2000 0245	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
			F	4-INV	90	0	100
							200.000
18 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS					1.290.000
18 122	0750 2002 0175	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
							1.290.000
18 126	0750 2003	ACOES DE INFORMATICA					1.106.000
18 126	0750 2003 0105	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
			F	4-INV	90	0	100
							905.000
							200.000
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO							400.000
		ATIVIDADES					
18 181	0752 2017	COMUNICACAO DE GOVERNO					400.000
18 181	0752 2017 0030	COMUNICACAO DE GOVERNO - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
							400.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO							121.000
		ATIVIDADES					
18 126	0791 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO					121.000
18 126	0791 4572 0081	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
		SERVIDOR CAPACITADO (UNIDADE) 118					121.000
TOTAL - FISCAL							4.480.000
TOTAL - SEGURIDADE							480.000
TOTAL - GERAL							4.960.000

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0499 PARQUES DO BRASIL							17.000.000
	ATIVIDADES						
18 841	0499 2988	GESTAO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVACAO					17.000.000
18 841	0499 2988 0003	GESTAO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVACAO - NACIONAL	F	3-ODC	90	0	100
		UNIDADE MANTIDA (UNIDADE) 18	F	3-ODC	90	0	250
			F	4-INV	90	0	100
			F	4-INV	90	0	250
							1.000.000
							12.000.000
							1.000.000

0508 FLORESTAS SUSTENTAVEIS

8.500.000

		ATIVIDADES					
18 841	0508 2990	USO MULTIPLO DOS RECURSOS DAS FLORESTAS NACIONAIS					8.500.000
18 841	0508 2990 0001	USO MULTIPLO DOS RECURSOS DAS FLORESTAS NACIONAIS - NACIONAL FLORESTA MANTIDA (HA) 61000	P F	3-ODC 4-INV	90 90	0 0	100 100
		TOTAL - FISCAL					25.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					25.500.000

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGÃO: R\$ 30.400.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

18 GESTAO AMBIENTAL	30.400.000
---------------------	------------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes

122 ADMINISTRACAO GERAL	2.722.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.105.000
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	121.000
131 COMUNICACAO SOCIAL	400.000
301 ATENCAO BASICA	420.000
308 ALIMENTACAO E NUTRICAO	55.000
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	77.000
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	25.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	552.000
0489 PARQUES DO BRASIL	17.000.000
0508 FLORESTAS SUSTENTAVEIS	8.500.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	3.827.000
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO	400.000
0751 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO	121.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

44101 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	4.900.000
44201 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	25.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 RECURSOS ORDINARIOS	25.400.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.000.000
INVESTIMENTO	15.400.000
250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.000.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000.000
INVESTIMENTO	1.000.000
TOTAL	30.400.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.000.000
INVESTIMENTO	16.400.000

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 4.900.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
18 GESTAO AMBIENTAL		4.900.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRACAO GERAL		2.722.000
125 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.105.000
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		121.000
131 COMUNICACAO SOCIAL		400.000
301 ATENCAO BASICA		420.000
308 ALIMENTACAO E NUTRICAO		55.000
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		77.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR		552.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO		3.827.000
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO		400.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO		121.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 RECURSOS ORDINARIOS		4.900.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500.000
	INVESTIMENTO	400.000
TOTAL		4.900.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.500.000
	INVESTIMENTO	400.000

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 25.500.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
18 GESTAO AMBIENTAL		25.500.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL		25.500.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0499 PARQUES DO BRASIL		17.000.000
0606 FLORESTAS SUSTENTAVEIS		8.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 RECURSOS ORDINARIOS		23.500.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.500.000
	INVESTIMENTO	15.000.000
250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		2.000.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000.000
	INVESTIMENTO	1.000.000
TOTAL		25.500.000
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.500.000
	INVESTIMENTO	16.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO: R\$ 28.400.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

89 RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

890 RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0890 RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

80000 RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 RECURSOS ORDINARIOS

RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

28.400.000

TOTAL

RESERVA DE CONTINGENCIA

28.400.000

28.400.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0899	RESERVA DE CONTINGENCIA						28.400.000
99 999	0998 0998						28.400.000
99 999	0998 0998 0001	F	O-RES	00	D	100	28.400.000
							28.400.000
	TOTAL - FISCAL						28.400.000
	TOTAL - SEGURIDADE						0
	TOTAL - GERAL						28.400.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
 UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 28.400.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
99 RESERVA DE CONTINGENCIA		28.400.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
999 RESERVA DE CONTINGENCIA		28.400.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA		28.400.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
100 RECURSOS ORDINARIOS		28.400.000
	RESERVA DE CONTINGENCIA	28.400.000
TOTAL		
	RESERVA DE CONTINGENCIA	28.400.000
		28.400.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República.

acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta Lei.

§ 9º (VETADO)

LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 516, DE 2000
(Nº 802/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

No(s) termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 69.600.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de junho de 2000.

Fernando Henrique Cardoso

EM nº 130 /MP

Brasília, 6 de junho de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), no valor de R\$ 69.600.000,00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil reais), em favor do Ministério do Meio Ambiente, com os objetivos a seguir discriminados:

Monitoramento e Fiscalização dos Recursos Florestais

Este pleito, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destina-se a ações operacionais de campo, que envolvem custos com aquisição de equipamentos, veículos,

embarcações, geração de informações georeferenciadas, inclusive deslocamento de recursos humanos para vistoria e fiscalização.

Modernização do Gerenciamento Descentralizado do Ibama

Necessidade de recursos, no valor de R\$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), para preparação e requalificação de técnicos e gerentes que atuam em unidades descentralizadas; elaboração dos instrumentos e procedimentos de classificação dos cargos e do sistema de avaliação de desempenho; realocação de servidores em unidades descentralizadas; reforma de prédios e construção de instalações físicas; aquisição de mobiliário e complementos; implementação de sistemas de informação; suprimento de equipamentos de informática e aquisição de veículos.

Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais

A solicitação, no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), visa a permitir a regularização fundiária de aproximadamente 1.500.000 hectares, em 4 reservas extrativistas e 14 Parques Nacionais, que foram criados por ato legal do Poder Federal.

2. O crédito em questão encontra-se em consonância com o que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição, e o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo indispensável o seu encaminhamento à deliberação do Congresso Nacional, mediante projeto de lei, por tratar-se de crédito especial, tendo em vista o atendimento de despesas para as quais não consta programação na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 9.969, de 2000).

3. Os recursos para o atendimento do presente crédito serão provenientes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 26.100.000,00 (vinte e seis milhões e cem mil reais), e de excesso da arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 43.500.000,00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil reais), conforme demonstrado no quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 17, § 7º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO-2000).

4. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, razão pela qual submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,



MARTUS TAVARES
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO Nº 130, DE 06 / 06 /00.**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de aporte de recursos para aplicação nas seguintes programações: Monitoramento e Fiscalização dos Recursos Florestais, Modernização do Gerenciamento Descentralizado do Ibama e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial, mediante projeto de lei, tendo em vista a criação de novas programações (projeto e atividade).

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

Tecnicamente é a alternativa viável.

4. Custos:

R\$ 69.600.000,00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil reais), provenientes de: cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 26.100.000,00 (vinte e seis milhões e cem mil reais) e de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 43.500.000,00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil reais).

5. Conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Não se aplica.

6. Razões que justificam a urgência:**7. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

8. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual	Texto proposto

9. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2000-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 69.600.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000), em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 69.600.000,00 (sessenta e nove milhões e seiscentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I - cancelamento parcial da Reserva de Contingência, no valor de R\$ 26.100.000,00 (vinte e seis milhões e cem mil reais), conforme Anexo II desta Lei; e

II - excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 43.500.000,00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0499 PARQUES DO BRASIL								35.000.000
		PROJETOS						
18 541	0499 7596	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS						35.000.000
18 541	0499 7595 0001	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS - NACIONAL						35.000.000
		BREA REGULARIZADA (HA) 1509661	F	5-1F1	90	0	250	35.000.000

0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS**15.000.000**

		ATIVIDADES						
18 841	0503 8486	MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS						15.000.000
18 841	0503 8486 0001	MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS - NACIONAL ÁREA FISCALIZADA (HA) 40000	F F	3-ODC 4-INV	90 90	0 0	100 100	15.000.000 10.000.000 5.000.000

0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE**19.800.000**

		PROJETOS						
18 841	0511 7597	MODERNIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA						19.800.000
18 841	0511 7597 0001	MODERNIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA - NACIONAL UNIDADE DESCENTRALIZADA ESTRUTURADA (UNIDADE) 45	F F F	3-ODC 3-ODC 4-INV	90 90 90	0 0 0	100 250 100	19.800.000 9.000.000 8.500.000 2.100.000

TOTAL - FISCAL

89.800.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

89.800.000

ORÇAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO 11

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
------------------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0999 RESERVA DE CONTINGENCIA**26.100.000**

		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						26.100.000
99 999	0999 0998 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL - NACIONAL	F	0-RES	00	0	100	26.100.000 26.100.000

TOTAL - FISCAL

26.100.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

26.100.000

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO: R\$ 89.600.000**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**

18 GESTAO AMBIENTAL

69.600.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL

69.600.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0499 PARQUES DO BRASIL

35.000.000

0503 PREVENCAO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS

15.000.000

0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE

19.600.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

44201 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

69.600.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 RECURSOS ORDINARIOS

28.100.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.000.000

INVESTIMENTO

7.100.000

250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS

43.600.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

8.600.000

INVERSOES FINANCEIRAS

35.000.000

TOTAL

69.600.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.500.000

INVESTIMENTO

7.100.000

INVERSOES FINANCEIRAS

35.000.000

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE**UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS**

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE: R\$ 69.600.000**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**

18 GESTAO AMBIENTAL

69.600.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL

69.600.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0499 PARQUES DO BRASIL

35.000.000

0503 PREVENCAO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS

15.000.000

0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE

19.600.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

100 RECURSOS ORDINARIOS

28.100.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

19.000.000

INVESTIMENTO

7.100.000

250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS

43.600.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

8.600.000

INVERSOES FINANCEIRAS

35.000.000

TOTAL

69.600.000

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.500.000

INVESTIMENTO

7.100.000

INVERSOES FINANCEIRAS

35.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO: R\$	26.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS	
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 RECURSOS ORDINARIOS	26.100.000
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
TOTAL	26.100.000
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE: R\$	26.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
100 RECURSOS ORDINARIOS	26.100.000
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000
TOTAL	26.100.000
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.100.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 2000.

.....

LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999.

Dispõe sobre as diretrizes para a
elaboração da lei orçamentária de 2000 e
dá outras providências.

.....

Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos.

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 5º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 6º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 7º - Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 7º, § 1º, inciso VI, desta Lei.

§ 8º O texto da lei orçamentária anual somente poderá autorizar a abertura de créditos suplementares se contiver também dispositivo determinando que o Poder Executivo elabore e publique cronograma anual de pagamentos mensais, nos termos do art. 77 desta Lei.

§ 9º (VETADO)

.....

LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

PARECERES

PARECERES Nºs 608, 609 E 610, DE 2000

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000 (nº 1.617/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

PARECER Nº 608, DE 2000

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Sergio Machado**

I – Relatório

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, é submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 003/2000 (nº 1.617/99 na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que cria a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

No dia 25 de agosto de 1999, o Poder Executivo apresentou à Câmara dos Deputados duas Mensagens destinadas a regulamentar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Mensagem nº 1.269/99 deu origem ao PL nº 1.616, de 1999, que regulamenta a organização e a gestão do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 9.433/97. O projeto está ainda tramitando na Câmara dos Deputados.

A Mensagem nº 1.270/99 deu origem ao PL nº 1.617/99, que, na forma de um substitutivo, tramita no Senado Federal em regime de urgência constitucional sob o número PLC nº 003/2000. Este projeto propõe a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, que será o órgão encarregado de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos na esfera de domínio da União, nos termos da Lei nº 9.433 e 8 de janeiro de 1997.

I.1 O projeto enviado pelo Poder Executivo

O projeto original é integrado por 5 capítulos. O primeiro cria a Agência, define sua natureza jurídica como sendo a de autarquia especial, e estabelece as competências da ANA. O segundo capítulo fixa a es-

trutura orgânica da Agência. O terceiro capítulo trata dos servidores da ANA. O quarto capítulo dispõe sobre o patrimônio e as receitas da ANA e, por fim, o capítulo cinco refere-se às disposições finais e transitórias.

No capítulo primeiro, o artigo 1º estabelece que a ANA será uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com autonomia administrativa e financeira. A ANA será a entidade federal de coordenação e apoio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e atuará em articulação com órgãos e entidades, públicos e privados, integrantes desse Sistema.

O artigo 3º estabelece que compete à ANA promover o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Para tanto, a entidade deverá, entre outras atribuições:

- disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- outorgar, por meio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União;
- fiscalizar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação federal;
- participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e supervisionar sua implementação;
- exercer a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;
- arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União;
- prestar apoio aos estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos;
- apoiar as iniciativas voltadas para a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica;
- promover elaboração de estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica;

- definir as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, de forma a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido no Plano de Bacia Hidrográfica.

No segundo capítulo, que define a estrutura orgânica da Agência, fica estabelecido que a ANA será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, com mandatos não coincidentes de quatro anos, admitida uma única recondução; a ANA contará também com uma Procuradoria.

O terceiro capítulo, que trata dos servidores da ANA, autoriza a Agência a efetuar contratação temporária, por prazo não excedente a 36 meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas atribuições institucionais.

O capítulo quatro, que trata do patrimônio e das receitas, enumera as diversas receitas da ANA.

O capítulo 5, que trata das disposições finais e transitórias, autoriza o Poder Executivo a transferir para a ANA o acervo técnico e patrimonial, direitos e receitas do Ministério do Meio Ambiente e de seus órgãos; remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente; e proceder à descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infra-estrutura do sistema elétrico interligado brasileiro.

O projeto também altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que trata da distribuição mensal da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos. Reduz-se o percentual pago a estados e municípios, para permitir a alocação de 14% da compensação para a ANA e percentuais também para o Ministério das Minas e Energia e Meio Ambiente.

1.2 O PLC 03/2000

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi examinado pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e de Minas e Energia. As comissões aprovaram um substitutivo que preserva as principais características da proposta original do Poder Executivo. Subseqüentemente, em Plenário, foi aprovada subemenda substitutiva que introduz novas alterações.

A redação final do projeto, encaminhada ao Senado Federal, representa um aperfeiçoamento da proposta original na medida em que se coaduna ainda mais plenamente com os princípios básicos consagrados na Lei nº 9.433, de 1997, a saber, o uso múltiplo das águas, a gestão descentralizada, a participação dos usuários nas decisões.

Em primeiro lugar, restringe um pouco a atuação da ANA: deixa claro que a atuação da entidade será restrita às águas de domínio da União e deve ater-se rigorosamente aos preceitos da Lei nº 9.433/97. O novo artigo 4º estabelece que a "atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos...".

Na proposta original, a ANA participava da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, coordenava e apoiava o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e exercia a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. No PLC 03/2000, compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, mediante articulação dos planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários, elaborados pelas entidades que integram o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Cabe à Agência Nacional de Águas apenas "coordenar a elaboração e supervisionar a implementação do Plano ... e ... prestar apoio, na esfera federal, à elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas". (art. 4º, inciso III) A ANA deve executar, dentro de sua esfera de atribuições, a política previamente definida.

A nova redação reforça o poder de decisão do Conselho Nacional ao estabelecer que a ANA elaborará "estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União." A ANA deixa de poder definir livremente os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos em geral.

O novo texto também retira da Agência a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para evitar uma inversão de papéis no que diz respeito à formulação das políticas federais de recursos hídricos.

O novo texto também retira da Agência a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para evitar uma inversão de papéis no que diz respeito à formulação das políticas federais de recursos hídricos.

As alterações destinam-se a garantir que a ANA coordenará a implementação da política nacional sem, no entanto, invadir as competências dos demais componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O novo texto também reordena de forma mais lógica as competências da Agência, estabelecendo limites mais claros.

Em segundo lugar, o projeto estimula a implementação descentralizada preconizada na Lei nº 9.433/97. O Plano Nacional de Recursos Hídricos, conforme determina o art. 2º do projeto, deve ser fruto da articulação dos planejamentos nacional, regional, estadual e dos setores usuários. E cabe à ANA prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas. Enquanto não forem criadas as agências de águas ou comitês de bacias hidrográficas a ANA poderá, graças a um novo dispositivo (Art. 4º, § 5º), delegar a outras entidades, por prazo determinado, a execução de atividades de sua competência. Desta forma, estará estimulando e auxiliando organizações ou entidades que venham a constituir os embriões de futuros comitês de bacia hidrográfica. Inclusive, o projeto estipula que 0,75% do valor da energia elétrica, pago ao Ministério do Meio Ambiente a título de compensação financeira, será aplicado na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Isso significa que a ANA poderá usar esses recursos para custear as despesas iniciais da formação dos comitês.

Em terceiro lugar, foram introduzidos três novos artigos, de números 5, 6 e 7, oriundos do Projeto de Lei nº 1.616, e que definem regras mínimas de funcionamento da agência e critérios para outorga. Como o projeto de criação da ANA estava com tramitação em regime de urgência e o outro projeto não, quis-se assegurar que a Agência atuaria dentro de regras bem definidas de funcionamento e outorga. Passaram a ser disciplinadas questões básicas como prazos de validade de outorgas, outorgas preventivas de uso de recursos hídricos e declaração de disponibilidade hídrica. Esta declaração de disponibilidade hídrica será requerida pela ANEEL à ANA antes de licitar ou autorizar novos aproveitamentos hidrelétricos e constitui importante instrumento para assegurar que o mais poderoso usuário de recursos hídricos do Brasil, o setor hidrelétrico, fique sujeito, em termos financeiros e organizacionais, ao órgão gestor das águas. Pretende-se, assim, romper a tradição de exploração dos potenciais hidráulicos ignorando os demais usos.

Em quarto lugar, foi dada nova redação ao art. 17 da Lei nº 9.648, destinando 0,75% do valor da energia produzida por usinas hidrelétricas ao Ministério do Meio Ambiente, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Houve também uma alteração na direção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A proposta do Poder Executivo previa um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário-Executivo, que seria o Diretor-Presidente da ANA. No substitutivo, é eliminada a figura do Vice-Presidente: suas funções são exercidas pelo Secretário-Executivo do Conselho. Este, por sua vez, deixa de ser necessariamente o Diretor-Presidente da ANA.

Na tramitação nesta Casa Legislativa, o Projeto foi objeto de louváveis onze emendas, sendo uma do Senador José Fogaça, retirada pelo autor; duas delas do Senador Paulo Souto; cinco emendas da Senadora Heloisa Helena; e três emendas da Senadora Marina Silva.

Das emendas do Senador Paulo Souto, a Emenda nº 2, numeração da CCJ, relativa ao art. 33 do Projeto, adiciona um segundo parágrafo à nova redação do art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, dando poderes ao Congresso Nacional para aprovação prévia de outorga de direito de uso de águas no caso de transposição de rio de domínio da União para outras bacias.

A Emenda nº 3, de autoria do mesmo eminente senador da Bahia, generaliza esse comando, sujeitando ao Congresso Nacional os conflitos entre as unidades da Federação decorrentes de obras de engenharia nos rios da União, que impliquem prejuízos do fluxo hídrico, após deliberação tomada por meio de maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 9.433, já citada, para cujo inciso III do art. 35, a emenda propõe nova redação.

Tenho a satisfação de manifestar minha concordância com o que entendo seja a motivação do nobre Senador da Bahia, implícita nas emendas, de submeter ao Congresso Nacional importantes decisões de investimentos em infra-estrutura hídrica que, ao afetar a utilização de nossos rios, possam resultar em conflitos entre unidades da Federação. Entretanto, considero que haverá sempre o momento certo e o instrumento institucional legalmente adequado que dará aos membros do Congresso Nacional a capacidade de interferir em assuntos dessa importância e magnitude. Refiro-me à oportunidade e instrumentalidade da discussão e aprovação pelos parlamentares dos Planos Plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, conforme autoriza o art. 48, inciso II da Constituição, aos quais estarão, necessariamente – no longo, médio e curto prazos –, adstritos os grandes projetos como os genericamente nomea-

dos pelas duas emendas, sobretudo, os de grande porte que tratem da transposição de águas entre bacias hidrográficas.

Isto posto, tenho o dever de apontar que, de acordo com a Constituição, os lagos, rios e quaisquer correntes de água que banhem mais de um estado não são bens dos estados por onde passam estes rios. Ao contrário, são bens da União. Conseqüentemente, a alocação da água deve ser feita do acordo com o interesse nacional. Não é desejável tratar esta questão como se os estados banhados por rio de domínio da União pudessem utilizar este recurso de forma exclusiva, ignorando eventuais interesses de brasileiros que vivam em outros estados. Situação análoga ocorre na exploração de potencial hidráulico para a produção de energia elétrica, que também é um bem de domínio da União. Como as usinas hidroelétricas de grande porte são conectadas ao Sistema Interligado Nacional, a energia nelas produzida é consumida em qualquer parte do país, e não necessariamente no Estado em que se localiza a usina.

Especificamente sobre as emendas em foco, é de se prever algumas conseqüências indesejáveis, de caráter operacional, certamente não cogitadas pelo Senador Paulo Souto, que poderiam resultar da aprovação. No caso da Emenda nº 2, um grande número de pedidos de outorgas seria encaminhado ao Congresso Nacional referentes à captação de água em rios de pequeno porte de domínio da União para abastecimento de cidades distantes, localizadas em outras bacias hidrográficas. O Congresso Nacional não tem nem deve ter aparato técnico para decidir sobre estas solicitações, cuja análise constitui atividade própria da administração do Executivo Federal. Aliás, uma das principais motivações para criação da Ana é exatamente garantir celeridade e confiança técnica nas decisões sobre outorga. Como disse, trata-se de tarefa típica do Executivo, e não do Legislativo.

No caso da Emenda nº 3, vale recordar que o Poder Judiciário tem competência para dirimir eventuais conflitos decorrentes de obras de engenharia que impliquem em prejuízos do fluxo hídrico. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi recentemente criado exatamente para evitar que estes conflitos cheguem às barras dos tribunais. Seria precipitado subestimar sua capacidade de atuação, já que o Conselho conta com a representação de todos os setores da sociedade interessados na gestão de recursos hídricos. Por outro lado, é razoável supor que o número destes conflitos crescerá significativamente, caso fosse exigida a submissão ao Congresso Nacional de

projetos de aproveitamentos de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem no âmbito dos Estados em que serão implantados. Conseqüentemente, significativas delongas na implantação destes empreendimentos poderiam ocorrer, afinal, praticamente qualquer obra de grande porte, como é o caso de uma infraestrutura para irrigação ou de um reservatório para a produção de energia elétrica, provoca repercussões rio abaixo, inclusive em outros estados. Se no passado fosse exigida a submissão ao Congresso, provavelmente teria sido impossível construir o parque hidroelétrico brasileiro, do qual tanto nos orgulhamos. Adotar esta sistemática agora implicaria em dificultar a expansão do parque.

Das cinco emendas da Senadora Heloisa Helena, a Emenda nº 4, numeração da CCJ, propõe alterações no § 6º do art. 4º de modo que a aplicação das receitas auferidas pela cobrança do uso de recursos hídricos seja feita pelos comitês de bacias hidrográficas e suas agências, bem como o façam a seu critério, consoante a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Registre-se que o Projeto já consigna – art. 28, dando nova redação ao art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, em seu inciso II, **infine** – que os recursos serão despendidos em conformidade com os Planos de Recursos Hídricos, nos termos do comando dado pelo art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, planos esses que serão elaborados em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos – art. 6º da Lei nº 9.433, 1997 -, tornando-se desnecessária sua repetição. Por outro lado, as agências de águas, em sendo as entidades definidas no Projeto que aplicarão as receitas referidas nos termos do dispositivo original objeto da emenda, já exercem a função de secretaria executiva dos respectivos comitês de bacia hidrográfica, o que confirma a predisposição do Projeto de que tais receitas serão mesmo aplicadas em consonância com a Lei nº 9.433, de 1997, com participação dos comitês, conforme defende a ilustre Senadora Heloisa Helena, daí não havendo necessidade de sua alteração.

A Emenda nº 5 da referida Senadora propõe que a competência outorgada à Ana pelo Projeto quanto ao inciso II do art. 4º – disciplinar em caráter normativo a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – seja realizada obedecendo a diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o que também se torna legalmente redundante, vez que o inciso IV do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, já comete a este colegiado a competência para estabe-

lecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para aplicação de seus instrumentos.

A Emenda nº 6 da mesma autora propõe que as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a serem autorizadas pela Ana quanto às águas de domínio da União devem estar de acordo com as diretrizes estabelecidas no respectivo Plano de Bacia. Mais uma vez, a proposição fica prejudicada em virtude da repetição im procedente do comando do art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, que literalmente diz que toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos. Importa registrar que, conforme já salientado, a Lei nº 9.433, de 1997, é a lei geral de gestão dos recursos hídricos estaduais e federais no País, não sendo o Projeto de Lei de criação da Ana nada mais do que explicação de como estará sendo montado o aparato gestor e fiscalizador das águas de domínio da União. Ademais, não convém que se façam exigências para o órgão gestor de recursos hídricos de domínio federal que acabe por estabelecer uma assimetria de responsabilidades entre a agência federal e suas congêneres estaduais, que seria altamente maléfica para a gestão das águas no País.

A Emenda nº 7 propõe nova redação ao art. 10, retirando por completo a garantia de não haver demissão imotivada dos diretores, após quatro meses, cometendo ao Presidente da República a capacidade de o fazer a qualquer tempo e por qualquer motivo.

Essa é, de fato, uma proposta que vem contra toda a filosofia com que o Governo Federal construiu a modelagem das agências reguladoras nacionais. Um de seus pilares é a da independência de gestão dos diretores dessas agências, o que os tornam essencialmente neutros e técnicos para conduzir a regulação do uso de bens públicos ou da prestação de serviços públicos. Se o próprio Poder Executivo abriu mão dessa faculdade, em nome da racionalidade reguladora, não deve caber ao Congresso Nacional reverter-la.

Pela Emenda nº 11, a Senadora citada propõe que as delegações que a Ana venha fazer para as agências de água (ou de bacia), nos termos do § 4º do art. 4º do Projeto, sejam submetidas à anuência dos respectivos comitês de bacia. Trata-se de proposição redundante porque, de acordo com o Art. 41 da Lei nº 9.433, as agências de água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo comitê de bacia. Isto é, cada agência será subordinada ao respectivo comitê, nada podendo realizar sem sua anuência.

A Senadora Marina Silva, por seu turno, apresentou a Emenda nº 8, onde propõe a mudança da palavra "coordenação" do Sistema Nacional de Recursos Hídricos para "apoio" ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos na própria ementa do Projeto, para que não se gerem conflitos em relação às competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecidas pelo art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997.

Não obstante a boa intenção da nobre Senadora, essa possibilidade de conflito não existe em virtude de nos comandos do Projeto não existir nenhum tipo de referência executória dessa coordenação. Pelo contrário, em seu art. 3º, que sintetiza a finalidade institucional da Ana, existe a expressa definição de que essa Agência é apenas integrante do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e não sua coordenadora.

Na Emenda nº 9, a Senadora apresenta alteração do art. 9º do Projeto, propondo no *caput* que os membros da Diretoria Colegiada da Ana sejam nomeados pelo Presidente da República após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal. No parágrafo único, propõe a ilustre parlamentar que seja vedada recondução dos diretores.

Tem razão a ilustre Senadora em propor que a Diretoria da Ana seja submetida ao escrutínio do Senado Federal, à semelhança do que ocorre com as demais Agências reguladoras. Ocorre que o Art. 5º do PLC nº 20/2000 que tramita em regime de urgência constitucional no Senado já impõe esta providência a todas as Agências reguladoras. Assim, não há necessidade de tratar do assunto no Projeto de Lei de criação da Ana, evitando-se assim um desnecessário retardo em sua implementação. Este foi exatamente o argumento que motivou o nobre Senador José Fogaça a retirar a Emenda nº 1, que neste particular coincidia com a Emenda nº 9 da Senadora Marina.

A Emenda nº 9 fica também prejudicada porque retira pontos importantes da redação original do *caput* e seus parágrafos, como a instituição de mandatos não coincidentes para os diretores e a forma de se fazer a sucessão em caso de vaga de diretor. Por outro lado, considera-se que uma recondução, como consignado originalmente, seja técnica e administrativamente mais adequada à continuidade das políticas de médio e longo prazo da Agência.

Por fim, a Emenda nº 10 da mesma autora altera a redação do inciso III do art. 12 propondo que cabe à diretoria da Ana elaborar o regimento interno da Agência e o submeter ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao arripio da redação original que

delega à diretoria essa aprovação e com total autonomia, como se deve fazer, ao se instituir uma agência com expressão de autoridade reguladora. Esse tipo de alteração só pode enfraquecer institucionalmente a Agência, tirando-lhe a autonomia prescrita no próprio Projeto, como estabelecido no art. , em que define "que fica criada a Ana, autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira". Portanto, fica desconsiderada a proposição até por antagonismo interno aos comandos do Projeto.

Esse é o relatório.

II – Voto do Relator

O projeto é de vital importância para o País, tendo em vista que a Ana irá regular o uso da água, recurso natural que poderá vir a ter no século XXI a importância que o petróleo teve no século XX.

Em decorrência do exposto, e em se tratando de medida de inquestionável mérito, opinamos pela aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 003/2000, nos termos do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados rejeitando totalmente as emendas propostas.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2000. – **Osmar Dias**, Presidente – **Sérgio Machado**, Relator – **Moreira Mendes** – **Ribamar Fiquene** – **Romero Jucá** – **José Alencar** – **Pedro Simon** – **Djalma Bessa** – **Tião Viana** (contra) – **Marina Silva** (contra) – **Heloísa Helena** (contra) – **Leomar Quintanilha** – **Luiz Pontes** – **Mozarildo Cavalcanti** (contra) – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Souto** (com declaração de voto) – **Gilvam Borges** – **Lúcio Alcântara** – **Juvêncio da Fonseca** – **Sebastião Rocha** – **Antero Paes de Barros** – **Emília Fernandes** (sem voto) – **Ricardo Santos** (sem voto) – **Geraldo Cândido** (contra) – **Geraldo Althoff**.

DECLARAÇÃO DE VOTO NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Do Senador Paulo Souto sobre o PLC nº 3 de 2000 (PL nº 1.617, de 1999, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências".

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, está sendo submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Projeto de Lei

da Câmara nº 3, de 2000 (nº 1.617/99 na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que cria a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Senador Sérgio Machado, relator da matéria, declarou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000, nos termos do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, e rejeitou todas as emendas propostas.

No caso das emendas de nºs 2 e 3, por mim apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador relator diz concordar com o propósito meu de submeter ao Congresso Nacional importantes decisões de investimento em infra-estrutura hídrica que possam resultar em conflitos entre unidades da Federação. Prefere, contudo, rejeitar as emendas em questão, sob o argumento de que "haverá sempre o momento certo e o instrumento institucional legalmente adequado que dará aos membros do Congresso Nacional a capacidade de interferir em assuntos dessa importância e magnitude. Refiro-me à oportunidade e instrumentalidade da discussão e aprovação pelos parlamentares dos Planos Plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, conforme autoriza o art. 48, inciso II da Constituição..." Não há dúvida de que o Congresso já dispõe dos meios para interferir nessas questões mais momentosas. Mas o objetivo das emendas por mim apresentadas vai além.

O atual texto do PLC nº 3, de 2000, atribui ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a responsabilidade de decidir sobre projetos de aproveitamento que extrapolem o âmbito dos estados. Não prevê, contudo, mecanismos especiais que resguardecem os interesses de estados em posição minoritária. Nem prescreve, em caso de conflitos de maior escala e repercussão, como se daria a resolução de um eventual impasse.

No caso, por exemplo, de uma proposta para transposição de águas de um rio de domínio da União para outra bacia, em que as questões podem ser muito complexas e envolver interesses conflitantes entre diversos estados, o Conselho teria enorme dificuldade em superar eventuais impasses. Por isso propus que a matéria fosse trazida ao Congresso Nacional que, por representar a totalidade dos interesses da nação, reveste-se da legitimidade necessária para tomar uma decisão difícil e controvertida. É este o objetivo da emenda nº 2, apresentada na Comissão de

Constituição e Justiça, que altera o art. 33 da Lei nº 9.433, de 1997, para determinar que a outorga de direito de uso de águas, nesses casos de transposição, será remetida para o Congresso Nacional.

Ao contrário do argumento utilizado pelo nobre Relator ao rejeitar as emendas, é justamente o fato dos rios serem de domínio da União, que reforça a presença do Congresso em decisões relevantes. Se fosse de um Estado o possível conflito não existiria. Se é verdade que os estados banhados por rios de domínio da União não devem ser considerados proprietários exclusivos de suas águas, é mais verdade ainda que os interesses de outros estados beneficiados, por mais legítimos que sejam, devam, pelo menos, ser conciliados com os interesses das populações que estão abrindo mão de um recurso estratégico, de forma irreversível. E ninguém melhor vocacionado para mediar estes interesses que o Congresso Nacional, a quem deve caber, por sua legitimidade incontestável o peso de uma decisão, que em última análise beneficia um região em detrimento de outra.

A analogia com a questão do aproveitamento hidroelétrico a partir do potencial hidráulico e o uso da energia elétrica em estados que não os produtores é um argumento que não subsiste a simples constatação de que a produção de energia elétrica não consome água. Não se tira água de uma bacia ao se armazená-la para produzir energia elétrica e o grande problema de uma transposição é justamente se retirar irremediavelmente a água de uma bacia hidrográfica. Quando se transporta energia elétrica não se transporta a água que a produziu.

Ainda com relação a esta emenda as restrições feitas a partir de dificuldades operacionais são irrelevantes. Primeiro, porque os casos de transposições em pequenos rios federais certamente serão pouco numerosos e quando existirem certamente não refletirão qualquer conflito e terão tramitação muito tranquila no Congresso. Por outro lado é absolutamente inaceitável a alegação de que o Congresso Nacional não tenha aparato técnico para decidir sobre estas solicitações. É evidente que não serão os aspectos chamados técnicos que influirão preponderantemente no exame de uma outorga de água pelo Congresso, mas sim as questões de natureza política, envolvendo a diversidade de interesses das unidades federadas e seus aspectos de natureza econômica, social e ambiental. Ademais, nunca se poderá alegar falta de aparato para decisões do Congresso. Fosse isto um fato importante, não decidiríamos, por exemplo, sobre concessões de emissoras de rádio e televisão,

as complicadas nuances que envolvam as operações de endividamento do Estado, ou até mesmo os níveis do salário mínimo. Ou ainda sobre as programações financeiras que o Banco Central nos envia. O argumento é de uma origem tecnicista insuportável e deve ser repellido com veemência, pois, ao se adotá-lo, o Congresso sinaliza para abrir mão de muitas das suas prerrogativas.

Apesar de o Congresso ter a possibilidade de interferir em importantes decisões sobre investimentos em infra-estrutura hídrica, como bem o ressaltou o relator as oportunidades se limitam basicamente à discussão e aprovação do orçamento e dos planos plurianuais. Caso as emendas de nºs 2 e 3 não sejam aprovadas, o Congresso não poderá resolver, tempestivamente, os impasses surgidos, pois terá de aguardar o momento de discutir o orçamento. Além disso, como o período de exame do orçamento é marcado por um acúmulo de pressões, será particularmente difícil para os parlamentares, por mais dedicados que sejam, dispensar a questões vitais como essas a merecida atenção.

A Emenda nº 3, por sua vez, destina-se ainda a exigir que, no caso de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos terá de deliberar por meio de maioria absoluta de seus membros. A exigência de uma votação mais expressiva nesses casos, deverá servir para resguardar os interesses de grupos em posição minoritária.

Esta emenda objetiva uma participação específica do Congresso no caso de algum conflito ser suscitado por um Estado em função de obras de engenharia resultantes de projetos de aproveitamento de recursos hídricos em rios federais, e que impliquem em prejuízos do fluxo hídrico. O seu principal objetivo é de verificar se o projeto contempla adequadamente as regiões da bacia doadora, o que, se não for garantido quando da aprovação do Projeto, dificilmente será executado. É uma garantia absolutamente indispensável para as regiões da bacia de origem, e visa também proteger no futuro os interesses de regiões que tem excesso de água e que podem abrir mão destes recursos para outras regiões, mediante compensações de natureza diversa. Os exemplos dados para demonstrar as dificuldades que poderiam advir partem mais uma vez do pressuposto intolerável que o Congresso é sempre um fator complicador. Afora isso, hidroelétricas e projetos de irrigação envolvem interesses internos dentro de uma bacia e a emenda

foi feita com o objetivo de disciplinar estas obras que tenham repercussões fora da bacia, podendo ser melhorada a redação para que isto fique mais claro.

Lamentavelmente, a tradição brasileira não nos dá a garantia de que os nossos objetivos possam ser atendidos, em projetos de grande magnitude pelos mecanismos usuais de participação do Congresso, dado o fato de que alguns projetos enquadrados neste tipo possam ter a sua concretização em períodos superiores a uma década.

Não parece razoável que, por exemplo, um projeto como o de transposição de águas do rio São Francisco, através do qual vai se retirar grandes quantidades de água de populações totalmente carente deste recurso, possa ser efetivado sem que o Congresso Nacional tenha oportunidade de se manifestar inclusive com relação, à se for o caso, medidas de compensação que garantam o futuro destas populações.

É evidente a grande necessidade de instalação da ANA, cujo projeto tem o meu voto favorável, manifestando entretanto, através desse voto, o meu incomformismo ante o desejo de impedir o Congresso Nacional de opinar sobre assuntos de tamanha relevância e complexidade.

Senador Paulo Souto.

VOTO EM SEPARADO COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

I – Relatório

Ainda em 1999, o Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei objetivando a criação da Agência Nacional de Águas – ANA. O Projeto de Lei da Câmara Nº 3, de 2000, após aprovação pela Câmara dos Deputados, se encontra em tramitação no Senado Federal.

O projeto apresenta artigos que conferem nova redação a dispositivos das Leis nº 9.648, de 1998; nº 8.001, de 1990; e 9.433, de 1997.

Especifica a proposição que a ANA deverá ser uma “entidade federal de implementação da Política

Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

O projeto, de autoria do Poder Executivo, tramita em regime de “urgência constitucional”, com prazo limite para a votação definido para 28-6-2000. A tramitação vem ocorrendo em três comissões ao mesmo tempo: na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relator o Senador Bernardo Cabral; na CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Relator é o Senador Gilvan Borges; na CAS o Relator é o Senador Sérgio Machado, que já apresentou seu parecer favorável ao projeto, sendo integralmente contrário às dez emendas oferecidas.

Foram apresentadas onze emendas ao projeto (tendo sido a de nº 1, retirada pelo autor). Somadas a duas emendas apresentadas pelo Senador Paulo Souto, a Senadora Heloisa Helena (PT-AL) apresentou 5 (cinco) emendas e a Senadora Marina Silva (PT-AC) outras três emendas.

Voto

De início, cumpre explicitar que a posição da base parlamentar de sustentação do Governo Federal no Senado Federal é pela aprovação do projeto sem nenhuma emenda, fato que viabilizaria a implementação imediata da ANA, segundo manifesta o Senador Sergio Machado, Relator do projeto na CAS.

Entre outros aspectos, é possível resumir as emendas apresentadas ao projeto em três preocupações básicas:

1. obrigatoriedade da aprovação dos dirigentes da ANA pelo Senado Federal;

2. necessidade de que as decisões da Agência Nacional de Águas sejam submetidas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e quando diretamente vinculada aos interesses de determinada bacia hidrográfica, que o Comitê de Bacia delibere a respeito; e

3. a transposição de um rio de domínio da União depende de aprovação pelo Congresso Nacional.

O projeto apresenta, em sua versão atual, uma série de problemas que deveriam merecer maior atenção dos Senadores. Resumidamente, pretendemos com as emendas oferecidas sanar parte dos problemas identificados, como por exemplo no texto da ementa do projeto, onde se lê: “...coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

cos". Avaliamos mais correta a alteração para "...apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos."

A intenção da emenda apresentada é corrigir conflitos entre a proposição ora em análise e o que já estabelece a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), que em seu art. 35 define as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

Cumprir destacar a ampla composição do CNRH que conta com representantes de 13 Ministérios, das 5 regiões brasileiras (membros dos conselhos Estaduais de Recursos Hídricos) e um representante de cada uma das instituições e setores a seguir relacionadas: Aneel; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; usuários de recursos hídricos; prestador de serviço público de abastecimento de água e esgoto sanitário; concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica; setor hidroviário; indústrias; pescadores; comitês de bacias hidrográficas; organizações técnicas de ensino e pesquisa; e as Organizações Não-Governamentais (ONOs). São 29 titulares, 29 suplentes, além do Presidente (Ministro do Meio Ambiente – MMA) e o Secretário Executivo do Conselho (Secretário de Recursos Hídricos – SRH/MMA). Portanto estamos falando de 60 (sessenta) membros.

Como se observa pela informação acima, a representação da sociedade neste conselho é muito maior que qualquer alcance que a futura Diretoria Colegiada da ANA possa vir a ter, com cinco membros apenas.

Se a este conselho compete, entre muitas outras atribuições, "promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários" e, principalmente, "estabelecer diretrizes complementares para implantação da Política Nacional de Recursos hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos" (grifo nosso), parece não haver dúvidas que compete ao Conselho, e não à Agência Nacional de Águas, a coordenação do sistema.

Na mesma direção entendemos como adequada a alteração do **caput** do art. 90 (incluindo parágrafo único). A Ana deveria ser dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos

da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, e contará com uma Procuradoria. O mandato dos membros da Diretoria Colegiada será de quatro anos, vedada a recondução.

A aprovação dos nomes que comporão a Diretoria Colegiada da Ana deve atender ao que estabelece a Constituição Federal no art. 52, inciso III, alínea f sob pena do projeto cometer vício de inconstitucionalidade formal.

O assunto é por demais analisado na literatura. Da lavra de Pinto Ferreira (Comentários à Constituição Federal; vol. 2. Arts. 22 a 53; Editora Saraiva, 1990) é possível destacar:

"O Senado aprova a escolha, mas não a nomeação. A autorização é prévia, isto é, o Presidente leva o nome preferido ao Senado que o aprova, então o Presidente realiza a nomeação. A aprovação é realizada mediante voto secreto. Antes da lavratura do Decreto de nomeação (...) Depois de emitido o parecer, é ele discutido e votado em sessão secreta; em seguida, o presidente do Senado comunica ao Chefe do Executivo a resolução tomada." [grifo nosso]

Fica claro então, que o caminho para nomeação da futura Diretoria Colegiada deve passar, necessariamente, pelo Senado Federal, sob pena de ferir a Constituição Federal.

Quanto à vedação pretendida no caso da recondução de qualquer dos Diretores, o objetivo é garantir uma saudável rotatividade na direção da Agência, evitando-se que a mesma transforme-se em feudo de determinados grupos.

A esse respeito é exemplar a argumentação de Wolgran Junqueira Ferreira (In Comentários à Constituição Federal de 1988; vol. 2. Art. 44 ao art. 181; 1ª Edição, 1989) que lembra:

"Determinados cargos, quase todos após a assunção, se tornam vitalícios, independente de concurso, outros cujos ocupantes têm mandato certo, e outros ainda que exigem conhecimentos específicos, somente poderão ser preenchidos pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

Quem escolhe os cargos enumerados nas alíneas a usque f, do inciso III, é o Presidente da República ou mesmo do Congresso Nacional. Quem aprova o nome escolhido, é o Senado e, quem nomeia, é o

Presidente da República. Não se obriga o Senado a aprovar o escolhido, como não se obriga o Presidente da República a nomear o aprovado." [grifo nosso]

Pelo exposto, é possível concluir pela importância de evitarmos, já no nascedouro da nova Agência, a criação de um espaço onde poderiam vir a prosperar feudos indesejáveis pela sociedade brasileira, ao tempo que fica clara a obrigatoriedade de atendimento à Constituição Federal no que respeita à aprovação dos nomes candidatos a membro da Diretoria Colegiada da Ana – Agência Nacional de Águas.

As demais alterações, que entendemos corretas, têm por objetivo resgatar a descentralização alcançada com a Lei nº 9.433, de 1997. Assim, a mudança no inciso III do art. 12, pretende que a Ana elabore o regimento interno da Ana, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria, submetendo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Naturalmente, que a independência pretendida para a Agência não deve confundir-se com sua autonomização em relação ao Poder Público. Assim, é mais que defensável que seu regimento interno, organização, estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria, seja submetido ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para análise e aprovação.

Nessa linha, entendemos adequada a inclusão, ao final do inciso II do art. 4º, a expressão "obedecendo às diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Esta alteração visa adequar o teor deste inciso ao que define a ementa da lei, que deverá adequar a ANA às atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, este sim responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Da mesma maneira, é nosso entendimento que a alteração do inciso IV do art. 4º, no qual se prevê a atribuição de outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, deve contemplar que tal outorga se dê de acordo com as diretrizes estabelecidas no respectivo Plano de Bacia e observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º.

As boas práticas de gestão de recursos hídricos determinam que o planejamento – participativo e integrado – do uso da água deve ser determinante de todas as ações e atividades a serem exercidas no âmbito da bacia hidrográfica. Assim, a concessão de outor-

ga de direito de uso da água deve, pela lógica, ser subordinada ao Plano da Bacia.

A alteração do inciso IV do art. 4º, pretende garantir que ao delegar ou atribuir a agências de água ou de bacia hidrográfica, a execução de atividades de sua competência, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e demais dispositivos legais aplicáveis, a ANA o faça, com a anuência dos respectivos Comitês de Bacia.

A inclusão da referência aos Comitês de Bacia pretende garantir o aspecto democrático, alcançado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e que a proposição em tela estaria retirando com a redação dada.

Da mesma maneira a alteração do § 6º do Art. 4º no qual se define que a aplicação das receitas de que trata o inciso IX. Pretendemos que a mesma seja feita de forma descentralizada, por meio dos Comitês de Bacia e suas respectivas agências, em conformidade com o disposto no Capítulo IV do Título II da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e, na ausência ou impedimento destas, por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, mas mesmo neste caso, a critério dos Comitês de Bacia, consoante diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Mais uma vez nossa posição pretende garantir que a destinação dos recursos se dará em consonância com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e, naturalmente, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Por fim, a nova redação proposta para o **caput** do Art. 10 trata da exoneração imotivada de qualquer dos membros da Diretoria Colegiada da Ana, que poderia vir a ocorrer a qualquer tempo por decisão do Presidente da República, submetida ao Senado Federal, ou em decorrência de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou por decisão definitiva em processo administrativo disciplinar.

A alteração proposta pela emenda visa explicitar a vinculação hierárquica da nova Agência, evitando-se que sua relação com a Presidência da República e, principalmente, com o Ministério do Meio Ambiente seja confundida com sua independência.

Outrossim, a emenda busca garantir coerência com o fato de que se a nomeação depende constitucionalmente da aprovação pelo Senado Federal, o mesmo deverá ocorrer nos casos de exoneração de qualquer dos dirigentes da Ana.

Alguns Senadores têm reiteradamente manifestado a necessidade de ampliar o debate nacional, de

maneira a dar a oportunidade de que os mais diversos segmentos possam manifestar-se a respeito do assunto. Entendemos que a água, como o ar, é um bem natural de uso comum, que qualquer regulamentação demanda um pacto com o usuário, sob pena desta lei ser mais uma daquelas que vêm para serem desrespeitadas.

Nestes termos, em razão da proposição desconsiderar em diversos de seus artigos, aspectos de descentralização da gestão do sistema hídrico nacional, já contemplados na Lei nº 9.433, de 1997 e, principalmente, de apresentar vício formal de inconstitucionalidade ao desconsiderar Constituição Federal no que estabelece a alínea f do inciso III do art. 52, que define a necessidade de aprovação pelo Senado Federal dos nomes dos candidatos a membro da Diretoria Colegiada da Ana, votamos pela rejeição da matéria.

Sala das Comissões, Senadora **Heloisa Helena**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

Art. 20. São bens da União:

I – Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art.2º,II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 21.* Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

*Alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 8/95 e 19/98.

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII – conceder anistia;

XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV – estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

.....
LEI Nº 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera a Lei nº 6.938(1), de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus uns e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735 (2), de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803(3), de 2 de julho de 1980, a Lei nº 6.902 (4), de 21 de abril de 1981, e dá outras providências

.....
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001(1), de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990(2), de 28 de dezembro de 1989.

.....
Art. 6º Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

.....
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A ⁽¹⁾, de 25 de abril de 1961, nº 8.666(2), de 21 de junho de 1993, nº 8.987(3), de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074(5), de 7 de julho de 1995, nº 9.427(5), de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS e de Suas subsidiárias, e dá outras providências.

.....
Art. 17. A compensação pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localize o aproveitamento ou que tenham áreas alagadas por águas do respectivo reservatório.

PARECER Nº 609, DE 2000

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

Inicialmente registro os meus agradecimentos à confiança do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Agripino em me confiar tão relevante tarefa, qual seja relatar o PLC nº 3/2000 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entendendo esta atitude como reconhecimento da Casa pela minha preocupação com a questão dos recursos hídricos desde o primeiro dia do meu mandato, quando inclusive estabeleci assessoria técnica especializada no meu gabinete.

Tenho publicado livros, pronunciado dezenas de discursos, inclusive com requerimentos de informações, participado de Congressos, Simpósios e Encontros Técnicos, atendido consultas de técnicos e autoridades de Governos Estaduais e do Governo Federal, e apoiado iniciativas as mais diversas, sendo a última a implantação e implementação do Curso de Pós-Graduação sobre Instrumentos Jurídicos, Institucionais e Econômicos para o Gerenciamento de Recursos Hídricos, que iniciou-se em 1º/11/99, na Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande, terra do nosso Primeiro Secretário Senador Ronaldo Cunha Lima, contando com setenta e cinco alunos de todo o País.

Absorvi a experiência da relatoria da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que acompanhei desde o seu nascedouro, com os estudos do Grupo de Trabalho do Poder Executivo, trabalho este que constou do meu livro Caderno Legislativo nº 002/97 – Legislação Estadual de Recursos Hídricos Volume 1, publicado em meados de 1997.

Existe hoje no Parlamento o PL nº 1.616/99 que trata da regulamentação dos termos da Lei nº 9.433/97 e o PL nº 1.617/99 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, que tomou o número PLC nº 3/2000.

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000, ora sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal “dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências”.

No essencial, o projeto dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, sua natureza

jurídica, competências, estrutura orgânica, quadro de servidores, patrimônio e receitas, altera o art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, referente ao aumento da compensação financeira tratada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e altera o art. 1º, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que trata da distribuição mensal da compensação financeira e dos **royalties** previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

O projeto original, de nº 1.617/99, do qual resultou o Projeto de Lei nº 3/2000, ora sob análise, foi enviado pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional, através da Mensagem Presidencial nº 1.270, de 2 de setembro de 1999, nos termos do art. 64, parágrafo 1º, da Constituição Federal, retirada a urgência em 20-10-99. A Mensagem Presidencial foi baseada na Exposição de Motivos EMI/095 MMA/MME/MF/MP, de 25 de agosto de 1999, encaminhada pelos Ministros do Meio Ambiente, Fazenda, de Minas e Energia e do Planejamento, Orçamento e Gestão que esclarece que a Agência Nacional de Águas – ANA, “terá a função de promover o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto no inciso XIX do art. 21 da Constituição e criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”

A Exposição de Motivos EMI/095 MMA/MME/MF/MP, de 25 de agosto de 1999, ainda ressalta:

“A ANA será uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com autonomia administrativa e financeira, mandato fixo e estabilidade de seus Diretores. Estas características justificam-se porque a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é tarefa a ser executada ao longo de vários anos, que exigirá continuidade administrativa e capacitação técnica dos seus dirigentes para enfrentar, entre outros, dois relevantes problemas nacionais:

a) as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, cujo equacionamento exigirá o aprimoramento da gestão da oferta de água, o estabelecimento de gerenciamento da demanda e a priorização dos usos de recursos hídricos em situação de escassez;

b) a poluição dos rios, principalmente nos casos em que a situação crítica decorre da utilização desarticulada, cujo ordenamento demandará uma ação pactuada na escala da bacia hidrográfica abrangendo mais de um estado.”

"Além de coordenar e apoiar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a ANA será também o órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União, atuando de forma subsidiária e articulada com outros órgãos e entidades, públicas e privadas, integrantes do Sistema, dentre os quais se destacam:

a) Conselho Nacional de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 9.433/97 e regulamentado pelo Decreto nº 2.612, de 3 de junho de 1998, composto de representantes de usuários dos Governos Federal e Estaduais e de organizações não-governamentais;

b) os órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, que exercem o

controle da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio estadual;

c) os comitês de bacia hidrográfica, criados pela Lei nº 9.433/97, que funcionarão como se fossem o parlamento da respectiva bacia ao debater temas relacionados com o uso de recursos hídricos, procurando conciliar interesses de segmentos distintos;

d) as agências de bacia, criadas pela Lei nº 9.433/97, que serão entidades de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica para atuar como suas secretarias executivas."

"Dentre as várias atribuições cometidas à Ana no Projeto de Lei, cabe destacar as de outorga o direito de uso de recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União, estabelecer condições de operação de reservatórios para garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos; e promover ações que possam minimizar os efeitos de secas e inundações de que trata o inciso XVIII do art. 21 da Constituição, em apoio aos estados e municípios."

"A Ana iniciará suas atividades nas regiões em que a água seja insuficiente ou de baixa qualidade, com conflitos deflagrados ou em via de irrupção, adotando procedimentos previstos na Lei nº 9.433/97 inteiramente compatíveis com a Declaração de Dublin (1992 – Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente) e a Agenda 21 (1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente):

a) considerar a água bruta disponível nos rios e reservatórios, seja para consumo ou para diluição de efluentes, como bem de natureza econômica;

b) descentralizar o gerenciamento e a operação das estruturas hídricas;

c) viabilizar a efetiva participação dos agentes, envolvidos e interessados, nos processos decisórios sobre o uso dos recursos hídricos;

d) alocar a água bruta de forma sustentável, zelando pela conservação e procurando dirimir conflitos e dissipar tensões."

"O Projeto de Lei prevê ajustes na base de cálculo das quantias cobradas pela utilização dos recursos hídricos na geração de energia hidráulica, conforme dispõe a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1990, ao tempo em que considera paga a quantia que seria devida pelo uso dos recursos hídricos na forma da Seção IV do capítulo IV da Lei nº 9.433/97"

A Exposição de Motivos finalmente enfatiza que "o Projeto se aprovado, constituir-se-á num marco de uma nova era e num passo largo em busca de soluções para os graves problemas que ocorrem nas Bacias Hidrográficas: poluição, secas, enchentes, ação descoordenada dos setores usuários de água, desperdício, ausência de gerenciamento da demanda e manutenção insuficiente das estruturas hidráulicas."

Aberto o prazo regimental próprio para recepção de emendas, foram oferecidas pelas senhoras e senhores senadores 11 (onze) emendas de alteração ao substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados. Tais iniciativas foram dos Senadores José Fogaça e Paulo Souto e das Senadoras Heloisa Helena e Marina Silva (Anexo Único).

I – Relatório

O Presente Projeto de Lei dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e altera a regulamentação do preceito constitucional de compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de outros recursos minerais e de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (art. 20 § 1º, da Constituição Federal).

O PLC nº 3, de 2000, está estruturado em seis títulos: Dos objetivos (Art. 1º); Da Criação, Natureza Jurídica e Competências da Agência Nacional de Águas – ANA (Art. 2º ao Art. 8º); Da Estrutura Orgânica da Agência Nacional de Águas – ANA (Art. 9º ao Art. 15); Dos Servidores da ANA (art. 16 ao Art. 18); Do Patrimônio e das Receitas (Art. 19 ao Art. 21); Das Disposições Finais e Transitórias (Art. 22 ao Art. 33).

O Art. 1º cria a Agência Nacional de Águas – ANA como entidade federal de implementação da Política Nacional de integrante do Sistema Nacional de

Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo regras para a sua atuação, sua estrutura administrativa e suas fontes de recursos.

O Art. 2º estabelece a competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na promoção da articulação do planejamento em todos os níveis com os dos setores usuários e na formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

O Art. 3º reza que fica criada a Agência Nacional de Águas – ANA, na forma de autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais

O Art. 4º define que a atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com atribuições de: assegurar o cumprimento da legislação de recursos hídricos; disciplinar em caráter normativo a aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; coordenar a elaboração e supervisionar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e prestar apoio, na esfera federal, à elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas; outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União e fazer sua fiscalização; subsidiar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da elaboração de estudos técnicos a respeito dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de comitês de bacia hidrográfica, implementando com os mesmos a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União; arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União; planejar e promover ações relativas a eventos críticos, promover estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e ações relativos a recursos hídricos; definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios; promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional; organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de

Informações sobre Recursos Hídricos; estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos; prestar apoio aos estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos e propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos o estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos.

Estabelece também determinações, em seus sete parágrafos, a respeito das ações a serem compartilhadas com outros países em bacias hidrográficas; ações para aplicação de racionamentos preventivos; definição das condições de operação de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; condições de delegação de atividades da sua competência, aplicação descentralizada das receitas e condições de outorga para o Semi-Árido Nordeste.

As outorgas de direito de uso de recursos hídricos da União obedecem a prazos estabelecidos com critério, inclusive para o uso de hidroeletricidade (art. 5º) bem como estabelece as condições das outorgas preventivas (art. 6º), licitações por parte da ANEEL (art. 7º) e obrigatoriedade de dar publicidade destes atos.

A estrutura orgânica da Ana é definida nos art. 9º, art. 10, art. 11, art. 12, art. 13, art. 14 e art. 15, destacando-se a aplicação do conceito de Diretoria Colegiada, mandatos não coincidentes e a vinculação de ex-dirigente à entidade, nos doze meses seguintes ao exercício do cargo, não podendo prestar qualquer tipo de serviço às empresas sob regulamentação ou fiscalização da Ana, incorrendo na prática de advocacia administrativa, em caso de infração, com as penas previstas no art. 321 do Código Penal.

A profissionalização do quadro técnico da ANA está contemplada nos art. 16, art. 17 e art. 18, inclusive com a obrigatoriedade de uma definição seja por concurso público ou redistribuição de funcionários em trinta e seis meses, a partir da data de publicação da lei.

O patrimônio e receitas da Ana estão definidos nos art. 19, art. 20 e art. 21, destacando-se a possibilidade da prestação de serviços a terceiros e o ordenamento das receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Conta Única do Tesouro Nacional, mantendo o registro obrigatório que permita correlacionar as receitas com as bacias hidrográficas em que foram geradas e a aplicação conforme as prioridades definidas pelo

Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os comitês de bacia hidrográfica.

As Disposições Finais e Transitórias estabelecem a não coincidência dos mandatos da Diretoria (Art. 22); dão condições para a formação do acervo técnico e patrimonial, direitos e receitas, bem como a estruturação e manutenção da Ana (Art. 23); definem sua área jurídica (Art. 24); estabelecem a descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União exceto a área do ONS (Art. 25), sua estrutura regimental (Art. 26), realização de concurso público para as vagas existentes no seu quadro de pessoal (Art. 27), aumentam o valor da compensação financeira de que trata a Lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989 de seis por cento para seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento sobre o valor da energia produzida, ordenando a sua aplicação (Art. 28 e Art. 29) inclusive os **royalties** da Usina Hidrelétrica de Itaipu; estabelecem a composição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Art. 30); contemplam o Conselho Nacional de Recursos Hídricos com a atribuição de aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Art. 31) e compatibilizam as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de acordo com a nova situação institucional (Art. 32) e determinam a entrada da lei em vigor na data da sua publicação (Art. 33).

II – Voto

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000, insere-se no longo processo de institucionalização e regulamentação dos recursos hídricos, resumidamente aqui relacionado:

1909 – Criação do INEMET.

1933 – Criação, no Ministério da Agricultura da Diretoria de Águas, logo transformada em Serviço de Águas.

1934 – Decorrente da Reforma Juarez Távora, o Serviço de Águas foi inserido na estrutura do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM. Edição do Código de Águas e Código de Minas.

1940 – O Serviço de Água tornou-se Divisão de Águas (Decreto nº 6.402/40). Criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

1945 – Criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

1948 – Criação da Codevasf.

1952 – Criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG.

1953 – Criação das Usinas Hidroelétricas do Paranapanema S/A – USELPA.

1954 – Criação do Fundo Federal de Eletrificação.

1957 – Criação de Furnas – Centrais Elétricas S/A.

1960 – Criação da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo – CHERP.

1961 – Transferência do DNPM para o Ministério das Minas e Energia e criação das Centrais Elétricas de Urubupungá S/A – Celusa.

1962 – Criação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras e início da criação de importantes Cias. de eletricidade.

1965 – A Divisão de Águas foi transformada no Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE (Lei nº 4.904/65).

1968 – Denominação alterada para Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE (Decreto nº 63.951/68).

1969 – Extinção do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, cujas atribuições passaram a competência do DNAEE (Decreto-Lei nº 689/69) e início da criação das Companhias Estaduais de Saneamento.

1973 – Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA no âmbito do Ministério do Interior e início da criação dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

1976 – Portaria GM-00 13: Estabelece a classificação das águas interiores: o enquadramento das águas federais na classificação será estabelecido pela Sema, ouvido o DNAEE.

1978 – Portaria Interministerial nº 90 (MINTER e MME)

Cria o Comitê Especial intitulado Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, incumbido da classificação dos cursos d'água da União, bem como do estudo integrado e do acompanhamento da utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais, no sentido de se obter o aproveitamento múltiplo de cada uma e minimizar as consequências nocivas à ecologia da Região. O CEEIBH é composto dos seguintes organismos existentes à época: DNAEE, Eletrobras, SEMA e DNOS.

1978 – Portaria nº 1.832 do DNAEE

Estabelece que somente serão apreciados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica os pedidos de concessão ou autorização para derivar águas públicas federais para aplicações da indústria

e de higiene os projetos que, juntamente com os projetos das obras de derivações apresentarem sistemas de tratamento dos efluentes aprovados pelas Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA – do Ministério do Interior, ou por órgãos regionais devidamente credenciados pela mesma Secretaria.

1979 – Portaria Interministerial nº 003 (MINTER e MME)

Aprova o Regimento Interno do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, criado pela Portaria Interministerial nº 90, de 29 de março de 1978, estabelecendo a criação de Comitês Executivos para as Bacias Hidrográficas.

1980 a 1984 – Diagnóstico de Bacias Hidrográficas

O DNAEE desenvolve diagnósticos de 2.500.000 km² de bacias hidrográficas visando a classificação das águas e início de um processo de gerenciamento co-participativo, baseado em informações confiáveis.

1983 – Realização no Itamaraty do Seminário Internacional de Recursos Hídricos com a presença das delegações da França, Alemanha e Inglaterra.

1983/1984 – CPI de Recursos Hídricos, início das atividades do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e edição pela Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Relatório da Qualidade do Meio Ambiente – RQMA.

1980 a 1985 – Alguns Comitês Executivos evoluem tais como Paranapanema, Paraíba do Sul e Doce.

1985 – Criado o Ministério Extraordinário da Irrigação com o Programa Nacional de Irrigação – PRONI e o Programa de Irrigação do Nordeste – PROI NE.

1986 – Baixada a Resolução do Conama nº 20, de 18-6-86 que estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas no Território Nacional em nove classes, segundo seus usos preponderantes.

1988 – Nova Constituição Brasileira, estabelecendo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

1989 – Lei nº 7.990 institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

1989 – Criação do Ibama com fusão da Sema, IBDF, SUDHEVEA e Sudepe, pela Lei nº 7.804, de 18-7-89.

1990 – Lei nº 8001 define os percentuais da distribuição da com pensação financeira de que trata a Lei nº 7.990.

1991 – O Poder Executivo encaminha o Projeto de Lei nº 2.249-A que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e altera a redação do artigo 1º da Lei nº 8.001.

1993 – O relator do Projeto de Lei nº 2.449-A apresenta substitutivo preliminar e convoca Audiência Pública para a análise do documento.

1995 – Criada a Secretaria de Recursos Hídricos, pela MP nº 813, de 1º-1-95, mensalmente reeditada.

1996 – Criada a Agência Nacional de Energia Elétrica, pela Lei nº 9.427, de 26-12-96, como autarquia sob regime especial, com finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica, de acordo com a legislação específica e em conformidade com as diretrizes do Governo Federal.

1997 – Aprovada a Lei nº 9.433, de 8-1-97, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e modifica os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.001, de 1990.

1998 – Sancionada a Lei nº 9.605, de 12-2-98, que rege os Crimes Ambientais e a Lei nº 6.648, de 27-5-98, que ratifica a compensação financeira de 6% a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados e aos Municípios em que se localize o aproveitamento ou que tenham áreas alagadas por águas de reservatório.

1998 – Estabelecido, em 3-6-98, pelo Decreto nº 2.612, o Regulamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

1998 – Definida, em 5-6-98 pelo Decreto nº 2.619, a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

1999 – Reorganizada a Administração Federal pela Medida Provisória nº 1911-8, de 29-7-99.

1999 – Enviado pelo Poder Executivo o Projeto de Lei nº 1616/99, que estabelece as condições de aplicação da Lei nº 9.433/97, em 2-9-99.

1999 – Enviado o Projeto de Lei nº 1.617/99, que cria a Agência Nacional de Águas, em 2-9-99.

1999 – Aprovado o Projeto de Lei nº 1.617/99, na Câmara dos Deputados em Sessão de 18-1-2000 da Convocação Extraordinária.

Durante esse período, o País modificou-se em profundidade. A população cresceu significativamente, a economia desenvolveu-se, a sociedade deixou de ser agrária, tornando-se industrial e, majoritariamente, urbana. Essas mudanças resultaram em grandes pressões sobre a disponibilidade de recursos hídricos e a sua qualidade para os diversos usos a que se destinam.

Embora o País, comparado aos países em desenvolvimento, e, mesmo a países desenvolvidos do hemisfério norte, tenha tido uma evolução significativa na área de gerenciamento de recursos hídricos, muito há que se fazer para que o cidadão e as entidades na atividade produtiva no seu dia a dia, se incorporem a este esforço.

Importante ressaltar a posição do Congresso Nacional, que instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, da Câmara dos Deputados, que entre setembro de 1983 e outubro de 1984, examinou “a utilização de Recursos Hídricos no Brasil”, cujas conclusões por sua importância transcrevemos na íntegra:

“8. Conclusões e Sugestões

Os estudos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a utilização dos recursos Hídricos no Brasil, permitem consolidar a convicção de que são, nesta área, inúmeros os problemas a serem resolvidos e que o primeiro passo consiste na definição de uma Política Nacional de Recursos Hídricos.

Os problemas existem no concernente à legislação, à estrutura organizacional, à tecnologia, aos recursos humanos e financeiros, à falta de coordenação intersetorial, à falta de conexão com os planos de desenvolvimento, à falta de informações básicas, ao estabelecimento de prioridades e à ausência de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

Mas, a solução destes problemas depende, em primeiro lugar, da conscientização de todos sobre a importância da preservação e uso racional e integrado dos recursos hídricos, bem como da participação de todos no debate destes problemas e na implementação das medidas necessárias. Na verdade, muito dos problemas surgem da inobservância da legislação já existente, até mesmo por parte dos órgãos públicos, e muitas falhas se configuram por inadequação de medidas à realidade ecológica e sócioeconômica do País.

Conflitos, distorções, contradições e desperdícios tem sua origem na sobreposição de atividades de órgãos, acarretando quase sempre pulverização de recursos financeiros escassos, lentidão na concretização de atribuições, ineficiência e, até, inoperosidade.

Desde há muito tempo que estudos, pesquisas, seminários e congressos relacionados com os recursos hídricos concluem acertadamente sobre as medidas adequadas para o equacionamento dos problemas existentes nesta área. A questão parece prender-se mais à divulgação mais rápida, ampla e efetiva dessas conclusões, à cordonação no sentido de implementá-las e, sobretudo, à decisão política de aperfeiçoar os instrumentos para sua viabilização.

Este aperfeiçoamento é possível e deve ser feito, gradualmente, aproveitando tudo de bom que já existe e incorporando a participação e a colaboração de todos.

Considerando todos os aspectos analisados concluímos pela apresentação das seguintes sugestões:

8.1. Quanto à Política Nacional

Consideração de que os recursos hídricos não podem ser analisados isoladamente dos demais recursos naturais e das questões relativas ao meio ambiente.

Estímulos à capacitação de recursos humanos dedicados ao trabalho relacionado com a água, sob todos os aspectos e em todos os níveis e segmentos, e ao desenvolvimento científico tecnológico no campo dos recursos hídricos.

Incentivo à participação comunitária como uma das maneiras de democratizar objetivos e formas de atuação, no concernente aos recursos hídricos.

Criação de uma comissão, interministerial encarregada de formular a versão preliminar da política nacional de recursos hídricos e de responder interinamente pela condução da mesma, enquanto não for implantado um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Realização, pela Câmara dos Deputados, de um seminário nacional destinado a debater as diretrizes para a política nacional de recursos hídricos, inclusive em suas interligações com o segmento meio ambiente.

Compreensão de que a política nacional de recursos hídricos deverá estar atenta às peculiaridades regionais e a aspectos prioritários, como abastecimento público e saneamento básico, sem perder de vista que a identificação e encaminhamento dos problemas relacionados com o adequado gerenciamento dos recursos hídricos, no País, prendem-se ao objeti-

vo maior de proporcionar melhor qualidade de vida à população.

Conhecimento das condições das bacias hidrográficas como suporte para a política de recursos hídricos.

Integração programática para os diferentes tipos de uso das águas, através da administração eficiente dos recursos hídricos.

Adequado suporte legal.

8.2. Quanto à Legislação

Consolidação, análise e atualização de toda a legislação esparsa e existente que se refere ao recurso hídrico.

Revisão, atualização e complementação do Código de Águas.

Criação, na Câmara dos Deputados, de Comissão Permanente de Meio Ambiente e Recursos Naturais, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento das leis em seu nascedouro, compatibilizando-as com os interesses de proteção e uso racional dos recursos hídricos e demais recursos naturais e meio ambiente.

Compatibilização da legislação de modo a contemplar as conexões existentes entre recursos hídricos e demais recursos naturais, especialmente quanto à vegetação e manejo de solo, fauna ictiológica e preservação de ecossistemas.

Aprovação, pela CPI, do projeto de lei sobre águas subterrâneas conforme sugerido pelo DAEE/SP, e, organização de um seminário nacional onde seria amplamente debatido o assunto de que trata o refendo projeto.

8.3. Quanto à Coordenação

Profunda análise institucional dos organismos com competências no campo dos recursos hídricos e de suas interligações com o segmento meio ambiente.

Estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, destinado a interligar todas as entidades executoras de ações relacionadas com recursos hídricos, seu aproveitamento e preservação.

Criação de conselhos estaduais de recursos hídricos, com funções normativas e consultivas e, orçamento próprio, responsáveis pela implementação da política nacional de recursos hídricos.

Participação, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos: dos Ministérios, dos presidentes dos conselhos estaduais de recursos hídricos, dos representantes do poder público municipal, das comunida-

des; de um representante do CREA; e o apoio de técnicos especializados.

Criação de um órgão nacional gestor dos recursos hídricos, destinado a realizar a coordenação e integração de programas setoriais, composto por câmaras especializadas e dispondo de corpo técnico permanente e que se constituirá Secretaria Executiva de Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Que a Presidência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sua Secretaria Executiva e o apoio administrativo situem-se no âmbito de Ministério não envolvido setorialmente com o uso da água, de preferência vinculado à Presidência da República.

Que as comunidades participem por intermédio dos comitês de bacias.

8.4. Outros Aspectos

Criação, na Câmara dos Deputados, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar exaustivamente a poluição dos recursos hídricos.

Inclusão dos assuntos de recursos naturais e meio ambiente nos currículos escolares do ensino de primeiro e segundo graus, de forma a promover conscientização generalizada de sua importância, seu uso racional e sua preservação, com ênfase para os recursos hídricos.

Uniformização da terminologia utilizada quanto a recursos hídricos a nível nacional.

Consideração, por parte das autoridades, das conexões entre os diversos setores que atuam na área dos recursos hídricos, e das conexões entre o setor de recursos hídricos e outros setores econômicos e sociais. Assim, a solução dos problemas de planejamento, pelo desenvolvimento científico-tecnológico, por reformas básicas tais como a educacional, tributária e, sobretudo, política.

Publicação, pela Câmara dos Deputados, sob a forma de um livro e com fins de ampla divulgação do Relatório Final de CPI.

Deputado **Oswaldo Coelho**, Presidente

Deputado **Coutinho Jorge**, Relator"

Pode-se considerar que a fase atual, voltada para a formulação de uma política nacional moderna de gerenciamento dos recursos hídricos, se iniciou pela criação, em 1978, do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, incumbido do estudo integrado e do acompanhamento da utilização nacional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais.

Uma discussão mais ampla do tema, com participação de segmentos organizados da sociedade brasileira, ganhou corpo na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, da Câmara dos Deputados que, examinou “a utilização de recursos hídricos no Brasil”. Esse esforço teve prosseguimento, em 1989, com a Carta de Foz do Iguaçu, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH.

Essas iniciativas se refletiram na Constituição Federal de 1988, onde se dispõe que “compete à União instituir Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir critérios de outorga de seus direitos de uso”.

Este esforço culminou com a vigência da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tendo como órgão gestor a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH do Ministério do Meio Ambiente.

O Poder Executivo, ao enviar o PLC nº 3/2000 reconhece que, apesar de todos os esforços realizados pelas brilhantes equipes que dirigiram a Secretaria de Recursos Hídricos, a mesma não conseguiu, por motivos institucionais, estruturais e administrativos fazer face, sozinha, ao desafio de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Reconhecimento legítimo, sob o ponto de vista administrativo, constitucional, legal, e de responsabilidade.

Esse projeto, fruto de elaboradas discussões técnicas e de ampla consulta à sociedade brasileira, estabelece um ordenamento administrativo avançado de recursos hídricos e dá as condições estruturais para a implementação de um moderno sistema de gerenciamento desses recursos. Julgamos, pois, que essa proposição representa uma contribuição notável ao desenvolvimento de nosso País, posto que catalizou as proposições de todos os partidos magnificamente acolhidas e compatibilizadas pelo Relator Deputado Elizeu Rezende. E de se ressaltar a contribuição do setor elétrico que aumentou a compensação financeira em valores que alcançam hoje a cifra aproximada de noventa milhões de reais anuais.

Não há pois razões e espaço para mais delongas políticas ou administrativas para se iniciar o efetivo Gerenciamento de Recursos Hídricos do País, riqueza inestimável do século XXI.

O fundamento de validade constitucional da proposição em análise é determinado pelo inciso XIX do art. 21 da Carta Magna de 1988.

Esse artigo enumera, em seus 25 incisos, as matérias que constituem competência material da União, o campo de ação administrativa do Estado, no plano federal. Competência material, administrativa ou executiva, recorde-se, é aquela que diz respeito à atribuição para realizar determinada tarefa. No sistema constitucional brasileiro, a repartição das competências são exclusivas a uma entidade – em regra, a União -, enquanto outras competências comuns são repartidas com Estados ou Municípios.

No caso de gerenciamento de recursos hídricos, a competência é essencialmente da União, como esclarece Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu Comentário à Constituição Brasileira de 1988 (Ed. Saraiva, 1990, Vol. 1, pág. 167), **verbis**:

“Gerenciamento de recursos hídricos. Não havia, no direito constitucional anterior, norma equivalente. Traduz ela a idéia de que os recursos hídricos são de interesse nacional e que, conseqüentemente, sua utilização deve ser compatibilizada também nacionalmente.

(...) Por outra parte, tanto a União como os Estados têm competência para fiscalizar (grifo nosso) o uso de tais recursos, cada um no seu âmbito próprio (v. art. 23, XI).”

Com efeito, o art. 23 de nosso Documento Político Básico determina a hipótese, em seu inciso XI pela qual: “registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais de seu território” são da competência administrativa comum da União, dos Estados e dos Municípios. Nesse caso, compete à lei a determinação das tarefas que caberão à União e às entidades político-administrativas integrantes da Federação brasileira.

A prevalência da União, portanto, quanto a esta matéria, é clara. Observe-se que o art. 21, III, determina que são bens de União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água (grifo nosso) em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as águas pluviais.”

Quanto à competência legislativa, a Constituição brasileira, ao tratar da matéria, não deixa margem a dúvidas ao definir:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão."

Sabe-se que, quando a Constituição estabelece competência comum para legislar sobre determinada matéria (art. 23), a União deve limitar-se à elaboração de normas gerais, ficando aos Estados a atribuição de, nos termos das leis que elabore, proceder à aplicação de tais regras à realidade local. Aqui, entretanto, estamos diante de matéria que, com vimos, constitui competência privativa da União (art. 21), devendo a lei federal ser mais ampla e abrangente.

Em síntese, nossa Carta ordena que seja elaborada lei estabelecendo uma "Política Nacional de Recursos Hídricos" (CF, art. 21, XIX). Esta lei deve ser federal, pois somente a União tem competência para legislar sobre águas, daí a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Quanto à discriminação das tarefas que, no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, devem ser atribuídas à União e aos Estados, as disposições constitucionais apenas tornam obrigatório que aos Estados e Municípios seja conferida a competência para "registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais de seus territórios". (art. 23, XI)

O Projeto de Lei da Câmara nº 3/2000, está, assim, elaborado em termos adequados às disposições constitucionais pertinentes: trata-se de lei federal, de iniciativa do Poder Executivo Federal, que regulamenta dispositivo da Constituição para instituir uma política nacional de gerenciamento de recursos hídricos e um sistema, também de âmbito nacional, para gerenciar tal política.

Por fim, com respeito à iniciativa, é de se registrar que o Presidente da República, é detentor da legitimidade constitucional para a propositura de projetos de lei que tratam de matérias para as quais a competência legislativa é reservada à União e este Projeto de Lei não incorre, na espécie, em inconstitucionalidade formal, em razão de vício de iniciativa.

Elaborado de maneira cuidadosa no que se refere à técnica legislativa, o Projeto da Lei da Câmara nº 3/2000 merece a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Voto pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e 11, apresentando na forma regimental as análises e razões no Anexo Único, posto que a Emenda nº 1 foi retirada pelo seu Autor.

Manifesto meu voto pela aprovação do texto integral do PLC nº 3/2000, na forma do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados. Nesse sentido é o meu voto.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.
– **José Agripino**, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **Antônio Carlos Valadares** – **José Eduardo Dutra** (abstenção) – **Alvaro Dias** – **Roberto Freire** (abstenção) – **Belo Parga** – **Ramez Tebet** – **Francelino Pereira** – **Ney Suassuna** – **Pedro Piva** – **José Alencar** – **Jefferson Péres** – **Romeu Tuma**.

ANEXO ÚNICO

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Emendas Apresentadas ao PLC nº 3/2000

Emenda nº 1

Autor: Senador **José Fogaça**

Dispositivo Novo:

Acrescenta um novo § 1º ao art. 90 do PLC nº 3, de 2000, renumerando-se os atuais § 1º e § 2º, respectivamente, para § 2º e § 3º

"§ 1º A nomeação dos membros da Diretoria dependerá de prévia aprovação do Senado Federal nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Análise e Razão da Rejeição: Retirada da Emenda nº 1 pelo Autor.

Emenda nº 2

Autor: Senador **Paulo Souto**

Dispositivo Novo: Acrescenta um artigo 33, renumerando-se o atual.

Texto: "Art. 33. Acrescente-se um segundo parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.431, de 8 de janeiro de 1997, ficando este com a seguinte redação:

Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

§ 1º A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

§ 2º A outorga de direito de uso das águas para transposição de um rio de domínio da União para outras Bacias só poderá ser dada mediante aprovação do Congresso

Nacional, ouvidos os respectivos Comitês das Bacias Hidroviárias."

Análise e Razões da Rejeição:

1º – O **caput** do artigo não faz referência ao primeiro parágrafo acrescentado e os art. 1º e art. 7º da Lei nº 9.433, de 8-1-97, já contém o objetivo do parágrafo sugerido.

2º – A Lei nº 9.433/97, de 8-1-97, já estabelece em seus art. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 11, 12, 14, 15, 29, 30, 32, 34, 35, 37 e 38 perfeitas condições técnicas, administrativas e de legítima participação do governo, sociedade e usuários, na gestão dos recursos hídricos, não havendo necessidade do parágrafo 2º ora apresentado.

Cabe acrescentar que caso não houvesse consenso em uma decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Fórum legítimo e adequado para a solução deste tipo de impasse – entidade já prevista quando da realização da CPI de Recursos Hídricos de 1984 – o Presidente da República e a Justiça ficariam privados de se pronunciar.

A distorção levaria a questões tais como a outorga do abastecimento de água de São Paulo através da transposição do rio Piracicaba que deveria ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Em caso de haver alguma ocorrência de maior impacto em que a questão política seja de relevância tal, que a sua repercussão alcance o Congresso Nacional, haverá mecanismos de participação tais como os Planos Plurianuais, as Diretrizes Orçamentárias, os Orçamentos Anuais, a convocação de Audiência Pública e a instalação de CPI, que dão plena condição de participação à Instituição.

Devemos ter em mente a natureza das funções do Legislativo e acreditar na responsabilidade do processo participativo previsto na Constituição Federal.

Do contrário o Congresso Nacional em lugar de exercer as suas altas funções de legislar e fiscalizar, passaria, erroneamente, a entrar em atribuições típicas da rotina do Executivo.

Compreendemos, entretanto, as nobres razões regionais do Eminentíssimo Autor.

Emenda nº 3

Autor: Senador Paulo Souto

Dispositivo Objetado: art. 35 da Lei nº 9.433

Finalidade: alterar a redação do dispositivo.

Texto: art. 31. Os incisos III e IX do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35.

III – Deliberar, por meio de maioria absoluta de seus membros, sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados, cabendo ao Congresso Nacional solucionar, mediante Resolução, os conflitos entre as Unidades da Federação decorrentes de obras de engenharia nos rios compreendidos como bens da União, e que impliquem em prejuízos do fluxo hídrico;

IX – Acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

Análise e Razões da Rejeição:

1º – Pelas mesmas razões apresentadas na Emenda nº 3, o aparato legal da Lei nº 9.433, de 8-1-97, prevê os mecanismos adequados à deliberação sobre aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados, não cabendo o proposto inciso III.

Adotada a emenda, como exemplo o abastecimento de água do Distrito Federal, por meio do Sistema Rio Descoberto, com 5 (cinco) m³/s, necessitaria de deliberação do Congresso Nacional.

2º – Não há conveniência nem necessidade de explicitação da aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos posto que o art. 35 inciso IX dá amplo respaldo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, não cabendo a emenda proposta com o inciso IX.

Emenda nº 4

Autora: Senadora Heloisa Helena

Dispositivo Objetado: PLC nº 3/2000, art. 4º § 6º

Texto: "Art. 4º

§ 6º A aplicação das receitas de que trata o inciso IX será feita de forma descentralizada por meio dos Comitês de Bacia e suas respectivas agências, em conformidade com o disposto no Capítulo IV do Título II da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e, na ausência ou impedimento destas, por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a critério dos Comitês de Bacia, consoante diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Análise e Razões da Rejeição:

O Art. 28 do PLC nº 3/2000 alterando o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27-5-98, em seu inciso II já atende a nobre preocupação da Autora prejudicando a Emenda nº 4. A aplicação das receitas em consonância com os Planos de Recursos Hídricos, aprovados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, cujas agências são as suas Secretarias Executivas garantem a correta aplicação de acordo com a Lei nº 9.433, de 8-1-97.

Emenda nº 5

Autora: Senadora Heloisa Helena

Dispositivo Novo: Inclui no final do inciso II do art. 4º a seguinte expressão:

Texto: "Art. 4º (...)

II – ... obedecendo às diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos."

Análise e Razões da Rejeição:

A Lei nº 9.433, de 8-1-97, no art. 35, inciso VI, já prevê esta prerrogativa do Conselho Nacional de recursos hídricos, prejudicando a Emenda nº 5.

Emenda nº 6

Autora: Senadora Heloisa Helena

Dispositivo Objetado: PLC nº 3/2000 art. 4º Inciso IV

Finalidade: Alterar o Inciso IV do art. 4º

Texto: "Art. 4º (...)

IV – outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, de acordo com as diretrizes estabelecidas no respectivo Plano de Bacia e observado o disposto nos art. 5º, 6º, 7º e 8º."

Análise e Razões da Rejeição:

A Lei nº 9.433, de 8-1-97, no seu art. 13 já atende o objeto da Emenda nº 6 razão pela qual a mesma está prejudicada.

Emenda nº 7

Autora: Senadora Heloisa Helena

Dispositivo Objetado: **caput** 10

Texto: Da nova redação ao **caput** do art. 10, renumerando-se os §§ 2º e 3º como 1º e 2º:

Art. 10. A exoneração imotivada de qualquer dos membros da Diretoria Colegiada da ANA ocorrerá a qualquer tempo por decisão do Presidente da República, submetida ao Senado Federal, ou em decorrência de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou por decisão definitiva em processo administrativo disciplinar.

Análise e Razões da Rejeição:

O Poder Executivo abriu mão desta prerrogativa no sentido de adotar uma filosofia de independência na administração da ANA para que não haja solução de continuidade, razão da inoportunidade e rejeição da Emenda nº 7.

Emenda nº 8

Autora: Senadora Marina Silva

Dispositivo Objetado: Ementa

Texto: "Altere-se no texto da ementa:

Onde se lê: "...Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos"

Leia-se: "...Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos"

Análise e Razões da Rejeição:

O art. 3º do PLC nº 3/2000 explicita claramente as funções da Ana com a função de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, em sua esfera de competência, bem como a sua integração ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos. A Emenda nº 8 não tem fundamento posto que na expressão "coordenação" não há nenhum tipo de referência executória, razão da sua rejeição.

Emenda nº 9

Autora: Senadora Marina Silva

Dispositivo Objetado: art. 9º do PLC nº 3/2000

Texto: "Altere-se o **caput** do art. 9º e inclua-se o seguinte parágrafo único:

Art. 9º A ANA será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f, do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, e contará com uma Procuradoria.

Parágrafo único: O mandato dos membros da Diretoria Colegiada será de quatro anos, vedada a recondução."

Análise e Razões da Rejeição:

A Emenda nº 9 fica prejudicada devido ao PL nº 2.549-B art. 5º, de 2000, tramitando em urgência, já prever a aprovação das Diretorias de todas as Agências pelo Senado Federal. A não-coincidência de mandatos e sua recondução por uma única vez é procedimento de boa técnica de administração

garantindo continuidade em assuntos de longa maturação, como o são, os programas e projetos de recursos hídricos.

Emenda nº 10

Autora: Senadora Marina Silva

Dispositivo Objetado: Inciso III do art. 12

Texto: "Altere-se o inciso III do art. 12:

Art. 12. (...)

III – elaborar o regimento interno da ANA, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria, submetendo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos."

Análise e Razões da Rejeição:

Cabe à Autarquia Especial Ana dispor sobre a forma de seu funcionamento, com possibilidades de rápidas mudanças de acordo com as necessidades e experiência acumulada, não sendo procedente a Emenda nº 10 e daí a sua rejeição.

Emenda nº 11

Autora: Senadora Heloisa Helena

Dispositivo Objetado: Parágrafo do art. 4º

Texto: "Altere-se parágrafo 4º:

Art. 4º (...)

Parágrafo 4º A Ana poderá delegar ou atribuir a agências de água ou de bacia hidrográfica, com a anuência dos respectivos Comitês de Bacia, a execução de atividades de sua competência, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e demais dispositivos legais aplicáveis."

Análise e Razões da Rejeição:

A Emenda nº 11 está prejudicada devido o disposto na Lei nº 9.433, de 8-1-97, art. 41, posto que as Agências de Água ou Agências de Bacia, na condição de Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia, são subordinadas aos mesmos. Evidentemente os entendimentos com a ANA serão de conhecimento e/ou terão a anuência e orientação dos Comitês de Bacia.

PARECER Nº 610, DE 2000

(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Relator: Senador **Gilvam Borges**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei da Câmara, que cria e disciplina a atuação da Agência Nacional de Águas –

ANA -, entidade responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Convém relevar, que o presente Projeto de Lei é de iniciativa do Poder Executivo, tendo sido encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 1.270, de 2 de setembro de 1999, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada Exposição de Motivos EMI/095 MMA/MME/MF/MP, de 25 agosto de 1999, assinada pelos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do Meio Ambiente, de Minas e Energia, da Fazenda, e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ANA, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (art. 1º do PLC nº 3/ 2000), terá sede no Distrito Federal e deterá o status jurídico de autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Em consonância com o art. 4º, em sua atuação, a ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, atuando em harmonia com os órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Competirá à ANA, entre outras atividades:

1 – supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades pertinentes aos recursos hídricos no País;

2 – disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;

3 – outorgar, por meio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos, em corpos de água sob o domínio da União;

4 – fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União;

5 – elaborar estudos técnicos com o fim de subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União;

6 – arrecadar, distribuir e aplicar as receitas auferidas pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União;

7 – planejar e promover ações com o objetivo de prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, em articulação com o

órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;

8 – e, finalmente, estimular a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica.

As outorgas de direito de uso das águas sob o domínio da União serão limitadas, nos termos do art. 5º da proposição. É preciso observar, contudo, que a Agência Nacional de Águas poderá emitir outorgas preventivas, cujo limite será de 3 (três) anos, obedecidas as prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e respeitadas a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção das condições adequadas ao transporte aquaviário (art. 13, da Lei nº 9.433, de 1997).

No que se refere à estrutura orgânica, a Ana será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da República, e contará com uma Procuradoria. Os diretores da Agência terão mandatos de 4 (quatro) anos, não coincidentes, admitida uma única recondução (art. 9º).

Com o fim de garantir a independência e a imparcialidade da Agência, o projeto veda, expressamente, aos seus dirigentes, o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político partidária.

É importante ressaltar, que os ex-dirigentes da ANA, por força do art. 15 da proposição, deverão continuar vinculados a autarquia nos doze meses seguintes ao exercício do cargo, estando impedidos de prestar qualquer tipo de serviço as empresas sob regulamentação ou Fiscalização da Agência. Durante esse período de descompatibilização, será garantido ao diretor afastado o direito à percepção de remuneração equivalente a do cargo de direção que tiver exercido.

O Projeto apresenta, ainda, artigos que conferem nova redação a dispositivos das Leis nº 9.648, de 1998, nº 8.001, de 1990 e 9.433, de 1997. Tais modificações referem-se a compensação Financeira pela utilização dos recursos hídricos, à distribuição percentual dos recursos auferidos e a estruturação Gerenciamento de Recursos Hídricos.

É o relatório.

II – Análise

Os primeiros dispositivos da proposição, ora analisada, revelam que a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, será

responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Os princípios fundamentais do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como a Política Nacional de Recursos Hídricos, foram disciplinados na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Vale ressaltar que essa Lei instituiu tratamento moderno e criativo à gestão dos recursos hídricos no País, obtendo reconhecimento junto à comunidade internacional.

O Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2000, segue as superiores diretrizes preconizadas na Lei nº 9.433, de 1997, definindo a forma de atuação da ANA na gestão dos rios de domínio da União e no relacionamento com as demais entidades que integram o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

É relevante destacar que a proposição em apreço tramita no Senado Federal, em regime de urgência, com fundamento no § 1º do art. 64 da Constituição Federal, solicitada por meio da Mensagem nº 478, de 11 de abril de 2000, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, lida no Plenário em 12 de maio de 2000.

Com a criação da ANA, o Governo brasileiro visa a enfrentar, de modo mais eficaz, as prolongadas secas, especialmente na região Nordeste, cujo equacionamento exigirá o aprimoramento da gestão da oferta de água, o estabelecimento de gerenciamento da demanda e a priorização dos usos de recursos hídricos em situação de escassez.

Além do combate à seca, suas causas e consequências, a ANA deverá se deter sobre a questão da poluição dos rios e mananciais hídricos, sobretudo naqueles casos em que a situação crítica decorra de uma utilização desarticulada, demandando uma ação pactuada na escala da bacia hidrográfica.

Importante ressaltar, também, que a ANA se conforma ao modelo institucional definido pelo Governo Federal para agências reguladoras de uso de bem público ou de prestação de serviço público.

Seguindo essa concepção de gestão descentralizada dos serviços públicos, a Agência Nacional de Águas terá personalidade jurídica própria (autarquia federal sob regime especial), com autonomia administrativa e financeira, e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Seus diretores terão mandatos fixos e gozarão de relativa estabilidade nos cargos.

A implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é tarefa árdua, complexa e que se estenderá por longos anos. Por isso, as ações da Agência deverão apresentar continuidade

administrativa, bem como exigir-se-á de seus dirigentes capacitação técnica e neutralidade nas importantes decisões que haverão de tomar.

Na tramitação nesta Casa Legislativa, foram apresentadas 11 (onze) emendas ao Projeto. Uma, subscrita pelo ilustre Senador José Fogaça, retirada a pedido, pelo Autor; duas da lavra do ilustre Senador Paulo Souto; cinco apresentadas pela ilustre Senadora Heloisa Helena; e três assinadas pela eminente Senadora Marina Silva.

Das emendas apresentada pelo ilustre Senador Paulo Souto, a Emenda nº 2 (numeração da CCJ), relativa ao art. 33 do Projeto, adiciona um segundo parágrafo à nova redação do art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997. Pela proposta, a outorga de direito de uso de águas, no caso de transposição de rio de domínio da União para outras bacias só poderá ser deferida com a anuência do Congresso Nacional.

A Emenda nº 3, também subscrita pelo eminente Senador Paulo Souto, altera a redação ao inciso III do art. 35, do Projeto, submetendo ao Congresso Nacional os conflitos entre as unidades da Federação, decorrentes de obras de engenharia nos rios da União que impliquem prejuízos do fluxo hídrico, após deliberação tomada por meio de maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional de Recursos hídricos.

Não obstante o zelo pelo bem-comum e a inquestionável motivação do ilustre Autor, julgamos que as emendas nº 2 e 3, não deverão merecer acolhida nesta Comissão.

No caso presentâneo, em nosso entendimento, a instituição de nova atribuição ao Congresso Nacional não se justifica, pois acarretaria indesejáveis delongas aos projetos de transposição de águas fluviais. É fato, por exemplo, que somente no Nordeste semiando, existem inúmeros pequenos rios de domínio da União, cujas águas são aduzidas para abastecimento de cidades distantes, localizadas em outras bacias hidrográficas.

Acresça-se, ainda, uma consideração de caráter operacional: a submissão dos projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados, a mais uma instância decisória, contribuirá para o atraso no processo de construção de novos reservatórios para a produção de energia elétrica. Isso, em tese, privilegiaria a alternativa de produção térmica de energia elétrica, gerando graves prejuízos para o meio ambiente, para a economia e para a auto-suficiência energética do País.

Além do mais, convém relevar que o Congresso Nacional já dispõe de instrumentos normativos que asseguram a fiscalização dos atos da Administração direta, indireta e autárquica e a conveniente utilização dos recursos públicos.

Nesse sentido, o Congresso Nacional desempenha papel fundamental na apreciação dos Planos Plurianuais, das diretrizes orçamentária e dos orçamentos anuais, conforme autoriza o art. 48, inciso II da Constituição, aos quais estarão, necessariamente – no longo, médio e curto prazos –, adstritos os grandes projetos de transposição de águas entre bacias hidrográficas.

A Emenda nº 4 (numeração da CCJ), subscrita pela ilustre Senadora Heloisa Helena, propõe alterações no § 6º do art. 4º, determinando que a aplicação das receitas auferidas pela cobrança do uso de recursos hídricos será feita pelos comitês de bacias hidrográficas e suas agências, consoante a Política Nacional de Recursos Hídricos.

A propósito do tema, registre-se que o PLC Nº 3, de 2000 consagra em seu art. 28, que dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 9.648, de 1998, (art. 17, inciso II, *in fine*), que os recursos serão despendidos em conformidade com os Planos de Recursos Hídricos (art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997), planos esses que serão elaborados em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos – art. 6º da Lei nº 9.433, 1997.

Assim, haja vista que o projeto já contempla dispositivo, submetendo os citados Planos de Recursos Hídricos ao ditames da Política Nacional de Recursos Hídricos, torna-se desnecessária a inclusão de comando com idêntico propósito.

Ademais, como as agências de águas, tal como definidas no projeto, já exercem a função de secretaria executiva dos respectivos comitês de bacia hidrográfica, e serão as responsáveis pela aplicação das receitas em consonância com a Lei nº 9.433, de 1997, com participação dos comitês, julgamos não haver necessidade da alteração pugnada pela ilustre Senadora Heloisa Helena.

A Emenda nº 5 da referida Senadora propõe que a competência outorgada à Ana pelo inciso II do art. 4º (disciplinar em caráter normativo a implementação, operacionalização, controle a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos) submeta-se as diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Em nosso conceito, essa emenda mostra-se redundante, uma vez que o inciso IV do art. 35 da Lei nº

9.433, de 1997, já comete a este colegiado a competência para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para aplicação de seus instrumentos.

A Emenda nº 6, apresentada pela mesma Autora, propõe que as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a serem autorizadas pela Ana, no que se refere às águas de domínio da União, devem estar de acordo com as diretrizes estabelecidas no respectivo Plano de Bacia. Essa emenda também não merece acolhida, haja vista instituir repetição indesejável do comando do art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997, que, expressamente, consagra que toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

Importa registrar, conforme adrede salientado, que a Lei nº 9.433, de 1997, é a norma geral de gestão dos recursos hídricos estaduais e federais no País. Nesse diapasão o presente Projeto de Lei de criação da Ana tem caráter suplementar à citada Lei, conferindo instrumentalidade ao aparato gestor e fiscalizador das águas de domínio da União. Ademais, não será conveniente que se façam exigências para o Órgão Gestor de recursos hídricos de domínio federal, que tencionem por estabelecer uma assimetria de responsabilidades entre a Agência federal e suas congêneres estaduais.

A Emenda nº 7 propõe nova redação ao art. 10, extinguindo a garantia de não permitir a demissão imotivada dos diretores, pelo Presidente da República, após quatro meses de mandato.

Essa é, de fato, uma proposta que atenta contra todo o arcabouço jurídico-administrativo que o Governo Federal vem adotando na configuração orgânica das agências reguladoras nacionais. É digno sublinhar, nesta oportunidade, que a independência de gestão dos diretores dessas agências é um dos pilares que sustenta a existência e atuação das Agências Reguladoras, tornando-as essencialmente neutras e técnicas para conduzir a regulação do uso de bens públicos ou da prestação de serviços públicos.

Portanto, se a própria razão de ser das Agências está contida na sua relativa independência financeira e administrativa em relação ao Governo, não se justifica retirar de seus dirigentes a garantia de estabilidade enquanto durarem os seus mandatos.

Pela Emenda nº 11, a ilustre Senadora Heloísa Helena propõe que as delegações que a Ana venha fazer para as agências de água (ou de bacia), nos termos do § 4º do art. 4º do Projeto, sejam submetidas à anuência dos respectivos comitês de bacia.

A despeito do nobre objetivo perseguido pela ilustre Autora, a emenda não deverá ser aprovada neste Colegiado. De acordo com o Art. 41 da Lei nº 9.433, de 1997, as agências de água exercerão a função de secretaria executiva do respectivo comitê de bacia. Isto é, cada agência estará subordinada ao respectivo comitê, nada podendo realizar sem sua anuência.

A Senadora Marina Silva, por seu turno, apresentou a Emenda nº 8 (numeração da CCJ), onde propõe a mudança da palavra "coordenação" do Sistema Nacional de Recursos Hídricos para "apoio" ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos na própria ementa do Projeto, com o objetivo de evitar conflitos em relação às competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecidas pelo art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997.

Não obstante a irrepreensível motivação esposada pela ilustre Senadora, essa possibilidade de conflito é improvável. Assim, vale destacar que na parte dispositiva do Projeto sob análise não existe nenhum tipo de referência executória dessa coordenação. Pelo contrário, o art. 3º, que sintetiza a finalidade institucional da Ana, define que entidade é apenas parte integrante do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e não sua coordenadora.

Na Emenda nº 9, a Representante do Estado do Acre visa a alteração do art. 9º do Projeto, propondo que os membros da Diretoria Colegiada da Ana sejam nomeados pelo Presidente da República, após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal. No parágrafo único, a ilustre parlamentar defende seja vedada recondução dos diretores da Autarquia.

Tem razão a eminente Senadora em propor que a Diretoria da Ana seja submetida ao escrutínio do Senado Federal, à semelhança do que ocorre com as demais Agências Reguladoras.

Todavia, é preciso destacar que o Art. 5º do PL 20/2000, que tramita em regime de urgência constitucional no Senado, já impõe esta providência a todas as Agências reguladoras. Assim, não há necessidade de tratar o assunto no Projeto de Lei de criação da Ana, evitando-se assim um desnecessário retardo em sua implementação. Este, aliás, foi o argumento que motivou o nobre Senador José Fogaça a retirar a Emenda nº 1, cuja finalidade coincidia com a Emenda nº 9, subscrita pela Senadora Marina Silva.

Sob nossa ótica, a proibição da recondução dos diretores da Ana, preconizada na emenda nº 9, não é salutar, porque exclui pontos importantes da redação original do **caput** do art. 9º do Projeto e seus parágra-

fos, como a instituição de mandatos não coincidentes para os diretores e a forma de se fazer a sucessão em caso de vaga de diretor. Por outro lado, considera-se que uma recondução, como consignado originalmente, seja técnica e administrativamente mais adequada a continuidade das políticas de médio e longo prazo da Agência.

Por Fim, a Emenda n.º 10 da apresentada pela nobre

Senadora Marina Silva, altera a redação do inciso III do art. 12. Pela emenda, a diretoria da Ana cabe-lá elaborar o regimento interno da Agência, devendo submetê-lo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A alteração proposta não merece nosso apoio, haja vista que institui amarras indesejáveis à administração da Ana. Assim, ao nosso ver, a redação original deve ser mantida em sua integralidade, pois preserva a autoridade e autonomia da Agência, preceituadas no art. 3.º do Projeto.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 2000, nos exatos termos do texto enviado pela Câmara dos Deputados, rejeitando as emendas apresentadas.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000. – **Emília Fernandes**, Presidente – **Gilvam Borges**, Relator – **Luiz Pontes** – **Carlos Bezerra** – **Gilberto Mestrinho** – **Marluce Pinto** – **Romero Jucá** – **Paulo Hartung** – **Paulo Souto** – **Mauro Miranda** – **Arlindo Porto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Geraldo Cândido** (contrário) – **Ribamar Fiquene**.

PARECERES Nºs 611 E 612, DE 2000

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 19, de 2000 – Complementar (n.º 113/2000 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7.º da Constituição Federal, por aplicação do disposto do parágrafo único do seu art. 22.

PARECER Nº 611, DE 2000

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **Sérgio Machado**

I – Relatório

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, visando a autorizar os Estados e o Distrito Federal a instituir o

piso salarial a que se refere o inciso V art. 7.º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no seu art. 22, parágrafo único.

O projeto de lei estabelece, em seu art. 1.º, que tanto os Estados como o Distrito Federal poderão instituir, mediante lei do Poder Executivo, piso salarial para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Em seu § 1.º, fica determinado que a autorização para fixação de piso salarial não poderá ser exercida no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais, bem como em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

Já em seu § 2.º estabelece-se que o piso salarial poderá ser estendido aos empregados domésticos.

O projeto de lei em comento foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no último dia 3 de maio, registrando-se 302 votos a favor e apenas 19 contra, tendo sido remetido para a análise desta Casa em 8 de maio do corrente.

É importante perceber que a Constituição Federal, em seu art. 22, estabelece, *in verbis*:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”

Assim, fica explicitado que a União pode delegar poderes legislativos específicos aos demais entes da Federação, conquanto seja feita tal delegação por lei complementar. O Professor Ives Gandra da Silva Martins, em seus comentários à Constituição de 1988, ressalta que a permissão de delegação não se confunde com o exercício da competência supletiva dos Estados e do Distrito Federal.

Já no inciso V, do art. 7.º, a Constituição estabelece, *in verbis*:

“Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;”

Portanto, pode-se perceber que, desde 1988, existe fundamentação legal para a implementação de pisos salariais diferenciados. Deste modo, da combi-

nação dos dois dispositivos constitucionais supracitados obtém-se a fundamentação legal da proposição ora em análise.

Deve-se ressaltar, contudo, que a delegação aos Estados e ao Distrito Federal para instituir pisos salariais diferenciados não interfere na competência para fixação do salário mínimo unificado, de que trata o inciso IV do art. 7º da Carta Magna, que continua a ter a sua regência fixada em lei federal.

Destarte, o que se pretende é que seja fixado um piso salarial de cada unidade da Federação para os empregados que não tenham piso salarial instituído por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Destaque-se que os pisos salariais a serem instituído pelos Estados e o Distrito Federal serão sempre superiores ao salário mínimo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II _ Voto

A economia brasileira tem registrado, desde 1994, uma série de modificações estruturais em seu funcionamento. A estabilização dos níveis de preço constituiu-se, indubitavelmente, em uma profunda mudança na gestão financeira por parte não só dos governantes como também por parte dos trabalhadores.

Os ganhos salariais irreais, derivados da "ilusão monetária" de que aumento nominal de salário significa maior poder de compra, não se sustentam mais. Pela primeira vez, em muitas décadas, o determinante para o crescimento da economia brasileira e para o rendimento dos trabalhadores passou a ser o aumento da produtividade, derivado da busca da eficiência microeconômica, consequência do maior investimento em educação.

Dentro desse contexto, as antigas regulamentações do mercado de trabalho passaram a se tornar anacrônicas, impedindo até mesmo o desenvolvimento da economia nacional.

A manutenção do atual sistema de reajuste dos pisos salariais, independentemente de qualquer especificidade, viola não só a lógica econômica, mas também a lógica da democracia política participativa.

Primeiramente, é preciso compreender que as antigas "leis" da economia, desenvolvidas em um cenário de forte estatização e pequena abertura comercial ao exterior, não se aplicam mais. Era nesse cená-

rio que se fundamentava a lógica de um piso salarial uniformizador.

Do ponto de vista econômico o salário deriva da produtividade do trabalho; assim, dadas as dimensões continentais de nosso País, bem como a diversidade das forças produtivas, a manutenção do salário unificado, de forma genérica, significa que os trabalhadores mais produtivos estariam perdendo renda para os lucros.

A explicação é simples. O salário unificado em termos nacionais tem que ser fixado de acordo com a menor produtividade do País, para que não leve à falência as empresas menos produtivas. Todo ano observava-se a discussão em torno dos limites da elevação do salário mínimo, tanto para as contas públicas, como para as regiões economicamente menos desenvolvidas do País.

Essa lógica generalizadora tem um efeito imediato: beneficia as empresas que se localizam nas regiões mais desenvolvidas de nosso País. Ora, essas empresas, como o salário mínimo era fixado pela região de menor produtividade, beneficiavam-se de uma maior produtividade do trabalhador, sem remunerá-los de acordo com a sua capacidade de produção. E tudo isso com base na lei! A conclusão econômica é direta e contundente: o salário unificado de forma genérica, sem possibilidade de pisos salariais específicos, é instrumento concentrador de renda e gerador de lucros extraordinários para grandes empresas, na sua maior parte monopolistas ou oligopolistas.

Destarte, a possibilidade de que os governadores, levando em consideração a peculiaridade e os limites de suas economias, possam vir a determinar pisos salariais específicos, permitirá, pela primeira vez na nossa historiografia econômica, que os trabalhadores mais produtivos possam vir a ter juridicamente capacidade de elevar os seus salários.

É importante observar que quando o salário mínimo era diferenciado por região nas décadas anteriores, a diferenciação era toda feita pelo Governo Central, de forma arbitrária e sem levar em consideração as especificidades das forças produtivas locais. Portanto, age de má-fé quem quer comparar a experiência anterior com a atual proposta do Governo.

Ressalte-se também que a proposta descentralizadora ora em apreciação permitirá maior mobilização dos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento da consciência política dos mesmos, que estes poderão se organizar regionalmente, em razão de seus interesses.

Além do mais, como ressalta o Professor Raul Machado Horta, tal proposta ora em análise corresponderá ao amadurecimento do federalismo brasileiro, partindo da descentralização legislativa que se verifica na delegação de competências, a exemplo do que ocorre no Direito Constitucional alemão.

Ressalta-se, também, que o eminente constitucionalista Celso Ribeiro Bastos, em artigo recentemente publicado na **Revista Jurídica Virtual** (nº 11, d. abril deste ano), ao dissacar os conceitos de salário mínimo e piso salarial demonstra cabalmente que não há inconstitucionalidade inerente.

Tudo dependerá da forma da aplicação da lei, como deveras urge que seja.

Outra falácia que tem sido muito repetida é a de que a regionalização dos pisos salariais implicará aumento da migração interna. Ora, a questão da migração depende essencialmente do desenvolvimento de políticas regionais de desenvolvimento, as quais encontram-se expressas no Plano Plurianual de Investimentos. A migração não se extinguiu durante esta última década de salário unificado. O combate às causas da migração não pode ser a partir de um piso salarial deprimido.

Além do mais, não se pode querer perpetuar um modelo concentrador de renda, e ineficaz quanto ao crescimento, usando como justificação a contenção do processo migratório. Somente a melhor remuneração do fator trabalho poderá redundar em condições melhores de vida para todos os brasileiros.

Portanto, podemos observar que o projeto em análise consistirá em mais um passo da modernização institucional de nossa economia, no sentido não só de garantir a estabilidade do nível de preços, mas de permitir uma melhor distribuição da renda nacional.

Em face do exposto, considerando que não existem vícios de ordem constitucional, legal ou regimental, bem como o inegável mérito do projeto, voto pela aprovação da matéria nos termos em que foi apresentada.

Sala das Comissões,

Presidente

Relator

Sala das Reuniões, de de 2000.

1 _ JOSÉ AGRIPINO _ Presidente

2 _ SÉRGIO MACHADO _ Relator

3 _ DJALMA BESSA

4 _ PEDRO PIVA

5 _ EDUARDO SUPPLY (Vencido)

6 _ JOSÉ FOGAÇA

7 _ ÁLVARO DIAS

8 _ JOSÉ ALENCAR

9 _ PEDRO SIMON

10 _ ROMEU TUMA

11 _ BELLO PARGA

12 _ LÚCIO ALCÂNTARA

13 _ ROMERO JUCÁ

14 _ RENAN CALHEIROS

15 _ ROBERTO FREIRE

16 _ JOSÉ EDUARDO DUTRA

(Vencido)

Voto em Separado do Senador José Eduardo Dutra, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000 _ Complementar, "que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o art. 7º, Inciso V, da Constituição Federal, por aplicação do dispositivo no seu art. 22, parágrafo único".

A exposição de motivos que institui a proposição sustenta que o presente projeto constitui iniciativa pioneira "dessa espécie de delegação na experiência constitucional brasileira". De fato, é certo que, no que concerne à aplicação do disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, a proposição é inovadora, o que não significa, necessariamente que os estados Federados nunca tenham tido a prerrogativa de legislar sobre o direito do trabalho, ou seja sobre as relações entre empregados e empregadores, no âmbito da iniciativa privada.

Na verdade, as vagas instruções da Constituição de 1891 sobre a prerrogativa legiferante, em matéria de trabalho, levou a que se configurasse, na prática, um quadro de competências concorrentes, entre a União e os Estados-membros, a respeito desse tema.

Apenas a partir da Reforma Constitucional de 1926, de conteúdo fortemente centralizador, em razão da trágica experiência de intermináveis intervenções federais para manutenção do pacto federativo, é que a União passa a deter a competência privativa de legislar sobre direito do trabalho (art. 34, item 28; da Constituição de 1891, com as emendas de 1926).

Sobre isso, assim escreveu o eminente jurista Mozart Victor Russomano:

"A reforma constitucional de 1926, por seu turno, possui especial significado; pela primeira vez o legislador constituinte fez expressa referência ao direito do trabalho e fê-la para atribuir à União a competência privativa para legislar sobre a matéria. Devemos essa iniciativa ao Congresso de 1926 e, em consequência, tornou-se possível a uniformização das normas sobre o trabalho, bem como seu mais rápido desenvolvimento e progressiva melhoria técnica" (Rusomano, M. V. Curso de Direito do Trabalho, 5ª ed. Curitiba: Juruá, 1995, p. 18).

Repitamos, pois, o insigne Ministro do Tribunal Superior do Trabalho: a outorga à União da atribuição de, privativamente, legislar sobre o direito do trabalho tornou possível a uniformização das normas sobre o trabalho, bem como seu rápido desenvolvimento e progressiva melhoria técnica. Politicamente, isso significou importante medida para a restauração do federalismo e afirmação da nacionalidade.

É isso que o Presidente da República, com sua habitual pirotecnia, mormente em matérias concernentes a direitos sociais, pretende desconstituir. Sua Excelência, que se diz um "progressista" (v. **Folha de S. Paulo**, 12-6-00, 1ª cad., p. 3), quer, em verdade, o retorno à situação anterior a 1926, época em que um "contrato de trabalho não se distinguia de um contrato de locação" (cf. Moraes, Evaristo de. *Apostamentos de Direito Operário*, 2ª ed. São Paulo: LTr, 1971).

Como assinalou a Senadora Heloísa Helena, em seu voto em separado na Comissão de Assuntos Sociais, sobre este projeto, o disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Maior dá guarida, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, ao chamado "princípio da subsidiariedade" (v. Baracho, José Alfredo de Oliveira. *O Princípio da Subsidiariedade: conceito e evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1997), segundo o qual entes político-administrativo em plano inferior ao da União, assim como entidades da sociedade civil, são instados a levar a efeito atribuições inicialmente deferidas às autoridades legislativas e executivas federais.

Lembrou ainda a ilustre Líder do Bloco de Oposição que "na exposição de motivos interministerial, destaca-se que o chamado estado subsidiário pode ser muito bem observado no Direito Constitucional alemão. Há que se registrar, todavia, que os efeitos concretos desta proposição, no panorama político-jurídico nacional, podem ser bem diversos daqueles que se verificam na Alemanha".

Prosseguiu a Senadora Heloísa Helena: "em primeiro lugar, cumpre notar que, no plano das rela-

ções laborais, a Alemanha adota um modelo de composição de interesses trabalhistas que vai na contra-mão da heteronomia normativa sugerida por esta proposição. Lá se observa aquilo que Maurício Godinho Delgado chamada de "autonomia normativa subordinada" (*Democracia e Justiça: Sistema Judicial e Construção Democrática no Brasil*. São Paulo: LTr, 1993), em que ao Poder Público cabe tão-somente assegurar, por lei, o equilíbrio contratual entre os sindicatos e a classe empresarial, para que as partes interessadas possam, então, entabular, livremente, as condições coletivas de trabalho, inclusive piso salarial. Não há registro, no direito do trabalho alemão de experiências como a que se pretende, por esse projeto, ver introduzida no Brasil (v. HALBACH, Günter, MERTENS, Alfred, SCHWEDES, Rolf e WLOTZKE, Otfried. *Übersicht Recht der Arbeit*. Bonn: Bundesministerium für Arbeit und Sozialordnung, 1981, pp. 70-71)".

"Em segundo lugar, _ ainda nas palavras da representante do Estado de Alagoas _ vale lembrar que o federalismo praticado na Alemanha é, como bem ensina Raul Machado Horta (*Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999), do tipo cooperativo. Ora, a presente proposição, em sentido inverso, estimula o chamado federalismo "competitivo". É evidente que a existência de distintos pisos salariais estimula fluxos migratórios, em busca de salários mais altos e, no rumo inverso, o deslocamentos de capitais, na procura de mão-de-obra mais barata. É evidente que dessa mistura de ingredientes resulta um composto explosivo para o pacto federativo e para a nacionalidade".

Ratificando, desta forma, as razões retroexpostas, opinamos pela Rejeição da presente proposição.

Sala das Reuniões, de junho de 2000. _ Senador **José Eduardo Dutra**.

PARECER Nº 612, DE 2000

(Da Comissão de Assuntos Sociais.)

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I _ Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República visando a autorizar os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V, art. 7º, da Constituição Federal, por aplicação do disposto no seu art. 22, parágrafo único.

O projeto de lei estabelece, em seu art. 1º, que tanto os Estados como o Distrito Federal poderão ins-

tituir, mediante lei do Poder Executivo, piso salarial para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O § 1º determina que a autorização para fixação de piso salarial não poderá ser exercida no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais, bem como em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

O § 2º estabelece que o piso salarial poderá ser estendido aos empregados domésticos.

O projeto de lei em comento foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, no último dia 3 de maio, registrando-se 302 votos a favor e apenas 19 contra, sendo remetida para a análise desta Casa em 8 de maio do corrente.

É importante perceber que a Constituição Federal, em seu art. 22, estabelece, **in verbis**:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo."

Assim, fica explicitado que a União tem competência para delegar poderes legislativos específicos aos demais entes da Federação, desde que seja feita tal delegação por lei complementar.

Já no inciso V, do art. 7º, a Constituição estabelece, **in verbis**:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....
V _ piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;"

Portanto, da combinação dos dois dispositivos constitucionais supracitados obtém-se a fundamentação legal da proposição ora em análise.

Assim, o que se pretende é que seja fixado um piso salarial de cada unidade da Federação para os empregados que não tenham piso salarial instituído por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II _ Voto

A economia brasileira registra, desde 1994, uma série de modificações estruturais em seu funcionamento. A estabilização dos níveis de preço constituiu-se, indubitavelmente, em uma profunda mudança na gestão financeira por parte não só dos governantes como, também, dos trabalhadores.

Uma característica diferenciadora do Plano Real, em relação aos efeitos redistributivos dos planos econômicos anteriores, foi que, no Real, houve uma redistribuição efetiva da renda dos extratos superiores (1% mais ricos e 5% mais ricos) para os extratos inferiores (10% mais pobres).

Romper com a estratégia anterior de reajustes salariais indiferenciados significou romper com a perspectiva do inflacionismo permanente (expressão cunhada para definir a visão da dependência da inflação no processo econômico nacional).

É consenso entre os economistas que os processos inflacionários agudos se caracterizam por reforçar os instrumentos concentradores de renda. A inflação, ao reduzir a renda real a partir da elevação dos preços, funciona como uma espécie de tributo, transferindo renda dos trabalhadores para os rentistas, dos setores concorrenciais para os setores monopolistas e dos indivíduos para o Estado.

Com o Plano Real e sua reforma monetária, houve uma ruptura com o histórico inflacionário. A redução brusca do "imposto inflacionário" retirou da economia o véu inflacionista que impedia a construção efetiva de referências de troca na economia brasileira.

Entretanto, a redução da inflação também externalizou, de maneira dramática, a ficção que eram os orçamentos públicos, trazendo à tona o déficit, antes mascarado pela receita derivada da "ciranda financeira". Desse modo, veio ao debate a realidade possível para a fixação das taxas salariais.

Destarte, a redução da inflação tem sobre a redistribuição da renda um efeito do tipo **once for all**. Ou seja, a queda brusca do aumento dos preços redistribui a renda a favor daqueles que antes não conseguiram se proteger na "ciranda financeira". Entretanto, este efeito acontece de uma única vez, enquanto redistribuição de renda no longo prazo significa criar condições endógenas de crescimento auto-sustentado.

Neste momento, é importante enfatizar também que, passado o efeito inicial do fim do "imposto inflacionário", a concorrência entre os fatores de produção torna-se essencial para a definição da partição da

renda. Ou seja, sem o "véu inflacionista" é que a qualificação tanto do trabalho como do capital torna-se estratégica. O presente projeto, ao acabar com o engessamento a partir de um salário único, terá importante papel no processo de distribuição de renda.

Romper com o padrão distributivo nacional, que tem suas bases primordiais na colônia e suas bases mais recentes no modelo de industrialização adotado a partir da década de 30, significa romper com a estratégia de desenvolvimento adotada até o momento.

Portanto, esta fase de estabilização constituiu-se na premissa para que se procedessem as reformas institucionais que possibilitassem um processo de redistribuição efetiva de renda em nosso País. Sem a estabilidade nunca se poderia melhorar o perfil de distribuição de renda. Estamos, agora, no prosseguimento da etapa reformista em benefício do trabalho.

O projeto de lei ora em análise por esta Comissão, de fato, insere-se neste contexto de busca de criação de instrumentos que permitam a construção de uma sociedade mais justa. É mais um passo no aprimoramento institucional de nossa legislação social.

Segundo a Receita Federal, no ano de 1999, apenas 10.446.083 contribuintes, pessoas físicas, declararam o Imposto de Renda. Se considerarmos a população brasileira como superior a 160 milhões de pessoas, podemos ter uma idéia de quão limitada é a participação destas neste importante tributo direto.

Entretanto, como a população total envolve, também, crianças e outras pessoas não participantes do mercado de trabalho, devemos comparar tais contribuintes, por exemplo, com relação à População Economicamente Ativa (PEA), que é de aproximadamente 80 milhões. Assim, somente cerca de 13% do conjunto da PEA é declarante do Imposto de Renda.

Quando analisamos o perfil dos declarantes, nos surpreendemos ainda mais. Cerca de 45% dos declarantes apresentaram renda mensal de até R\$1.000! O Estado de Tocantins apresenta o maior percentual de declarantes nesta faixa (62%), sendo que o Distrito Federal apresenta o menor índice desta faixa 27,8%).

De fato, cerca de 85% dos declarantes ganham até R\$2.500,00, isto é, até pouco mais de 16 salários mínimos.

Com a possibilidade da fixação de piso regional diferenciado, tornar-se-á possível que os trabalhadores consigam articular-se para a melhoria salarial de suas categorias. Destarte, pela primeira vez, a participação local na definição do nível salarial, a partir dos Poderes Executivo e Legislativo estaduais, permitirá que o debate sobre a distribuição de renda leve em

consideração as peculiaridades da produtividade do trabalho e da eficiência econômica de cada região de nosso País.

Tal prática, com certeza, contribuirá para a elevação gradual do salário médio e, portanto, para a ampliação da participação do fator trabalho na renda nacional. Ora, na medida em que se criam condições favoráveis para a ampliação da discussão em torno da remuneração do trabalhador, criam-se, também, condições para a elevação dos ganhos salariais.

Do ponto de vista político, constitui-se em avanço substancial de nossa democracia participativa, a instituição do processo de descentralização do piso salarial. De fato, esta ação servirá para fortalecer o princípio federativo inscrito em nossa Carta Magna.

Ressalte-se, também, o fato de que a categoria dos empregados domésticos, tão prejudicada, até bem pouco tempo, do ponto de vista da legislação trabalhista, será beneficiada pelo presente projeto. É sabido que tal categoria apresenta grande diferenciação regional e a limitação do salário mínimo prejudicava a melhoria das condições de vida dessa categoria.

Assim, ficam evidenciadas a importância e a urgência do projeto por mim relatado, o qual será mais um passo que o Congresso Nacional dará em direção a criação de leis que garantam a melhoria do nosso perfil de distribuição de renda.

Em face do exposto, considerando que não existem vícios de ordem constitucional, legal ou regimental, bem como o inegável mérito do projeto, voto pela aprovação da matéria nos termos em que foi apresentada.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2000. _
Osmar Dias, Presidente _ **Moreira Mendes**, Relator
_ **Ribamar Fiquene** _ **Juvêncio da Fonseca** _ **Heloisa Helena** (Contrário) _ **Luiz Pontes** _ **Djalma Bessa**
_ **Geraldo Althoff** _ **Geraldo Cândido** (Contrário) _
Lúcio Alcântara _ **Antero Paes de Barros** _ **Marina Silva** (Contrário) _ **Paulo Souto** _ **Tião Viana** (Contrário) _ **Sebastião Rocha** (Abstenção) _ **Leomar Quintanilha** _ **Jonas Pinheiro** _ **Sérgio Machado** _ **Carlos Bezerra**.

Voto em separado da Senadora Heloisa Helena, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000, "que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o art. 7º, inciso V, da Constituição Federal, por aplicação do disposto no seu art. 22, parágrafo único.

Conforme salientado na exposição de motivos que instrui a proposição, o presente projeto constitui iniciativa pioneira "dessa espécie de delegação na experiência constitucional brasileira". Por essa razão, creio, preliminarmente, que seria de bom alvitre que, sobre a matéria, a qual _ repita-se _ inaugura a aplicação do disposto no art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, se ouça a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com efeito, ainda que se admita, apenas para argumentar, que o piso salarial de que trata a proposição não se confunde com o salário mínimo a que alude o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, há relevante questão constitucional a ser apreciada.

O disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Maior dá guarida, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, ao chamado "princípio da subsidiariedade" (v. Baracho, José Alfredo de Oliveira. *O Princípio da Subsidiariedade: conceito e evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1997), segundo o qual entes político-administrativos em plano inferior ao da União, assim como entidades da sociedade civil são instadas a levar a efeito atribuições inicialmente deferidas às autoridades legislativas e executivas federais.

Como bem asseverado na exposição de motivos interministerial, o chamado "Estado subsidiário" pode ser muito bem observado no Direito Constitucional alemão. Há que se registrar, todavia, que os efeitos concretos desta proposição, no panorama político-jurídico nacional, podem ser bem diversos daqueles que se verificam na Alemanha.

Em primeiro lugar, cumpre notar que, no plano das relações laborais, a Alemanha adota um modelo de composição de interesses trabalhistas que vai na contramão da heteronomia normativa sugerida por esta proposição. Lá se observa aquilo que Maurício Godinho Delgado chamada de "autonomia normativa subordinada" (*Democracia e Justiça: Sistema Judicial e Construção Democrática no Brasil*. São Paulo: LTr, 1993), em que ao Poder Público cabe tão-somente assegurar, por lei, o equilíbrio contratual entre os sindicatos e a classe empresarial, para que as partes interessadas possam, então, entabular, livremente, as condições coletivas de trabalho, inclusive piso salarial. Não há registro, no direito do trabalho alemão, de experiências como a que se pretende, por esse projeto, ver introduzida no Brasil (v. Halbach, Günter, Mertens, Alfred, Schwedes, Rolf e Wlotzke, Otfried. *Übersicht Recht der Arbeit*. Bonn: Bundesministerium für Arbeit und Sozialordnung, 1981, pp. 70-71).

Em segundo lugar, vale lembrar que o federalismo praticado na Alemanha é, como bem ensina Raul Machado Horta (*Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999), do tipo "cooperativo". Ora, a presente proposição, em sentido inverso, estimula o chamado federalismo "competitivo". É evidente que a existência de distintos pisos salariais estimula fluxos migratórios, em busca de salários mais altos e, no rumo inverso, os deslocamentos de capitais, na procura de mão-de-obra mais barata. E evidente que dessa mistura de ingredientes resulta um composto explosivo para o pacto federativo e para a nacionalidade.

Por tais razões, somos, preliminarmente, pela audiência da CCJ, em relação aos aspectos de constitucionalidade da proposição e, caso se prospere no exame de seu mérito, pela sua rejeição.

Sala das Reuniões, 1º de junho de 2000. _ Senadora **Heloísa Helena**.

Emenda incorporada ao voto em separado da Senadora Heloísa Helena.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Ficam os Governos Estaduais autorizados a fixar um patamar de renda abaixo da qual qualquer pessoa de 18 anos ou mais que não o alcance passará a ter o direito de receber do Estado, em colaboração com a União, um complemento de renda equivalente a 33% da diferença entre aquele patamar e a sua renda.

Parágrafo único. De acordo com a disponibilidade de recursos e a experiência do programa, os Governos Estaduais poderão elevar o valor da alíquota mencionada no caput."

Justificação

A definição do salário mínimo deve ser coordenada com a instituição de uma renda mínima de forma a compatibilizar a necessidade de competitividade das empresas, que varia em função de sua produtividade, com o ideal de participação dos trabalhadores na renda e na riqueza produzidas pelo desenvolvimento econômico.

A experiência de alguns países desenvolvidos, como a França e os EUA, mostra que a coordenação entre a definição do valor do salário mínimo com programas de reforço de renda familiar constitui meio poderoso para erradicar a miséria.

Os programas hoje existentes de complementação de renda, como a Lei nº 9.533/97, que autoriza a União a conceder apoio financeiro aos municípios

que instituírem programas de garantia de renda mínima, são bastante restritos. Seria altamente desejável que os Estados somassem esforços, juntamente com a União e com os Municípios, e complementando suas ações futuras na definição de pisos salariais, para erradicar a miséria no País.

PARECER Nº 613, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o PLS nº 336, de 1999 _ Complementar _ de autoria do Senador Ademir Andrade, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 6 de junho de 1993, que "dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária" (em virtude da aprovação do Requerimento nº 643/99).

Relator Ad Hoc: Senador José Eduardo Dutra

I _ Relatório

Trata-se de exame do Projeto de Lei Complementar nº 336, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que objetiva modificar a redação dos §§ 2º e 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76, de 6 de junho de 1993, que "dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária".

O § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93 estabelece que o valor da indenização corresponderá ao valor apurado na data da perícia, ou ao consignado pelo juiz, corrigido monetariamente até a data de seu efetivo pagamento.

Pretende o Projeto em apreço fazer consignar a exclusão do pagamento de juros compensatórios, porque indevidos na espécie, conforme consta da justificativa que o acompanha.

O § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93 determina que, na sentença, o juiz individualize o valor do imóvel de suas benfeitorias e dos demais componentes do valor da indenização.

O presente PLC vem modificar a redação do aludido dispositivo, para determinar a exclusão do pagamento de cobertura florística.

É de competência desta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o assunto em exame, em razão de se tratar de matéria referente às indenizações em

ação de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, ou seja, sobre Direito Agrário.

É o relatório.

II _ Voto

É de se reconhecer a importância de se apreciar, com urgência, esta matéria, a fim de que as desapropriações por interesse social para fins de Reforma Agrária não alcancem valores absurdos, que estão longe dos princípios que informam o justo preço.

A avaliação exige objetividade e emprego de regras técnicas, sem as quais a indenização será fixada ao sabor das conveniências, com total ausência de critérios.

A correção monetária do valor da indenização fixado durante a avaliação não poderá ultrapassar às condições existentes no mercado, sob pena de se revelar injusto o preço fixado ao final da lide, o que onerará os cofres públicos.

Objetivando corrigir a distorção acima apontada, o Projeto em apreço pretende alterar a redação do § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93, buscando impedir que o titular do imóvel desapropriado receba o pagamento, pelo expropriante, de juros de 12% ao ano, a partir da imissão antecipada na posse do imóvel.

É entendimento jurisprudencial de nossos tribunais que o proprietário não pode vir a ser penalizado pela impossibilidade de ocupar ou utilizar o imóvel objeto de desapropriação, deixando de receber os lucros que iria auferir, devendo receber o valor da indenização, ao final da lide, com o trânsito em julgado da sentença, acrescida dos chamados juros compensatórios, que visam ressarcir os lucros que não foram percebidos.

Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que os procedimentos judiciais regulados pela Lei Complementar nº 76/93 referem-se à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, que se assenta sobre pressupostos constitucionais que não atingem a propriedade produtiva, e, tampouco, a pequena e a média propriedade, mas somente as grandes propriedades, e, dentre estas, apenas aquelas que não cumprem as suas funções sociais.

Ora, se um imóvel rural não cumpre a sua função social, não é produtivo, não há o que compensar ao seu proprietário em razão da imissão antecipada na posse. Inexistindo produção, inexistirá os lucros cessantes, não fazendo o desapropriado jus ao pagamento dos chamados juros compensatórios.

O pagamento de juros compensatórios somente se justifica diante da impossibilidade do proprietário continuar produzindo. No entanto, o imóvel objeto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é aquele que não está sendo utilizado, ou está sendo sub ou mal utilizado. Assim, não tem cabimento admitir-se a aplicação, neste caso, de mecanismos que visam a ressarcir o proprietário pela perda antecipada de seu bem, privando-o dos lucros cessantes auferidos pela utilização.

Na hipótese de imóveis rurais, a indenização pelos lucros cessantes, denominada juros compensatórios, na maioria de casos, é uma falácia.

O Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, deverá zelar intransigentemente pelo patrimônio público, especialmente no caso da incidência, por presunção, dos juros compensatórios.

A situação revela-se especialmente grave nos casos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e proteção do meio ambiente, onde há, de regra, a impossibilidade de se comprovar os rendimentos auferidos à época da desapropriação, por se tratar de imóveis improdutivos ou que descumpriam a legislação ambiental.

O pagamento de juros compensatórios permite o locupletamento ilícito do proprietário que não se utilizava da sua propriedade, que não a tornou produtiva pelo seu trabalho e investimento e, assim, pela inércia, fez com que a mesma deixasse de cumprir a sua função social.

Por outro lado, a modificação do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93 objetiva excluir do valor da indenização a cobertura florística, no sentido de fixar, de forma justa, coerente e lógica, todas as parcelas que integram tal valor.

Este Projeto objetiva apaziguar jurisprudência controvertida dos tribunais, que ora decide pela inclusão, ora pela exclusão, da cobertura florística.

A cobertura florística integra o preço da terra, não podendo ser objeto de indenização específica e diferenciada, sob pena de se pagar pela terra duas vezes.

A cobertura florística não é benfeitoria, não é artificial e não foi feita mediante qualquer empreendimento; ou seja, existe sem qualquer investimento de capital ou emprego de mão-de-obra.

O cálculo do valor da terra é feito por comparação, pelo sistema métrico, dentro de uma dada região. Nada justifica o entendimento absurdo que os tribunais insistem em adotar, ao homologar os laudos de avaliação acrescidos novamente da cobertura vege-

tal, quando esta já foi considerada, juntamente com a qualidade do solo e outros elementos, na fixação do preço de mercado da terra.

À evidência, verifica-se a afronta ao princípio constitucional da justa indenização, em razão da superposição do preço.

É de se ressaltar casos de pagamento de cobertura florística onde a exploração econômica é inviável e que o desapropriado recebe por metro cúbico, a preço de comércio de madeira em tora, no ato de entrega da mercadoria na serralheria.

Urge que se dê um basta a esses assaltos aos cofres públicos, e que não se premie a inércia do proprietário desidioso com indenizações multimilionárias.

É necessário que se encontre na justa indenização o valor equivalente àquele que o proprietário conseguiria obter, colocando seu imóvel à venda no mercado.

Em face de todo o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 336/99 por seus jurídicos fundamentos de fato e direito, especialmente pelas razões contidas na justificativa que o acompanha.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2000. _ **Ney Suassuna**, Presidente _ **José Eduardo Dutra**, Relator Ad Hoc _ **Roberto Saturnino** _ **Eduardo Suplicy** _ **Lúdio Coelho** _ **José Fogaça** _ **Romeu Tuma** _ **Jorge Bornhausen** _ **Luiz Otávio** _ **Paulo Souto** _ **José Roberto Arruda** _ **Pedro Piva** _ **Lúcio Alcântara** _ **Carlos Bezerra**.

PARECER Nº 614, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Ramez Tebet**

I _ Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000 (nº 307, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.087, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de julho de 1999, que outorga a concessão para a explo-

ração de canal de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Aroldo de Oliveira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II _ Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 93, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Cultural e Educacional de Itajaí atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2000. _ **Luzia Toledo**, Vice-Presidente no exercício da Presidência
_ **Ramez Tebet**, Relator _ **Luiz Otávio** _ **José Jorge**
_ **Geraldo Althoff** _ **Geraldo Cândido** (abstenção) _
Agnelo Alves _ **Gerson Camata** _ **Emília Fernandes** _ **Romeu Tuma** _ **José Fogaça** _ **Osmar Dias** _
Djalma Bessa _ **Lúcio Alcântara** _ **Ribamar Figueira** _ **Jorge Bornhausen** _ **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Do Expediente lido constam mensagens presidenciais encaminhando os Projetos de Lei n.ºs 3 e 4, de 2000-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução n.º 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação dos projetos:

Até 17/6 – publicação e distribuição de avulsos;

Até 25/6 – prazo final para apresentação de emendas;

Até 30/6 – publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 10/8 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2000

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal voto de aplausos e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que ontem sagrou-se bicampeão do torneio Roland Garros, na França, alcançando a posição de número um no tênis mundial.

Justificação

O tenista Gustavo Kuerten, o Guga, alcança uma posição inédita para o esporte brasileiro. Além de vencer o torneio de Roland Garros pela segunda vez, uma das quatro mais importantes competições da modalidade em todo o mundo, eleva o Brasil ao topo do tênis internacional. Ele é agora o líder do **ranking** mundial, posição inédita para um brasileiro.

Este feito é importante não apenas pelo que representa no esporte, mas sobretudo pela divulgação que dá ao País como um todo. É sabido que, quando um país destaca-se no esporte, imediatamente cresce o interesse mundial em conhecer outros de seus aspectos, especialmente no campo do turismo.

Gustavo Kuerten, com suas conquistas, entra definitivamente para o rol dos grandes ídolos brasileiros, juntando-se a nomes como Pelé, Ayrton Senna e tantos outros, conhecidos e respeitados

mundialmente. É, portanto, justo e oportuno que o Senado Federal apresente seus cumprimentos a este desportista que, certamente, ainda dará muitas alegrias ao povo brasileiro e atrairá grandes conquistas para o País.

Como desportista, como presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que discute a nova Lei do Esporte é que dou entrada a este requerimento esperando contar com o apoio de todos os meus pares.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. — Senador Maguito Vilela, PMDB/GO.

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO.) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO.) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, realmente o tenista Gustavo Kuerten, o Guga, teve ontem um dia inédito para o esporte brasileiro. Foi bicampeão do torneio de Roland Garros e ocupa hoje o primeiro lugar no ranking mundial. Gustavo Kuerten, o Guga, sem dúvida alguma, entra para o rol dos grandes e imortais desportistas brasileiros como Pelé, Ayrton Senna, Garrincha e tantos outros que brilharam nos esportes.

Portanto, é justo que o Senado Federal preste esta homenagem ao Guga pelo seu esforço, pela sua luta, pela sua determinação e pela sua criatividade. O desportista brasileiro é realmente criativo, aliás, o brasileiro de uma forma geral, quando apoiado ele realmente consegue façanhas extraordinárias. Portanto, como desportista e como Relator da Lei Pelé, solicito a V. Ex^a que coloque este meu requerimento em votação para que o Senado Federal possa prestar essa homenagem.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me concede um aparte, eminente Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO.) – Concedo o aparte o aparte a V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Maguito Vilela, faz muito bem V. Ex^a em enaltecer esse feito extraordinário do desporto brasileiro. Na

realidade, o Gustavo Kuerten, nosso querido Guga, é hoje o maior ídolo na atualidade da juventude e do povo brasileiro. Feitos como esses acabam por levar milhares e milhares de jovens, de crianças a praticar esse esporte, a consequência V. Ex^a pode perceber: o esporte talvez seja o melhor elemento para se tirar a criança da rua, para desviar sua atenção de outros malefícios que a sociedade hoje está a oferecer para a nossa juventude. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a quando enaltece esse feito extraordinário do Gustavo Kuerten, que, já em 1997 conquistava o título de Roland Garros, agora repete esse feito memorável e, o que é mais importante, torna-se o tenista nº 1 do ranking mundial. Portanto, também no tênis, o Brasil está na pole position. Gostaria de dizer a V. Ex^a que hoje é um dia muito alegre para todo o Brasil, devido a esse feito extraordinário desse grande desportista brasileiro que é o Guga. E o mais importante, Senador, é que o Guga se tornou uma pessoa adorada no mundo inteiro. Ontem tivemos a oportunidade de ver e ouvir os franceses, que lotavam aquela quadra de Roland Garros, torcendo pelo Brasil, talvez pela simpatia, carisma e jovialidade desse nosso grande tenista. Ele conseguiu conquistar o mundo. Portanto, sabemos que as páginas de todos os jornais do mundo inteiro enaltecem esse feito, como V. Ex^a também o faz na tarde de hoje no Senado Federal. Parabéns a V. Ex^a, ao Guga e, principalmente, ao desporto brasileiro.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO.) – Incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento e, neste momento, V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio, que é médico, desportista e que sabe da importância do esporte no País. Esporte é amizade, saúde, vida, emoções e confraternização entre os povos.

V. Ex^a bem disse: o mundo todo ontem, praticamente, torceu para o Guga, justamente porque é um líder positivo, jovem, um moço de boa cabeça, carismático, um líder como o Brasil precisa, como foram Pelé e Zico e tantos outros. Líderes positivos, que dão bons exemplos à nossa juventude, a esta e às futuras gerações.

Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte e muito obrigado ao Sr. Presidente, pelo encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Não havendo Ordem do Dia hoje, o requerimento, cuja votação acaba de ser encaminhada, será votado na sessão deliberativa de amanhã.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência os senadores do PSDB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 1.951-25

Publicação DOU: 28-4-00

ASSUNTO: Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

TITULAR: **Luiz Pontes**

SUPLENTE: **Ricardo Santos**

Brasília, 2 de junho de 2000. _ Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência os senadores do PSDB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 1.954-26

Publicação DOU: 28-4-00

ASSUNTO: Institui o Programa Especial de Financiamento para o combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste _ SUDENE, e dá outras providências.

TITULAR: **Teotônio Vilela Filho**

SUPLENTE: **Luiz Pontes**

Brasília, 2 de junho de 2000. _ Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência os senadores do PSDB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 1.981-47

Publicação DOU: 5-5-00

ASSUNTO: Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nº 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990 e da 5 de

dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.

TITULAR: **Ricardo Santos**

SUPLENTE: **Álvaro Dias**

Brasília, 2 de junho de 2000. _ Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 1.995-78

Publicação DOU: 12-5-00

ASSUNTO: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

TITULAR: **Ricardo Santos**

SUPLENTE: **Osmar Dias**

Brasília, 2 de junho de 2000. _ Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, que dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, foi divulgado, no final de ano passado, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ipea, do qual eu gostaria de destacar alguns resultados, antes de passar propriamente à reflexão que me faz ocupar hoje a tribuna. Adianto-lhes que tomarei como tema as conquistas que vêm sendo obtidas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na área da educação, capitaneadas pelo ilustre Ministro Paulo Renato Souza à frente do Ministério da Educação desde o primeiro mandato do nosso Presidente.

No estudo mencionado, elaborado por três economistas do Ipea, para ser divulgado em um congresso no exterior, é analisada a estreita vinculação existente entre educação e desenvolvimento econômico. Segundo análises desses economistas, um ano a

mais de estudos pode incrementar a taxa de crescimento econômico de um país em 0,35%. Com base nesse cálculo, podemos projetar cenários futuros.

Hoje, a média de tempo de educação da população brasileira fica em torno de cinco anos e meio. Se conseguíssemos elevar essa média para oito anos, teríamos um aumento na renda **per capita** de 0,9%, quase um ponto percentual. A taxa de exportações elevar-se-ia para 1,8%. O nível dos salários nas indústrias subiria 2,1%. Teríamos, ainda, benefícios em alguns indicadores sociais, como na taxa da mortalidade e crescimento da população, que poderiam sofrer razoável redução.

Ainda segundo o estudo, a formação educacional é um bem mais fácil de ser distribuído do que outros ativos, como a terra. Sabemos que a repartição desses ativos é fundamental para melhorar a distribuição de renda e favorecer a mobilidade social. A escassez de trabalhadores qualificados em países com baixo índice de escolarização torna o estudo um bem mais valorizado do que em outros países, o que contribui para agravar ainda mais a deficiência educacional no setor do trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, temos todos a compreensão de que não se muda a realidade num passe de mágica. Em alguns setores, como a educação, as transformações são lentas e difíceis. O investimento que se faz hoje em educação demora anos, talvez décadas, para mostrar seus resultados. É por isso que o tempo urge, quando se trata de introduzir mudanças na educação.

Alguns indicadores de que dispomos hoje, contudo, são suficientes para nos mostrar que a educação brasileira está no rumo certo. Os últimos cinco anos nos trouxeram ganhos significativos. O descortino de um Ministro afeito à área de educação, como é o Ministro Paulo Renato Souza, aliado a uma vontade férrea de mudar as coisas e à coragem de enfrentar a incompreensão de muitos imprimiram à sua gestão um dinamismo ímpar, do qual advieram inegáveis avanços.

Gostaria de mencionar, para dar maior solidez às minhas afirmações, alguns resultados comprovadores desses avanços.

– Começo por destacar a expressiva expansão do acesso ao ensino fundamental. Em 1994, a proporção de crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola passou de 89% para 96%, em 1999. Temos hoje no País 44 milhões de alunos matriculados no

ensino básico. Não fôsse o elevado número de repetência, poderíamos já ter alcançado a tão desejada universalização do ensino fundamental.

– No ensino médio, assistimos a um vertiginoso aumento do número de matrículas. Esse número cresceu 57%, de 1994 a 1999. O incremento, apenas no último ano, foi da ordem de 11,5%. A pressão pelo ensino médio significa que há mais jovens concluindo o ensino fundamental e prosseguindo os estudos, fenômeno natural diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

– As desigualdades regionais estão diminuindo. Na Região Nordeste a matrícula no ensino fundamental cresceu cerca de 27% contra 13% do conjunto do País; no ensino médio, aumentou 62%, contra 57% no País.

– Com mais de 54 milhões de estudantes em todos os níveis de ensino, o Brasil tem cerca de 1/3 da sua população no colégio. Nas escolas do setor público, estão 45 milhões e 600 mil alunos, distribuídos nos níveis de educação infantil, fundamental e média. – Esse número corresponde a 87,8% do total de estudantes.

– A taxa de analfabetismo da população de 15 anos de idade ou menos, está caindo de mais depressa, era de 20,1%, em 1991, caiu para 14,7%, em 1997. Na faixa etária de 15 a 19 anos, essa taxa caiu pela metade: de 12% para 6%.

– Nos últimos cinco anos, o ensino superior brasileiro cresceu 28%, com expressivo aumento da oferta de vagas no setor público. Em apenas quatro anos, registraram-se 424 mil matrículas.

– A pós-graduação teve avanços expressivos. No mestrado, o número de alunos passou de 43,1 mil para 50,8 mil. No doutorado, passou de cerca de 16 mil para mais de 27 mil, entre 1995 e 1998.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO) – Com muito prazer, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – Desculpe interromper o pronunciamento consistente que V. Ex^a faz hoje nesta Casa, sobre um assunto do maior relevo e da maior importância que são os investimentos e as ações que estão sendo patrocinadas em benefício da educação do nosso povo. Não há como pensar no desenvolvimento do Brasil sem um envolvimento total, não só das instituições públicas, que têm dever para com isso, mas também de toda a sociedade, para que possamos remover, com maior rapidez, os obstáculos na área da educação, que dificultam o desenvolvimento mais acelerado do nosso País. Atento ao seu pronunciamento desde o início, eu ouvia as observações com relação à luta pela erradicação do analfabetismo. Veja, nobre Senador, dessa luta todos devemos fazer parte, todo cidadão deve enfrentá-la, porque, já há muito tempo, o Brasil se esforça para eliminar o analfabetismo. E estamos numa era nova; a vida mudou, é dinâmica; a sociedade mudou, é dinâmica; o mundo todo mudou, evoluiu muito, com a ciência, a tecnologia, a cibernética; enfim, houve uma mudança extraordinária, a ponto de mudar o perfil do analfabeto. O analfabeto de hoje é mais aquele que não tem acesso aos novos e modernos meios de comunicação e não os domina. Contudo, no Brasil, estamos envolvidos com um número ainda elevado dos que não sabem ler e escrever, que fatalmente serão excluídos mais ainda da moderna sociedade, porque, a cada dia que passa, não haverá ocupação na sociedade para aqueles que não aprenderam a ler e a escrever. Portanto, entendo que esse esforço que vem sendo desenvolvido pelo Governo deve ser apoiado pela sociedade. Todos devemos contribuir para eliminar definitivamente essa dificuldade enorme que milhares de brasileiros ainda enfrentam, mergulhados nas trevas do desconhecimento. Considero importantíssimas as ponderações de V. Ex^a, mas gostaria de observar que é preciso o esforço de toda a sociedade para que vençamos esses obstáculos relativos à educação, que impedem que o Brasil encontre, de forma mais célere, os caminhos do desenvolvimento, almejados por todos nós. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO) – Eminentíssimo Senador Leomar Quintanilha, o aparte de V. Ex^a traz luzes ao meu pronunciamento. Seguramente, V. Ex^a é um dos Senadores mais preocupados com a educação, não só do nosso Estado, como também de todo o nosso País. Não foi por outro motivo que V. Ex^a foi um dos primeiros Secretários da Educação do mais novo Estado da Federação, que V. Ex^a tão bem

representa nesta Casa, o nosso querido Estado do Tocantins.

As reflexões de V. Ex^a chamam a atenção para um novo modelo de analfabetismo, em que analfabeto é aquele que está desvinculado do avanço científico e tecnológico, da informática, da cibernética e dos computadores. Temos de analisar esse novo e importante conceito de analfabetismo, para o qual V. Ex^a chama a atenção. Só terão vez no mercado de trabalho aqueles que, além de alfabetizados na escola, conseguindo ler, escrever e pensar, também puderem ter acesso aos modernos meios de comunicação, inserindo-se, assim, no seio da sociedade como um elemento produtivo.

Eminentíssimo Senador, é por isso que tanto lutamos aqui, conhecedores que somos de que a educação é a prioridade número um. O Brasil, que tem melhorado as suas cifras, lamentavelmente ainda é um dos países onde há significativo número de analfabetos. Viajamos por outros países onde se constata o índice zero de analfabetismo. No Japão, o analfabetismo é de 0,5%; na Austrália, 1%. Não diria que o Brasil está engatinhando em relação a esse tema, pois já evoluiu bem. No entanto, há muito a ser feito para que possamos alcançar aquilo que uma grande Nação deseja, ao querer fazer parte do concerto das grandes nações do Universo: erradicar definitivamente o analfabetismo.

Estou citando aqui alguns números sobre a educação brasileira verdadeiramente significativos. V. Ex^a já ouviu falar várias vezes de 25%, 30%, 40% de analfabetos. Aqui há um dado demonstrando que, na faixa etária de 15 a 19 anos, essa taxa caiu pela metade, de 12% para 6%. Trata-se de um avanço significativo, mas sabemos que temos que trilhar caminhos difíceis para erradicar definitivamente o analfabetismo em nosso País.

No contexto das mudanças ocorridas, há que se fazer menção à criação do Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Esse Fundo alterou o mecanismo de financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental. A velha história de que o recurso destinado à educação não chegava integralmente à escola, perdendo-se pelos meandros da burocracia, teve seu fim. Ou melhor, deveria ter tido o seu fim, mas até hoje, eminentíssimo Senador Jefferson Peres, ouvimos dizer que recursos do Fundef estão sendo desviados das prefeituras e de sua efetiva aplicação para outras ações, mas pelo menos melhorou

muito a distribuição feita diretamente à escola por meio do Fundef.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª concede-me um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Com muita honra, eminente Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Eu queria dar uma pequena contribuição ao pronunciamento de V. Exª. Não são poucas as denúncias pelo Brasil afora em relação a desvio de recursos do Fundef. Por outro lado, concordo absolutamente com V. Exª: o Fundef foi e tem sido um grande avanço no ensino fundamental. É só verificar o número de matrículas no ensino fundamental, citado por V. Exª, para constatar o que estamos falando. Recentemente, apresentei um projeto, que está tramitando nesta Casa, justamente para melhorar o controle social em relação aos recursos do Fundef. Na Lei do Fundef, está instituído um Conselho Municipal. Só que esse Conselho, do jeito que foi instituído, não fiscaliza nada, porque na verdade seus membros, quase que na totalidade, são indicados pelo próprio Prefeito. Então, o que estamos fazendo é "turbinar" esse Conselho, ou seja, estamos estabelecendo uma ligação efetiva desse Conselho com os movimentos sociais nos diversos municípios, colocando a participação dos professores, não indicados pelo Prefeito, mas pelo Sindicato dos Professores, como também uma representação de pais, pelas Associações de Pais e Mestres, e uma representação do movimento popular dos Municípios. É importante dizer: a maioria dos municípios do Brasil tem movimentos de bairro organizados, alguns têm federação de moradores, outros têm associação, outros têm conselho popular, como é o caso da cidade em que moro, Vitória. Pois bem, a indicação será feita pela federação, pelo conselho popular, para que realmente esse Conselho tenha uma representação forte, facilitando até mesmo o trabalho de fiscalização do Ministério Público, e possibilitando que esses recursos cheguem para atender seu objetivo fundamental: formar nossa juventude e prepará-la para este salto que estamos vivendo no Brasil e no mundo: a revolução do conhecimento. Tomei a iniciativa parlamentar de dificultar ao máximo o desvio de recursos na educação, uma área fundamental para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o seu importantíssimo aparte, eminente Senador Paulo Hartung. O projeto que V. Exª apresenta a esta Casa vem em uma hora excepcional e,

certamente, haverá de receber o respaldo dos seus Pares.

Está inserido na Constituição que a educação é um dever do Estado e da sociedade. Está na hora da sociedade participar, cada vez mais, das questões sociais de nosso País. Concorde com V. Exª quando diz que esses Conselhos Municipais – às vezes Estaduais – de Educação são apêndices de um esquema político já enraizado.

É necessário que a população brigue, participe e fiscalize os recursos, principalmente os que vão para a educação. Considerei excelente a idéia e a aprovação por esta Casa do Fundo para Erradicação da Pobreza, mas temo, Sr. Presidente, que esses recursos se pulverizem nesse caminho tão desastrado da burocracia nacional, chegando na atividade-fim com apenas 40% ou 50% do valor arrecadado.

Acabou, também, aquela história de sobrar dinheiro em cidades mais ricas, enquanto faltava nas localidades mais pobres. Com a aprovação do Fundef, 60% da destinação constitucional à educação devem ser destinados exclusivamente ao ensino fundamental. Além disso, 60% dos recursos do Fundo são usados, obrigatoriamente, para pagar os professores do ensino fundamental.

A divisão de receita entre um Estado e seus municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino. Com o estabelecimento de um gasto anual mínimo por aluno, o Governo Federal obrigou-se a fazer uma complementação de verbas quando esse mínimo não é alcançado.

Essa medida está contribuindo para combater as desigualdades regionais, uma vez que os Estados mais pobres são os maiores beneficiados. Dos R\$2 bilhões transferidos aos municípios, mais de R\$931 milhões foram para o Nordeste e mais de R\$160 milhões destinaram-se ao Norte. Quanto mais pobre o município, maior o aumento no gasto por aluno.

No ensino médio, está sendo plantada a semente de uma nova educação. A reformulação desse nível de ensino permitirá que o jovem seja orientado não apenas para uma carreira profissional, mas também para exercer plenamente a cidadania e para habilitar-se no aprendizado de novas e importantes tecnologias.

Projetado para ter um novo perfil, o ensino médio associará o conhecimento à vida prática do aluno. Estagnado há muitos anos, o segundo grau limitava-se a preparar o aluno para passar no vestibular. A "decoreba" reinava em todas as áreas de aprendiza-

gem. Agora, o ensino médio vai orientar o aluno em relação ao seu futuro. Os conteúdos devem estabelecer uma relação mais direta com as situações cotidianas vivenciadas pelos educandos. No lugar da memorização, a prioridade será desenvolver a capacidade do aluno para pesquisar, buscar e analisar informações.

Com currículos mais flexíveis, os alunos passam a ter mais liberdade na construção do seu próprio conhecimento. As escolas podem escolher 25% do conteúdo curricular com base nas características socioeconômicas locais e regionais ou nos interesses da própria comunidade.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo tempos promissores na educação, em todos os seus níveis. Muito ainda há de ser feito, principalmente no tocante à melhoria da qualidade de nosso ensino público, que deixa a desejar em muitos aspectos.

Há que se reconhecer que essas transformações ocorridas na educação são fruto também da participação decisiva de Prefeitos, Vereadores, Governadores, bem como do apoio e da parceria de pais, estudantes, professores, educadores e da sociedade em geral. Há que se reconhecer ainda a contribuição dos Parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados, apoiando, aperfeiçoando e aprovando projetos e idéias para melhorar a qualidade da educação brasileira. Reafirmamos o compromisso de continuar emprestando nosso apoio a todas as iniciativas que visem remover os atrasos e os obstáculos que nos impedem de termos uma educação de qualidade.

Confiamos na ação acertada de nosso Ministro da Educação. A S. Ex^a está confiada a tarefa mais penosa e eficaz para conduzir o Brasil a um novo tempo. Universalizar a educação e melhorar a sua qualidade são condições mínimas e indispensáveis para garantir a todos os brasileiros o exercício pleno da cidadania e a inserção do País, de forma soberana, na nova ordem econômica mundial.

É muito bom, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazer um discurso sobre a educação com o plenário lotado de nossas crianças, de nossos educandos, de nossas professoras, esses que são o futuro da nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, por vinte minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Roberto Arruda por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, venho à tribuna registrar uma alegria que está presente no coração de todos os brasileiros, em particular daquele que gostam do esporte: a vitória do tenista Gustavo Kuerten num dos torneios mais, se não o mais importante do circuito de tênis mundial. E, mais do que a sua vitória, a sua simplicidade, a sua origem de uma família humilde, a sua maneira espontânea de abraçar aqueles que o ajudaram a fazer esta carreira. Isso tudo deu a todos nós que acompanhávamos pela televisão uma emoção muito própria, que, até há alguns anos, só tínhamos tido com o nosso futebol.

Isso demonstra que, no Brasil, a criatividade e a capacidade física do povo brasileiro, forjadas por meio de uma miscigenação de raças e de culturas, dão mostras ao mundo todo, cada vez mais, de que fisicamente o povo brasileiro tem todas as condições de um povo vitorioso. O esporte é apenas uma tradução disso. O Brasil, nesse seu processo de transformação de País para Nação, tem a capacidade de produzir no esporte e também em todos os ramos da atividade humana expoentes que não só levem o nome do nosso País ao cenário internacional como também trabalhem, de forma muito direta, no sentido de aumentar o nosso amor próprio, o nosso orgulho pelo País e pela nossa gente.

Sr. Presidente, é claro que, no momento em que faço esse registro, também tenho de elaborar um raciocínio lógico. O tênis é um esporte que, pelos seus equipamentos e pelo treinamento que exige, precisa de um certo apoio, de um certo financiamento. Na verdade, o Estado de Santa Catarina – que aliás tem no

próprio Governador um tenista amador, mas um bom tenista – tem propiciado essa possibilidade de os alunos, inclusive de escola pública, praticarem o tênis e é impressionante como os resultados vêm em curto prazo. Por ser um esporte individual e por permitir o jogo com apenas duas pessoas, o tênis tem tido na organização do seu calendário, nos campeonatos nacionais e na sua estrutura organizacional, ao mesmo tempo, muita simplicidade, um custo baixo e uma capacidade muito pequena de cartolas influenciarem negativamente o esporte.

Em função disso, está o nosso Guga levantando a bandeira do Brasil em Roland Garros, fazendo com que todos os países da Europa, a França em especial, e do mundo, uma vez que o torneio é transmitido para o mundo todo, soubessem que está ali um jovem brasileiro ganhando um torneio dessa envergadura. Os jornais e as televisões no Brasil mostraram, de ontem para hoje, a influência que o fato tem na cabeça do jovem e na prática do esporte.

É impressionante o número de pessoas que começam a pegar em uma raquete e a jogar tênis, a praticar o esporte exatamente porque surge um ídolo, um exemplo bem-sucedido de um rapaz humilde, tímido, com problemas graves em sua vida familiar, mas que consegue superar tudo para ser campeão mundial de tênis em primeiro lugar na classificação dos grandes tenistas do mundo. Disputou com jogadores que, como o sueco de ontem em Roland Garros, vieram de países ricos, com uma alimentação absolutamente adequada e com treinamento para o esporte desde o momento em que nasceram. E o nosso Guga, com toda a sua humildade e sua simplicidade, vai lá e ganha o campeonato.

Sr. Presidente, faço esse registro com orgulho, o mesmo orgulho que está na cabeça de todo brasileiro que gosta do esporte.

Mas, lamentavelmente, tenho que fazer outro registro. Que pena que isso não acontece no futebol! Não tenho dúvidas de que o brasileiro, com sua capacidade física forjada nessa miscigenação, ajudada pelo nosso clima, tem um talento enorme de juntar sua capacidade física com seu raciocínio rápido e praticar esporte de uma maneira positivamente atípica. Além do melhor tenista do mundo, não tenho dúvida de que temos também os melhores jogadores de futebol do mundo, como temos, em todos os outros esportes, pessoas habilitadas a disputar qualquer campeonato, qualquer olimpíada e alcançar resultados muito melhores

Há um caso aqui de Brasília que gosto sempre de citar, de uma jovem que treinou caratê durante cinco ou seis anos num fundo de quintal de uma cidade-satélite, o Gama. Ninguém, nem mesmo aqui em Brasília, sabia sequer da sua existência, até o momento em que seu treinador, um humilde professor da rede pública, a registrou em campeonatos que antecederiam a escolha para as Olimpíadas. Ela disputou um campeonato mundial e ganhou a medalha de ouro, sem que ninguém soubesse da sua existência pobre, humilde e que consegue vencer as barreiras.

No futebol é assim. Há os grandes jogadores da história do futebol mundial. Temos que ter orgulho de dizer que Pelé, Garrincha, Tostão, Rivelino, Gerson, Ademir da Guia e tantos outros grandes craques do futebol mundial e, mais recentemente, Zico, Ronaldinho, Romário, todos são brasileiros.

Infelizmente, como o futebol é um esporte coletivo que movimenta, aqui e no mundo inteiro, milhões e milhões de dólares, movimenta também a ganância de pessoas que, no afã de administrar o futebol, acabam administrando interesses que não propriamente os do esporte.

Estou convencido – e tenho dito aos meus colegas Senadores – de que devemos efetivamente partir para uma investigação séria, cuidadosa, sobre a forma pela qual o futebol brasileiro é tratado, esse esporte que, além de movimentar milhões e milhões de dólares, movimenta a paixão da grande maioria dos brasileiros e que, além de movimentar interesses comerciais, muitos dos quais desconhecidos do grande público, movimenta a emoção das pessoas. No momento em que tivermos a coragem de fazermos essa investigação, não tenho dúvidas de que pagaremos um preço pela transição, mas a partir daí o Brasil será imbatível.

Não me venham convencer de que, naquela famigerada partida contra a França, em que perdemos de 3 a 0, aquilo tudo não foi programado. Sabe-se lá Deus por quem. Sabe-se lá que remédio Ronaldinho tomou. Só ficamos sabendo das injeções que Garrincha levava no joelho depois da sua morte. Sabe-se lá quais as forças comerciais que fizeram com que um jogador, depois de uma grave convulsão, entrasse em campo e nem soubesse direito o que estava disputando. Sabe-se lá que interesses comerciais são esses.

Tenho dúvidas até se, quando aqueles jogadores entram em campo, com seu uniforme verde e amarelo – nos emocionamos e queremos ver o Brasil ganhando – e cantam o Hino Nacional, estão defendendo a seleção do Brasil, o meu País, ou a seleção

da Nike; se foram convocados porque são os melhores do futebol brasileiro, ou porque seus clubes, ou individualmente, têm contrato com a marca que subsidia a seleção. Essas coisas todas têm que ser passadas a limpo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador José Roberto Arruda, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Com o maior prazer, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Exª pelo pronunciamento que faz, sob dois ângulos. Primeiramente, não há dúvida de que é uma grande emoção para todos nós, de repente, abriremos os jornais e lermos nas manchetes que um jovem simples, do interior do Brasil, lá de Santa Catarina, o Guga, é hoje o melhor jogador de tênis do mundo, é o número um. Não só ganhou o maior torneio do mundo, um dos mais importantes, o mais significativo; hoje, ele é o tenista número um no mundo inteiro. É a primeira vez que isso acontece no Brasil. Já tivemos grandes tenistas, principalmente mulher, como Maria Ester Bueno, mas nunca tivemos um tenista desse porte, com esse significado. No mundo inteiro, o número um está aqui no Brasil. É importante salientar, como bem diz V. Exª, que Guga é um jovem simples, modesto, criado nas ilhas de Santa Catarina, e que, por fruto de seu esforço e de sua capacidade, foi adiante, venceu e se tornou esse nome que honra e orgulha e é a grande manchete esportiva em todos os países do mundo. Tem razão também V. Exª quando debate a segunda tese. Quero ficar no tema específico. Juro por Deus que não consigo entender, nobre Senador. Era uma final de Copa do Mundo, o mundo inteiro estava olhando para Paris. Estamos ali na expectativa de um grande jogo de futebol entre Brasil e França. De repente, o jogador considerado o melhor do mundo tem um problema físico a que toda a delegação assiste, um problema com sintomas que apavoram, que assustam a delegação. Os jovens jogadores que estão ali, a delegação, o técnico, todos ficam apavorados com aquelas manifestações físicas apresentadas pelo jogador, que é levado para o hospital, onde é feita uma série de exames. Se não me engano, o Lexotan é um medicamento para serenar esse tipo de manifestação. Qualquer um de nós que toma Lexotan ou algo do estilo sabe que o medicamento tem efeito paralisante, feito exatamente para anestesiá-lo, descansar, acalmar, serenar, tirar as forças. Se isso aconteceu, se ele foi levado às pressas para o hospital, se os sintomas que ele estava tendo eram sintomas angustiantes, de não se saber o que estaria acontecendo com ele; se eram

manifestações – não quero entrar em detalhes – que significariam doenças nervosas, sejam elas quais forem; se houve o trauma inteiro de levar esse jovem para o hospital e ele ser baixado no hospital, eu juro por Deus que eu não entendo a direção da CBF. E lá há um rapaz fantástico, o Koff. Eu não pergunto até porque não é questão, mas é um homem extraordinário, de dignidade, de correção, de seriedade. Este eu sei que é sério, o chefe da delegação, o Fábio Koff. Lamentavelmente, pelo que se sabe, ele foi afastado do topo dessas decisões. Eu não consigo entender como é que o Ronaldinho não ficou no hospital e não lhe deram um tranquilizante mais forte e 24 horas de observação. Se ele teve esses ataques, se é epilético ou não, seja o que for, deveria ficar 24 horas em observação. Eles voltariam lá e diriam: Não, está tudo bem. Ele ficou lá para descansar, e o Edmundo coloca a camiseta e vai jogar! Estava resolvido o problema. Agora, fazer toda uma delegação entrar no trauma, apavorada, e fazer um rapazinho jogar sem o mínimo de condições físicas?! Ele não tinha 20% de condições físicas e levou para o chão a equipe toda. Sinceramente, creio que é uma questão muito séria, grave. Não entendo por que ninguém teve coragem de abordá-la como V. Exª está fazendo neste momento para apurar o que aconteceu. Havia um contrato com a Nike? Mas este estava sujeito às leis da natureza. O contrato obrigou Ronaldinho a jogar bola. Este não poderia deixar de jogar por ter brigado com a delegação etc. No entanto, se não tinha condições físicas para jogar, não poderia ter jogado. Esse argumento não entra. Não pode haver uma cláusula contratual dizendo quais são os onze jogadores, de forma que não poderíamos tirar fulano para botar beltrano. Mas se o beltrano não está em condições, se está no hospital, a questão é mais séria do que se imagina. Na verdade, o mundo inteiro ficou de boca aberta. V. Exª está sendo muito feliz de lembrar a ocasião. Na hora da glória é bom lembrar o que aconteceu do outro lado. De fato, ninguém entendeu o que aconteceu e por que não se fez nada com o responsáveis. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon, pelo seu aparte. V. Exª, com a autoridade de quem conhece a vida pública, endossa a questão que levanto, fazendo com que esta ganhe maior relevância.

Digo a V. Exª e aos Srs. Senadores por que toco, no momento, nesse ponto. Na verdade, confesso que sou apaixonado pelo esporte, pelo futebol em particular, mas não entendo de direção de futebol, não tenho

essa ligação, como outros legitimamente têm, com a direção do esporte.

Esses dias, recebi a notícia de que um clube de futebol de Brasília, que havia sido classificado em 14º lugar no Campeonato Brasileiro de 1999, estava fora dos vinte primeiros para disputar o Campeonato Brasileiro deste ano, por uma decisão do Tribunal de Justiça Desportiva, constituído de forma absolutamente equivocada. Isso tanto é verdade que a OAB substituiu seus membros.

Pessoas de Brasília recorreram à Justiça Comum e, tanto em Primeira Instância como no Superior Tribunal de Justiça, ganharam todas as ações no sentido de que o Clube do Gama estivesse na primeira divisão do futebol brasileiro. Como a CBF respondeu a isso é algo interessante: ela disse que o futebol brasileiro não pode ter ações na Justiça. Ou seja, lá se pode roubar, mudar decisões, prejudicar quem quer que seja, que a Justiça brasileira não pode ser acionada. Ora, então estamos sabendo que a Constituição brasileira não vale para todos. Vale para todos, menos para quem dirige o esporte. Realmente não dá para entender!

Os jornais de hoje trazem a notícia de que um inspetor da FIFA, um argentino, que, sabe-se, até tem interesses muito diretos no esporte aqui do Brasil, vem ao Rio de Janeiro para fazer uma inspeção. Quer dizer que a FIFA pode fazer uma inspeção e o Congresso Nacional não? E a Justiça brasileira não? Essa eu pago para ver.

Penso que está na hora de começarmos, por exemplo, através de uma investigação séria – e fico muito à vontade para dizer que a idéia não é minha, mas a subscrevo –, uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, então, chamarmos o Sr. Roldão, o médico que o atendeu, os chefes das delegações e o técnico para dizerem ao povo brasileiro o que aconteceu na final de 1998, para explicar ao povo brasileiro se é a seleção brasileira que entra em campo como nome de Brasil ou se é a Nike. Quem ganha dinheiro com o futebol brasileiro? É preciso que isso fique claro. Não excluo disso, Sr. Presidente, ninguém, não excluo, inclusive, aqueles que dirigem o futebol de Brasília e do clube que, neste momento, levantou essa questão.

É de se lamentar que um esporte que agregue tanta emoção, tanto sentimento não seja dirigido com responsabilidade. Também conheço o Sr. Fábio Koff – reiterei aqui as palavras do Senador Pedro Simon –, ele é um homem de bem, já foi juiz. Conheço também o Vice-Presidente da CBF, com quem, aliás, falei hoje.

Também é um homem de bem, com uma vida pública bastante longa. A grande realidade é que essas questões têm que ser respondidas e eu quero dizer que subscrevo a intenção de vários Senadores desta Casa de que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se investigue todo o futebol brasileiro, para que se passe a limpo essas decisões que causaram tanta frustração ao torcedor. Eu gostaria muito e penso que o povo brasileiro deseja que o Congresso Nacional faça seu papel de investigar as causas, por exemplo, daquela partida de futebol do Brasil com a França, de triste memória. O povo brasileiro quer saber quanto o futebol brasileiro movimentou, quem ganha com isso, como e também por que até hoje o Superior Tribunal de Justiça Desportiva continua no Rio de Janeiro e não se transferiu para a Capital do País, como todos os Tribunais Superiores; por que a CBF continua no Rio de Janeiro, controlada pelas mesmas pessoas há vários anos e por que não se transfere desde logo para Brasília?

Vamos discutir todas essas questões. Quem sabe um dia, discutindo com seriedade o futebol brasileiro, não tenhamos outra vez no futebol as alegrias que o Guga nos deu no ténis.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que a Justiça brasileira, tantas vezes criticada, tem sido de absoluta correção nesses episódios do futebol brasileiro. Ela tem decidido todas as questões, a favor ou contra, não importa, mas decidido sempre em função do Texto Constitucional, que diz claramente que a justiça deve ser exercida para todos os brasileiros, sem exceção. E não se exclui da Carta Constitucional, das obrigações da Justiça comum brasileira, o segmento esportivo ou, em particular, o futebol.

E que não nos venham com ameaças primárias de que o futebol brasileiro poderia ser punido pela FIFA e, quem sabe, nem disputar o próximo campeonato do mundo. Se for esse o preço a pagar para saber tudo o que aconteceu; se for para saber quem leva vantagem com o quê; para saber como é gerido um esporte como esse, que mexe com milhões e milhões de brasileiros, com a emoção e boa-fé do humilde brasileiro, que tira o sofrido dinheiro do bolso para pagar um ingresso da geral para ver o seu time jogar, penso que vale a pena fazermos uma CPI.

Sr. Presidente, o humilde torcedor acha que vence quem joga mais bola, que os bons de bola vencem. Ele não vai pensar nunca que são interesses de qualquer tipo, escusos até, que possam fabricar resultados, que possam tirar um da tabela e colocar outro, que possam escalar esse ou aquele juiz e que

possam até cometer a loucura de escalar um jovem jogador de futebol que, horas antes de uma final de Copa do Mundo, tenha tido uma convulsão. Sabe-se lá Deus com que interesses, mas interesses esses que, certamente, prejudicaram a imagem do futebol brasileiro e do País no contexto internacional.

É sobre fatos como esse que esta Casa, com equilíbrio, ponderação, tranquilidade e sem nenhum tipo de prejulgamento, terá que se debruçar para que fiquem claros.

Neste assunto e em nenhum outro, não cabe tipo algum de ameaça. Os que têm medo de ameaça não disputam eleições, não se elegem e não ocupam essas cadeiras. Os que aqui estão, eleitos pelo voto popular, sabem de suas responsabilidades com o sentimento nacional.

E com o sentimento nacional de orgulho pela vitória do Guga, parabenizo os que dirigem o tênis no Brasil, aqueles que investiram nesse esporte, como Almeida Braga e todas as autoridades de Governo, em particular as de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, lamento profundamente que o futebol brasileiro – logo o futebol – o esporte que mais emoções desperta em todos nós, não possa ter os mesmos resultados por falha não dos atletas, pois temos os melhores jogadores do mundo, mas por alguns dos maus dirigentes que insistem em dirigir clubes e federações como se fossem dos seus interesses particulares e não fossem entidades públicas, que merecem ser tratadas como tem que ser tratado o interesse público.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os problemas sociais e econômicos vividos pelo Brasil se revelam em quadros e situações da maior gravidade, como os números da saúde pública.

Não venho questionar a importância de doenças como a AIDS, hoje, certamente, a mais enfocada pela mídia e pelas entidades médicas, mas precisamos lembrar sempre que ainda convivemos com outros males, mais antigos, porém cuja força aumenta a cada dia.

Nesse caso, podemos incluir a malária, cuja estatística vem experimentando uma elevação que surpreende e causa preocupações. É o que se vê, hoje, em reportagem publicada pelo jornal **O Globo**, assinada por Jailton de Carvalho, sob o título "Malária avança no Norte e assusta o Governo", que, logo no

primeiro parágrafo, deixa entrever a seriedade do problema:

"A malária, doença típica de regiões tropicais pobres, está tendo um crescimento alarmante na Região Amazônica, principalmente no Pará e no Amazonas." E o repórter apresenta os números relativos àqueles Estados: no Pará, aumento de 142,53% nos últimos cinco anos; no Amazonas, o triênio 1997/1999 acusou uma elevação de 177,65% no total de casos confirmados.

O que diz o Governo disso?

O Ministério da Saúde afirma que "é um problema de alta gravidade" e seu Secretário Executivo, Barja Negri, promete divulgar amanhã um plano de emergência para reforçar o combate à malária. E o Estado do Pará é citado como o mais problemático e ameaçador no cenário da ampliação dos números e da necessidade de aumentar os gastos com o combate à doença.

É importante que se analise o recrudescimento da malária no Pará naquele quinquênio, pois, em 1995, o Estado registrou 174 mil casos, contra os 248 mil de 1999. E, neste ano de 2000, as coisas podem ficar ainda piores, porque, nos seus primeiros dois meses, já foram registrados 32 mil casos.

O Coordenador do Núcleo de Endemias da Secretaria de Saúde do Pará, Amiraldo da Silva Pinheiro, garante que a situação ainda está sob controle, mas admite: "Em janeiro e fevereiro últimos, nada menos que 32 mil paraenses contraíram a doença".

E a precariedade de recursos públicos para as campanhas de prevenção e de tratamento tem sido um grande obstáculo para seu sucesso. Os R\$6 milhões de 1999 foram muito pouco, insuficientes para reforçar medidas como a pulverização e a aplicação de inseticida e ampliação da rede de atendimento aos infectados.

Essas duas providências elementares – prevenção e tratamento – permitiriam antecipar os diagnósticos, evitando o agravamento do quadro dos pacientes, agravamento que sempre dificulta sua recuperação.

O Coordenador do Núcleo de Endemias do Pará, Amiraldo da Silva Pinheiro, afirma que a malária é uma doença que reflete todas as condições socioeconômicas desfavoráveis de uma região. Ele explica, em declarações ao Jornal do Rio de Janeiro: "a malária não vai ser eliminada enquanto perdurarem as ocupações desordenadas do solo e a pobreza da população".

A análise do Sr. Amiraldo Pinheiro é diretamente sobre o quadro paraense, mas seus principais indica-

dores se aplicam a todos os demais Estados da Região Norte:

"No caso do Pará, a malária estaria avançando por causa da exploração da madeira, do palmito e do garimpo e da formação de assentamentos de sem-terra". Para ele, repete a seguir "essas atividades, que têm pouco acompanhamento dos serviços públicos, acabam expondo a população ao mosquito transmissor".

O mais preocupante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é saber que não existe vacina eficaz contra a malária.

A reportagem explica o motivo dessa crescente incapacidade de eliminar a doença e seus vetores: "nos últimos anos, o parasita tem desenvolvido resistência a praticamente todos os medicamentos disponíveis. O tratamento é realizado com comprimidos à base de cloroquina e outras substâncias".

E não pode haver demora, porque, se o tratamento não for feito prontamente, os sintomas evoluem para delírios e convulsões – e, daí, para morte do doente é apenas uma questão de tempo.

O Estado do Acre, como sempre, é um dos mais afetados pela doença. E os números são deveras alarmantes: segundo o Ministério da Saúde, em 1999, foram verificados 23.730 casos, 44% a mais que no ano anterior. Basta projetar esse índice de 12 meses para um período de três ou cinco anos, como no caso de Pará e Amazonas, para ter-se uma idéia da gravidade do problema.

Este meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem justamente o escopo de alertar a consciência nacional para o atendimento às emergências e aos sofrimentos dos amazônidas, que estão concentrando 95% de todos os casos nacionalmente constatados.

É um alerta à consciência e à responsabilidade dos Governos, em todos os níveis, porque não podemos admitir que, na entrada de um novo milênio, o Brasil ainda tenha de conviver com mazelas centenárias, cujo agravamento nos dá um triste primado no pódio dos países menos competentes na tarefa de assegurar a seus cidadãos níveis mínimos de saúde pública e de controle das doenças endêmicas regionais.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha rápida participação, na tarde de hoje, é para, primeiro, cobrar desta Casa a análise de um projeto de decreto legislativo de minha autoria, juntamente com o Senador José Eduardo Dutra e vários outros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que tive oportunidade de apresentar em abril de 1999. O projeto foi derrubado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em março deste ano, apresentei-o novamente. Já tenho o parecer favorável da Senadora Maria do Carmo e infelizmente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não o pôs ainda em pauta. Espero que o faça o mais rápido possível.

Trata-se de um projeto de decreto legislativo que convoca um plebiscito para a desestatização das hidroelétricas. Nada mais lógico, em função do debate que tem sido feito nos meios de comunicação pelo Governo, que ele seja prontamente analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e venha para o plenário.

É evidente que o debate sobre as privatizações já tumultuou mentes e corações do Brasil todo, de alguma forma, em função da maneira irresponsável, imoral, insustentável juridicamente como foi feito, com gravíssimas repercussões para a sociedade, para o aparelho de Estado, e é claro que esvaziou muito o discurso do Governo em relação ao processo de privatização. Evidentemente não vou lembrar todos os detalhes do processo de privatização feito anteriormente, até porque como sou uma mulher cheia de esperança, espero que mais cedo ou mais tarde o Congresso Nacional tenha a coragem política de cumprir com suas simplórias obrigações constitucionais e abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que possamos analisar os crimes patrocinados no processo de privatização.

O Governo Federal, mais uma vez, ocupou páginas e páginas da mídia, com várias declarações. Desde sexta-feira, esse assunto ocupa os jornais, que se dedicam ao tema da privatização das nossas hidrelétricas.

As frases são as mais diversas: "Furnas ficou mais valorizada e interessante para os investidores". O Ministro falou que não arrisca a dar qualquer palpite sobre o valor que o Governo arrecadará com o negócio. O Ministro Tourinho ao falar sobre a venda pulverizada – a nova moda que se está trazendo para justificar o processo irresponsável, imoral e ilegal que foi feito, estão veiculando uma nova propaganda engano-

sa, como se houvesse uma privatização popular pulverizada, sobre a qual falarei daqui a pouco – disse: "Acho que a venda será um sucesso, porque se trata de uma empresa que gera caixa, ou seja, produz receita rapidamente". Portanto, está dizendo que dá lucro. O Governo nunca conseguiu explicar e não conseguirá explicar, efetivamente, porque privatizar aquilo que dá lucro, o que seria um exercício inglório, do ponto de vista da lógica formal.

Sabemos que os argumentos apresentados pelo Governo Federal caíram por terra, já que eram os mesmos. A privatização é a panacéia que resolverá os problemas do Brasil; a privatização é a panacéia que resolverá os problemas da humanidade. Era o que abateria a dívida, mas, pelo contrário, aumentou-a muito mais. Era o que possibilitaria que o Governo investisse no setor produtivo, nos setores sociais. Isto foi derrubado porque a crise econômica se aprofundou, os indicadores sociais igualmente. Do ponto de vista percentual, os investimentos nos setores sociais caíram mais ainda e a dívida, por mais que o Governo diga que está fazendo algo, todas as pessoas de bom senso deste País sabem que a única coisa que o Governo Federal faz é financiar a agiotagem internacional e garantir que se continue seduzindo a verdadeira orgia financeira internacional.

Há várias declarações em que o Ministro declara que: "O Governo vai sair aos poucos da empresa. E, ao final do processo, não terá qualquer participação".

Veja, Senador Lauro Campos, a glória como exaltam a ausência do Estado em um setor estratégico. Talvez seja neura ou mero romantismo de nordestino que toda a vez que se fala em água fica arrepiado, mas imaginem a aberração de privatizar um setor que lida diretamente com duas questões fundamentais que são o setor elétrico e aquele outro que, sem dúvida, será a motivação das grandes guerras do novo século e das grandes nações que é a água doce.

O Governo Federal e a elite política e econômica que há muito tempo toma conta do País que é decadente, irresponsável e incompetente, não foi capaz de trabalhar outras opções para a geração de energia ou de utilizar a insolação do Nordeste, não foi capaz de utilizar a biomassa ou os desafios tecnológicos que o mundo nos apresenta. Privilegiou em relação ao setor das hidrelétricas. E agora, de uma forma extremamente serena, dizem para a sociedade que vão privatizar as hidrelétricas. Por saberem que este ano é eleitoral, deram uma trégua, por puro cinismo, por estar em jogo também o debate dentro da base do

Governo, haverá eleição, no início do ano, da Mesa do Senado e da Câmara. Então, o adiamento é meramente provisório, porque como o Fundo Monetário Internacional, no acordo que foi feito, já mandou, já disse que se tem que continuar o processo de desestatização, e assim será feito.

Agora, Senador Lauro Campos, não há nada que irrite mais do que a mentira, que, inclusive, ocupou manchetes de jornais: privatização popular. O velhinho da esquina vai ser sócio de Furnas, vai ter ações de Furnas, da Chesf, com uma pequena contribuição que vai dar na sua conta de energia. O trabalhador vai poder usar seu FGTS e será sócio dessa empresa maravilhosa, rentável... Não entendo. Sinceramente é porque o Governo Federal confia na impunidade, confia no jogo de enganação da sociedade que a grande mídia faz. Não é possível! A privatização popular é uma grande mentira. Todos sabemos a possibilidade concreta de recentralização dessas ações. Todos sabemos que quem define são os Conselhos Administrativos dessas empresas. Todos nós sabemos que o "pequeno" possuidor de ações jamais vai entrar nessa disputa, onde efetivamente vai definir, indicar os membros do Conselho Administrativo. Isso é negócio para grande.

Sabemos efetivamente que o negócio de ações, o negócio de mercado não é para o coitado que vai botar na sua continha de luz ou para aquele que vai trocar, pelo menos, a segurança do FGTS pela insegurança de um mercado em que só ganha tubarão, que mexe para cima ou para baixo, conforme seus medíocres interesses, na Bolsa de Valores.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo a aparte a V. Exª, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, concordo da forma mais absoluta com a sua indignada manifestação. Privatização popular se constitui em um modelo atual. São as ações da sociedade nas mãos do seu Estado. A sociedade politicamente organizada é representada pelo Estado. Por outro lado, essa história do modelo brasileiro de privatização é uma canalhice, Senadora Heloisa Helena. Copiam tanto os Estados Unidos, que eu gostaria que um desses governistas, do PSDB e do PFL, me citasse uma única empresa de hidrelétrica norte-americana privatizada. Não existe nenhuma; são todas geridas por autoridades municipais, estaduais ou federais, e algumas, pelo exército. Existem

privatizações nas termelétricas e algumas privatizações nas empresas nucleares, mas os americanos não privatizam a água. A energia hidráulica é patrimônio de toda a sociedade, como também não se pode privatizar o ar. Por outro lado, no nosso modelo de privatizações, V. Ex^a deve lembrar-se do ágio – determinada usina foi vendida com ágio de tantos milhões de reais, pois o ágio, não nos diziam à época, e sabemos agora, era dedutível do Imposto de Renda nos próximos cinco anos. As empresas, elevando as tarifas – e estas se elevaram desde o início do Plano Real em cerca de 300%, tiveram lucros fantásticos, que foram amortizados pelo ágio que haviam pagado, ou seja, o ágio era dedutível do lucro das empresas. E, mais do que isso, sendo desnacionalizadas, inicia-se um processo de remessa de lucros para o exterior, complicando ainda mais a nossa balança. Agora, a fraude é absoluta. No Paraná, tínhamos a mais eficiente e rentável companhia de energia elétrica do Brasil. O Paraná, Senadora, não tem esse problema de água que tem o seu Nordeste. Temos excesso de energia gerada. Temos excedente de energia elétrica e vendemos para o sistema brasileiro. A Copel está sendo privatizada, assim como o Banco do Estado do Paraná, que quebrou por corrupção e por incompetência, mas a manchete do jornal **Folha de Londrina**, outro dia, foi absolutamente incrível, informando que quatro grupos estrangeiros já estão interessados na compra do Banestado, como se fosse uma vitória do Governo o interesse dos grupos estrangeiros. Como se a venda de um banco falido e roubado não fosse um fato a ser levantado. Há uma inversão do processo. Tudo isso é apresentado como uma vitória do Governo Fernando Henrique Cardoso. Agora, a atomização das ações. Que balela! Não vão atomizar, rigorosamente, coisa alguma. Atomizadas estavam quando na mão do Estado, que é controlado pela sociedade brasileira. Mas V. Ex^a já verificou como estamos. Nos jornais dos últimos dias, aparece em destaque Bill Clinton brincando de bondinho com Fernando Henrique Cardoso. Aquela brincadeira em que um coloca a mão no ombro do outro e saem correndo, apitando como uma locomotiva. Rigorosa e absolutamente ridículo o nosso Presidente!

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e concordo inteiramente. Espero que possamos continuar acreditando na democracia.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Heloisa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senadora Heloisa Helena, eu estava aqui reaprendendo com o discurso de V. Ex^a. Às vezes aprendemos nos livros, e os livros são tão frios, tão distantes da realidade, que reentendemos e reaprendemos quando aquilo que já sabíamos se traduz em uma linguagem humana, viva, incandescente, indignada. Assim, estava eu aqui aprendendo com V. Ex^a aquilo que, de certa forma, de forma mais tranqüila, mais antiga, até um tanto apagada da memória, já havíamos descoberto nas leituras. Por exemplo, que as ações das empresas constituem, na realidade, uma forma de financiamento das empresas, e não de socialização do capital, como um dia até Friedrich Engels escreveu, o companheiro de Karl Marx. De modo que foi preciso que passasse muita água debaixo da ponte para percebermos que realmente as empresas pulverizadas são qualitativamente diferentes daquelas concentradas na mão dos grandes proprietários do capital financeiro, do capital acionário nacional e internacional. De modo que pensamos que é a mesma coisa, mas depois se verificou que a esses pequenos acionistas é conferida uma remuneração muito próxima aos juros. E a prova de que isso acontece é que, mesmo em época em que há uma crise, uma redução do lucro dessas grandes empresas de sociedade anônima, os acionistas individuais continuam a receber mais ou menos aquela porcaria que recebiam antes; é uma taxa de juro disfarçada. Eles são emprestadores, não são donos, e jamais o serão. Por quê? Porque os donos são aqueles que têm o lucro do caixa 2, aqueles que têm uma remuneração fantástica das empresas e dos cargos das empresas em que eles podem colocar os diretores, aqueles que realmente podem até utilizar, quando se trata de um banco, por exemplo, os recursos para empréstimos em empresas próprias. Isso aconteceu muito em Minas Gerais, no tempo em que fugi de lá amedrontado pelos banqueiros mineiros e pelo que poderia acontecer em Minas Gerais quando os banqueiros acabassem de dominar o Estado. O que V. Ex^a está dizendo contém precisão, determinação e desperta o que já estava dormindo no fundo de minha memória. Margaret Thatcher, na Inglaterra, também atacou de popular, pulverizou e distribuiu, principalmente para os funcionários e para setores até mais amplos do que os funcionários das empresas privatizadas, promovendo a privatização das empresas estatais inglesas. Parece-me que também foi assim com algumas empresas

do Chile. De acordo com Bernardo Kussinsk, em seu livro sobre a questão da dívida, o Chile nos antecedeu. Muita coisa que está acontecendo aqui hoje aconteceu no Chile antes. A privatização trouxe o aumento da dívida externa, mas não o galopante aumento da dívida pública que houve no Brasil quando disseram que iriam pagar a dívida externa e a dívida pública com a receita proveniente da venda das estatais. Como V. Ex^a lembrou, ambas subiram como foguete e as empresas se foram. Foram-se anéis e dedos nesse processo absurdo e, aparentemente, incompreensível. Mas, do ponto de vista daqueles que avaliam que o principal é criar empregos nos Estados Unidos, como declarou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi aprovado o Projeto Sivam, foi um bom negócio. Sua Excelência telefonou para o Presidente Clinton, o chefe dos chefes, e disse que no Brasil haviam sido criados 20 mil novos empregos com o Projeto Sivam, que iria comprar da Raytheon as peças e equipamentos. No Brasil, tivemos que sofrer com a capitalização na época da formação dessas empresas estatais e pagamos isso por meio de inflação, com a dívida externa acrescida, arrocho salarial. Dizia-se que tínhamos que apertar o cinto porque o Brasil precisava crescer, e cresceu principalmente o setor das empresas estatais. Agora, este mesmo Governo, com outra cara, mais limpa, afirma que temos que continuar sofrendo. Porque temos que vender esse patrimônio, como sempre, de maneira criminosa porque, entre outras coisas, as avaliações são feitas por baixo pelos próprios compradores em benefício deles, de maneira que, sendo reduzidíssimas, vai haver um ágio, é para dar ágio, serão vendidos acima do nada, acima do quase nada pelo qual foram avaliados. Esse ágio, que seria um prejuízo disfarçado, agora pode ser descontado como lembra o Senador Roberto Requião do imposto de renda dessas empresas que adquiriram, já na "bacia das almas", nosso patrimônio doloroso, sofrido e agora levado enxuto, de uma maneira desprezível, por esse mesmo Governo capitalista que, numa etapa, obriga-nos a poupar, a apertar o cinto, a deixar o bolo crescer; na etapa seguinte, com outra cara, mais limpa, vem aqui para desprezar as empresas estatais, chamá-las de incompetentes, chamá-las de ineficientes e doá-las a qualquer preço. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Já concluindo, Sr. Presidente, concederei um aparte ao Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senadora Heloisa Helena, novamente sua indignação tem o respeito e o apoio desta Casa. Privatizar a geração de energia, Senadora, é algo mais do que selvagem. Sabemos que o modelo de privatização adotado no Brasil não surtiu o efeito que se pretendia, seja do ponto de vista do usuário, seja do ponto de vista da atração de investimento de capital. As informações demonstram sobejamente que o capital que mais participou do processo de privatização foi o nacional, diferentemente do que se dizia. Pode-se até avançar no rumo da democratização na aquisição de ações: aceitar a proposta de que com o saldo do FGTS, eventualmente, possam ser colocadas ações na Bolsa, democratizando a sua venda, como também receber a participação de aposentados. Tudo isso é defensável do ponto de vista da democracia, não do ponto de vista da privatização da geração de energia, porque privatizar significa transferir o controle estatal para o controle privado. E sempre haverá um grupo ou um consórcio de empresas, seja lá o que for, que terá a hegemonia na condução dos destinos do que eventualmente for privatizado. Falo especialmente com relação à Chesf. Privatizar a Chesf, em português mais claro, será privatizar o próprio rio São Francisco. Eu gostaria, mais uma vez, de dizer que estou solidário com V. Ex^a e que, mais do que nunca, é preciso falar aos ouvidos que se têm mostrado insensíveis, para que tenhamos no Brasil uma política de privatização para os setores que podem ser privatizados democraticamente é claro, mas preservando o que não pode ser privatizado, como a geração de energia.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Quero agradecer a V. Ex^a pelo aparte e dizer que o mais grave em relação à Chesf, Senador Renan Calheiros, é que o Governo Federal já está relacionando o projeto de transposição das águas do São Francisco à privatização daquela Companhia veja o máximo da irresponsabilidade!

Todos já discutimos inúmeras vezes, nesta Casa, que o Planeta Terra tem apenas 0,2% de água doce. Desse percentual, 15% estão no Brasil, sendo que apenas 3% no Nordeste e, desses 3% nordestinos, 70% estão no rio São Francisco. Dessa forma, se o projeto de mobilidade de águas fosse sério, ninguém seria contra ele; mas não o é. E torna-se menos sério ainda quando se diz que farão o projeto diante da venda da nossa Chesf.

Sr. Presidente, no âmbito da discussão democrática no Parlamento, exercitando o mandato que o povo nos confere, solicito que o meu projeto de decreto legislativo, assinado pelo Senador José Eduardo Dutra e vários outros, seja analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque a Senadora Maria do Carmo Alves já fez o seu parecer. Somente com debate público, com plebiscito, a população terá a oportunidade de saber o outro lado, conhecer os argumentos técnicos, políticos, das definições estratégicas, diante da manipulação, da mentira, do crime de lesa-pátria que está sendo cometido pelo Presidente da República, infelizmente com o apoio de muitos Parlamentares do Congresso Nacional e da grande mídia!

Queremos um plebiscito! Se há tantos argumentos maravilhosos, que possamos, à luz desses argumentos, discutir com o povo brasileiro sobre o processo de desestatização. Não vamos aceitar! Se o debate do Parlamento não serve, se não sensibiliza ninguém, não vamos aceitar que isso seja feito com a Chesf!

O Governo Federal tem muito peso, conta com instrumentos importantes de manipulação de mentes e corações neste País. E o Congresso Nacional, em muitos momentos, é omissor e cúmplice dos crimes que estão sendo praticados contra a Nação brasileira. Mas, na questão das hidrelétricas, não vamos aceitar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder do Governo nesta Casa fez hoje um elogio muito merecido a Gustavo Kuerten, o nosso Guga, hoje primeiro jogador de tênis no **ranking** mundial. Juntamente com Esperidião Amin, tive a felicidade de assistir a um jogo seu, quando ainda não havia ganhado, mas estava se preparando para tal, em Roma, quando a nossa comitiva visitou a Sua Santidade, o Papa.

S. Ex^a elogiou bem aquele jovem de Santa Catarina. Realmente, merecem o respeito da sociedade as pessoas que surgem com essa competência, com essa garra, fruto da capacidade de ação. Não há o que discutir: Guga é a cara do Brasil. Ele representa em si, embora de sangue alemão, o símbolo do brasileiro.

Salientou bem o Líder da Bancada do Governo o detalhe do que aconteceu em Paris, na final da Copa do Mundo. Até hoje também não compreendi

aquele episódio ocorrido com o jovem Ronaldinho, o melhor jogador do mundo: sentindo ataques que não se sabia se eram fruto de epilepsia, foi levado às pressas ao hospital. Feitos vários exames, ele tomou um comprimido forte para dar cabo aos sintomas. Todos os médicos a quem pergunto dizem que se tratava de remédio que praticamente paralisa um alto percentual do organismo do indivíduo. Saindo do hospital, o jovem jogador foi levado ao campo de futebol, junto à delegação do Brasil. Os jogadores brasileiros – parece que estou vendo uma cena patética, digna de um filme do Frederico Fellini – e toda a delegação votam para definir se o atleta entra em campo. "Quero jogar, faço questão de jogar." Por votação, decidiram que ele iria jogar.

Pelo amor de Deus, em qualquer lugar do mundo o normal é que aquele jovem jogador tivesse ficado internado num hospital em Paris, em observação durante 24 horas, para ver que ataques eram aqueles, para ver o que estava acontecendo, se era epilepsia ou não. E, de lá, diriam que ele estava bem, que estava ótimo, mas em observação. Mas ele voltou, criou aquele impacto, jogou pessimamente e ocorreu o que já sabemos. Não vou tocar nesse assunto. Vou falar de Pelé e do seu desabafo nos jornais dos últimos dias: "Estou com vergonha do Brasil. Peço punição aos corruptos no Brasil. Não é possível continuar assim, não é possível continuar a corrupção, senhora absoluta".

Chama atenção que o Pelé, além de ser um grande jogador, foi um homem que primou pela austeridade, pela seriedade, pela correção, adquirindo prestígio por todas as fases que passou. Lá se vai tanto tempo desde 1970, quando ele jogou a última Copa do Mundo, e ele ainda é considerado o rei do futebol.

Numa sexta-feira – sei como são as sextas-feiras em Gramado –, no Hotel Kur, um excepcional hotel, de primeiríssima grandeza, para as pessoas que precisam de descanso, serenidade e não somente para aquelas que querem emagrecer, preferido por intelectuais, empresários e artistas – inclusive os artistas globais, quando terminam uma novela, passam um período ali para se readaptarem –, estava o Salvatore, que também é filho de Deus, pois ele também se cansa, trabalha, anda, se movimenta. A vida do Sr. Salvatore deve ser intensa. Ele é jovem, tem uma vida agitada no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. Ele cansou-se e foi ter o descanso merecido. E escolheu – vamos ser sinceros – com bom senso um lugar que não está no macro da sua grandeza, mas que está na média do seu pensamento. Ele esco-

lheu o Hotel Kur. E não é que ele foi preso? Não se respeita nem mais fim de semana! Não se respeita nem mais o descanso. Ele foi preso. Ele e não sei mais quantos foram parar na cadeia.

Ora, Sr. Presidente, custa-me crer, mas, na verdade, ainda tem gente neste Brasil que merece respeito. Esses jovens Procuradores, Promotores, que não se entregam, que vão fuxicando e encontrando uma fórmula por meio da qual não deixam o assunto morrer, reabriram o processo do Sr. Salvatore Alberto Cacciola e pediram novamente a prisão do Sr. Chico Lopes – que vai muito bem, obrigado. Reabriram também o processo contra o Sr. Sérgio Luiz Bragança, sócio do Sr. Chico Lopes, e a solicitação da gentil diretora do Banco Central, cuja indicação para o cargo nos chamou a atenção pela sua anormalidade. Aquela senhora estava sendo processada e denunciada como envolvida no inquérito do FonteCidam – e a denúncia poderia até ser aceita. Como poderíamos indicar alguém para diretor do Banco Central com o nome sob interrogação? Ela já tinha sido condenada pela CPI do Senado Federal, que considerou ela e o Sr. Cacciola responsáveis. A CPI havia mandado o processo para a Procuradoria-Geral da República, que solicitou a apuração. Como indicaríamos para diretoria do Banco Central uma pessoa que posteriormente poderia ser denunciada por fatos graves que envolveriam a sua posição no próprio banco?

A denúncia está aí. Já se estão discutindo o que ocorrerá. Estão correndo para ver se o juiz não aceita a denúncia. Considero isso difícil. O que será feito se o juiz aceitá-la? A diretora do Banco Central pedirá licença? Exato. Está sendo denunciada e pedirá licença. Renunciará? Sim. Fosse este um País de normas rígidas – se fosse um País de normas rígidas, ela não estaria lá – ou um País de normas mais ou menos rígidas, ela renunciaria. Já que não possui normas rígidas, uma licençazinha vai bem, enquanto o processo anda.

E o nosso Chico Lopes? Logo agora que a imprensa estava comentando que o Chico Lopes estava voltando a rir, a caminhar tranqüilo pelo Rio de Janeiro, a voltar a suas velhas reuniões, aos velhos companheiros, aos economistas e aos tecnocratas, logo agora que a sua empresa estava bem, começa tudo de novo. Que paisinho danado é esse?

O que ocorrerá com Chico Lopes? É verdade que os promotores foram verificar que o problema dele são os documentos encontrados na casa do seu sócio Bragança, numa operação da qual não se pode falar nada, uma absoluta operação perfeita feita por

dois promotores. Há de se dizer que promotor não deveria ter nenhuma relação com o caso, que promotor não se mete com Polícia Federal. E os dois promotores procuraram os dois delegados da Polícia Federal e, juntos, foram fazer a investigação.

Promotor e Polícia Federal não têm relação com o caso. Mas e a ordem judicial? Os dois promotores e os dois delegados da Polícia Federal foram à juíza federal pedir a ela que concedesse autorização, e ela assim o fez. Assim, os dois promotores e os dois delegados da Polícia Federal, com a autorização da juíza federal, puderam ir. Mas o que fazem os promotores e os delegados? Dizem: "Sozinhos nós não vamos". Um escrivão da Polícia Federal foi também levado para fazer a apuração. Dois promotores, dois delegados federais, o representante da Polícia, com mandado judicial, fizeram a apuração que durou 12 horas. Alguém denunciou daqui da tribuna do Senado, foi um escândalo. Pegaram os travesseiros, abriram, cortaram os colchões, fizeram horrores durante horas e horas. É verdade que precisaram de muitas horas para que essa tarefa fosse executada, mas não cometeram uma arbitrariedade, porque faziam questão de pegar documento por documento. De todos os documentos, o escrivão fazia uma descrição: anotava, dobrava e o colocava num envelope, que era lacrado e assinado pelos cinco membros. Fizeram o trabalho, entregaram-no à juíza em seu gabinete, que os lacrou e ficou de posse desses envelopes. A juíza abriu esses documentos na presença dos interessados, e os advogados dos interessados assistiram a essa abertura e lá encontraram: "Eu, Bragança, quero dizer que tenho US\$1,600 milhões em bancos estrangeiros, depositados em meu nome, mas que pertencem ao Sr. Chico Lopes. Aviso à Sr^a Fulana de Tal e a quem interessar possa que esse dinheiro é do Sr. Chico Lopes.

Um escândalo? Um escândalo. Uma bomba? Uma bomba. Mas o que aconteceu? O Sr. Chico Lopes provou que recebeu esse dinheiro de herança do seu pai. Do inventário, foi essa a quota que lhe coube do dinheiro que o pai tinha lá fora. O velho Lopes, o velho Lucas Lopes, um dos construtores de Brasília, um dos homens mais extraordinários da História deste País, pelo qual Juscelino e o Brasil sempre tiveram o maior respeito.

Aí, criou-se uma situação de impacto: coitado do Chico Lopes! Até o dinheirinho que o pai dele deixou para ele está sendo metido nessa questão.

Os promotores foram adiante e verificaram que o Sr. Lucas Lopes não tem nada a ver com esse dinheiro, que não é de herança coisa alguma, não tem

nada a ver com inventário, com testamento coisa alguma! Esse dinheiro vem de outras fontes.

Então, o Sr. Chico Lopes, que se negou a reconhecer esse documento na CPI, que se negou a reconhecer esse documento na Polícia Federal, está mentindo, pois foi mentirosa a afirmativa da existência dessa herança.

São chamados a depor novamente o Sr. Chico Lopes e o Sr. Pedro Malan, porque querem os promotores saber se o Sr. Pedro Malan realmente não sabia do risco sistêmico que estava ocorrendo. O Sr. Pedro Malan, que esteve lá no Banco Central, o Sr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, foi convocado pelos promotores para depor como testemunha, porque querem saber se o mesmo sabia ou não do chamado risco sistêmico, e ele diz que não sabia. Ele, Pedro Malan, diz que não sabia.

Contam que, agora, no final da semana, houve uma reunião envolvendo a área econômica, em Buenos Aires, onde, uma ilustre jornalista do **Jornal do Brasil** perguntou ao Ministro da Economia da Argentina se poderia acontecer, na Argentina, o risco sistêmico sem o seu conhecimento. A resposta foi a esperada.

No Brasil, teria ocorrido isso, pois o Sr. Pedro Malan está sendo convocado para responder à singeleza dessa matéria: se houve ou não.

Justiça seja feita, Sr. Presidente, esteve aqui semana passada o Procurador-Geral da República, atendendo a convite nosso, durante horas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Houve um longo debate sobre a matéria. Na oportunidade, cobrávamos a existência de processos que se arrastam e não têm andamento. Parece que há alguns fatos novos que determinam que fatos novos vão acontecer. Casos como esse, que pareciam amortecidos definitivamente, virão à tona. E vamos reabrir alguns debates em cima de matérias como estas: do Srs. Cacciola, do Banco Marka, e tantas questões dessa gravidade que estão acompanhando o País nesses últimos detalhes.

É uma vergonha? É uma vergonha. É grave? É grave. Alguma coisa tem que ser feita? Alguma coisa tem que ser feita. Lamentavelmente, é como dizem que aconteceu.

Fui entrevistado por uma das empresas da **Globo** – que depois não publicou, não levou ao ar, mas o restante saiu, aliás, muito bem, diga-se de passagem – sobre as questões referentes ao desaparecimento da documentação do Banco Central relativas ao Banco Nacional. Queria saber a **Globo News** ou a **Globo**

o que eu teria a dizer sobre o desaparecimento do dossiê do Banco Nacional sobre o inquérito que acusou os seus diretores. Procura, não procura; onde está, onde não está. De repente, apareceu: está na Justiça Federal, num canto de uma vara da Justiça, enviado não sei por quem, aberto, olhado, verificado. Na verdade, esse é o inquérito do Banco Nacional. Como é que o inquérito do Banco Nacional, sem que ninguém soubesse, estava na Polícia Federal? Como ficou? Quantos anos? Por que nada foi feito? O que aconteceu? O Banco Central promoveu o inquérito. Chegou à conclusão de que não houve má-fé, mas burocracia, uma confusão sem limites.

Onde está? Onde está? O inquérito foi parar na Justiça Federal, onde não se sabia por que estava lá. A imprensa publicou, foram olhar, e lá estava. Vão fazer um trabalho muito profundo no Banco Central. Ao menos é o que a imprensa noticia. Vão fazer uma verdadeira revolução para que a burocracia interna do Banco Central não funcione de maneira tão anárquica, permitindo que tal aconteça. Parece piada, Sr. Presidente, parece um capítulo grosseiro de uma novela tragicômica. O assunto foi dado por encerrado. Ninguém foi culpado, ninguém é responsável.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo, com prazer, um aparte a V. Exª.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) V. Exª traz uma boa trouxa de roupa suja para lavar na tribuna e sabe, mais do que ninguém, que nem toda a roupa veio, como ocorreu, aliás, com o reencontro dos documentos que envolviam o Banco Nacional. Esses documentos foram encontrados às vésperas de sua prescrição, mas 15 volumes estavam faltando. Senador Pedro Simon, no caso do ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes, que conheci há 30 anos – que reconheci, porque na realidade meu conhecimento com ele foi bem mais antigo –, na verdade, veio para sujar o nome do pai dele. Quer dizer, a emenda saiu pior do que o soneto. Ao querer se livrar das acusações que pesam sobre ele de maneira insofismável, jogou a culpa no pai, no inventário e na herança que seu pai teria deixado. Serei breve e também penso que não pode ficar assim. A ajuda a bancos causou perda de R\$30 bilhões ao Banco Central. Como V. Exª já falou aqui uma vez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, indormidamente, num fim de semana, ficou até de madrugada para fazer o Proer, que veio salvar bancos que, poucos anos antes, estavam tendo lucros fantásticos. O Proer injetou nesses bancos R\$30 bilhões. Eu

fico por aqui porque realmente o tempo de V. Exª está esgotado e esse assunto é inesgotável. Sugiro ao Banco Central que se não tiver outras providências para tomar que coloque uma carrocinha da Polícia perto daquela instituição, para atender à justiça que pode cair sobre algumas cabeças de diretores e presidentes daquela instituição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Ouço o Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Pedro Simon, é um horizonte alvissareiro este que V. Exª nos desenha: a retomada desse processo. Tenho certeza de que, mais dia, menos dia, o Senado e a Câmara Federal abrirão comissões parlamentares de inquérito para examinar não só o que vem acontecendo no Banco Central, mas o nosso próprio comportamento, Senador. Há um pedido de indiciamento da Srª Tereza Grossi, acusada por uma peça da lavra do Senador Jader Barbalho, assumida pelo Relator, Senador João Alberto, aprovada na Comissão Parlamentar de Inquérito. Posteriormente, com o voto dos mesmos Senadores que participaram da CPI, ela foi confirmada na Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Há, sem a menor sombra de dúvida, muita coisa a ser investigada sobre o que tem acontecido no Governo do Presidente Fernando Henrique e no próprio Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Agradeço o aparte de V. Exª, que confere a verdade em um ponto que eu não tinha analisado da tribuna. Quando estava sendo indiciada, uma peça aprovada pela unanimidade da CPI, membros dessa CPI referendaram o nome dessa senhora para a diretoria do Banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Ouço V. Exª, Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB - AL) – Senador Pedro Simon, V. Exª tem toda razão. Mais uma vez, aborda da tribuna do Senado Federal um assunto que atrai a atenção do País. Concordo com V. Exª, Senador Pedro Simon. Realmente chegou a hora de passarmos a limpo algumas caixas pretas que ainda existem intactas no País. É inconcebível que em um País, com as carências sociais do Brasil, se faça verdadeiramente o que se fez com os Bancos Marka e Fonte-

Cindam. É algo inconcebível. V. Exª, mais uma vez, conta com a nossa solidariedade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Encerro, agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, e chamando a atenção apenas para esta questão: este era um assunto que parecia morto, um assunto que eu próprio, uma semana antes, nas duas horas de debates que tivemos com o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, a meu pedido, aqui, no Senado Federal, enumerava este como um dos itens que eu lamentava estarem na gaveta, sem que nada acontecesse.

Pois, saiu da gaveta! E esses promotores, com rara competência, levaram a questão adiante e pegaram o Brasil de surpresa. Eu fui pego de surpresa, assim como tantas outras pessoas. Acho que V. Exª não foi pego de surpresa. Tenho preocupação se o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o Procurador-Geral da República, não sei mais quem nem quantas pessoas mais teriam sido surpreendidas.

Foi brilhante a atuação desses jovens. Nota 10 a eles! Porém, que se dê mão forte para que continuem, que não haja pressão para que, novamente, retrocedam quanto ao Sr. Chico Lopes. O primeiro documento perdeu valor porque se alegava dizer respeito a uma importância referente ao inventário do pai dele. Não é verdade! Sr. Presidente, que não se dê nova desculpa. Está escrito, com todas as letras, no documento: "Eu reconheço que US\$1.650 bilhão, que estão depositados na minha conta Bragança, pertencem ao Sr. Chico Lopes. Digo isso a quem interessar possa, inclusive na minha falta." Que não se dê nova redação a esse documento, Sr. Presidente.

Muitos me cobraram porque acharam estranho, na tribuna do Senado, o meu debate com o Sr. Cacciola. Eu fiz aquele debate depois que o Sr. Cacciola, durante duas horas e meia, debochou do Senado, ridicularizou-nos, fez-nos de verdadeiros fantoches. Foi um dos papéis mais grosseiros que já vi na vida: o Sr. Cacciola ensinando Senador, rindo e dando aula. Então, irritei-me e respondi diferente do que normalmente sou, mas coloquei o Sr. Cacciola no seu devido lugar. Agora, ele está declarando: "Que País é este? Estão me fazendo de bobo", porque o levaram preso, quando o "coitadinho" estava dormindo em sua suíte no hotel.

Que seja levado adiante, Sr. Presidente! Que os ventos que estão soprando, dizendo que estão vindo novos tempos para o Brasil, sejam verdadeiros e que a apuração desse fato seja o início de novos tempos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iris Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a **Folha de S. Paulo** publica uma matéria sobre a regulamentação da Convenção da Biodiversidade, fazendo referência a quatro projetos em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo o jornal, a Comissão designada para emitir parecer a esses projetos não conseguiu, até o momento, o **quorum** necessário para sua instalação. Há uma reunião prevista para depois de amanhã, e, de acordo com o Deputado Arnaldo Madeira, talvez não seja possível garantir se haverá **quorum** necessário para a realização desta Comissão.

Sr. Presidente, sou autora da iniciativa, aprovada pelo Senado, que regulamenta o acesso aos recursos da nossa biodiversidade. Embora a idéia inicial tenha partido do meu gabinete, houve ampla participação da sociedade brasileira, por intermédio de representantes de comunidades, de ONGs, da comunidade científica; inclusive do Governo, por meio de algumas figuras do Ministério do Meio Ambiente, que participaram dessas discussões; e, de forma não tão direta, de algumas pessoas ligadas à Casa Civil. No Senado, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na Câmara dos Deputados, está dormitando até hoje, pelas razões que acabei de mencionar e como muito bem apontou a **Folha de S. Paulo**.

Outros três projetos foram apresentados após o meu. Um, muito semelhante ao meu, de autoria do Deputado Jaques Wagner; outro, do Governo, que embora tenha aspectos interessantes, considero bastante tímido como instrumento de combate à biopirataria e para assegurar a correta partilha de benefícios, tanto do ponto de vista de recursos quanto do ponto de vista do conhecimento e de tecnologia.

O correto seria discutirmos, o mais rápido possível, os três projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, e o projeto aprovado pelo Senado, que é o substitutivo do Senador Osmar Dias, para que possamos oferecer à sociedade brasileira um instrumento legal regulamentando o acesso aos nossos recursos genéticos e biológicos.

Existe uma polêmica entre o projeto do Senado e o projeto do Governo que, na verdade, do meu ponto de vista, tem-se constituído mais num instrumento de fazer política contra o projeto do Senado do que numa disputa de mérito entre o projeto do Senado e o projeto do Governo. Se bem que existem alguns aspectos a observar: o projeto do Senado é mais taxativo em definir já na lei, em vez de transferir essas definições para a matéria de regulamentação.

Só para se ter a idéia de alguns pontos que considero importantes, no caso do projeto do Governo, a nossa posição é a de que o conselho seria criado como uma das instâncias para a definição da nossa política de biodiversidade em termos da sua utilização. Seria uma espécie de um comitê técnico de assessoramento, cujas atribuições serão definidas em regulamentação, ou seja, um grupo de tecnocratas que faria a definição desse conselho, que teria um caráter de assistência técnica, como um comitê técnico.

De acordo com o projeto que apresentei aqui no Senado, reafirmado pelo substitutivo do Senador Osmar Dias, a sociedade civil terá uma representação, que será igual à representação do Governo e o órgão terá um caráter decisório. O projeto do Governo transfere essa definição para uma matéria de regulamentação. O projeto do Senado institui os recursos para uma política de investimentos em recursos genéticos, caracterizando bem claramente os recursos de forma carimbada para os investimentos nessa área.

Todos sabemos que há uma orientação da equipe econômica do Governo, que não concorda em ter recursos vinculados a uma determinada atividade. No projeto do Governo, a comunidade indígena ou a comunidade local, que são as comunidades tradicionais, farão jus a um percentual, quando os benefícios decorrerem do uso do conhecimento tradicional. A nossa proposta é considerada radical pelo Governo. Na verdade, estamos dizendo que os conhecimentos tradicionais serão de uso exclusivo das comunidades indígenas, só podendo ser utilizados com a sua anuência.

Ora, não vejo onde consiste o radicalismo dessa proposta. Os conhecimentos tradicionais são fruto da ação milenar dos índios na sua relação com a natureza e que, portanto, em hipótese nenhuma, poderá ter uma mediação de um terceiro que diga: "não; é dos índios, ou dos seringueiros, ou dos caçaras". Mas não é bem assim. Podemos usá-los de alguma maneira."

Sr. Presidente, é mais do que urgente a instalação dessa Comissão Especial para dar parecer aos quatro projetos, para podermos discutir e, se possí-

vel, aprovarmos esse instrumento legal, até porque o recente contrato entre a indústria, entre a empresa, que está buscando fazer um contrato de bioprospecção, com a BioAmazônia Novartis facilita a utilização dos nossos recursos genéticos e biológicos. Portanto, é preciso contarmos com um instrumento legal. Sabemos que se isso for levado a cabo, nós teremos o primeiro caso de biopirataria carimbado pelo Governo Federal.

De sorte que é fundamental para todos nós, da Amazônia e do Brasil, termos a aprovação de uma lei de acesso aos nossos recursos genéticos que seja, acima de tudo, sustentável e que respeite os saberes associados a esses recursos, que são os saberes das populações tradicionais, e que se busque uma forma de haver partilha de benefício, quer pelo pagamento de **royalties**, quer pela internalização de conhecimento e de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal cortou sete bilhões, quatrocentos e sessenta e dois milhões do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para este ano, o que certamente contribuirá para agravar a crise social e econômica por que passamos, pois os cortes atingiram áreas prioritárias como Saúde, Educação e Reforma Agrária.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano sofreu um corte de 84%; o Ministério do Esporte e Turismo sofreu um corte de 75,95%; o Ministério dos Transportes sofreu um corte de 51,08% e o Ministério da Integração Regional, 68,23%.

Isso, certamente, decorre das peculiaridades de nosso processo orçamentário que, muito problemático, é dominado pelo Poder Executivo, cuja hegemonia é assegurada pelo caráter autorizativo da nossa Lei Orçamentária.

Apesar dos avanços ocorridos no processo democrático brasileiro, nas últimas décadas, podemos afirmar que a democracia ainda não penetrou realmente na elaboração do Orçamento brasileiro.

Não estamos muito distantes do período autoritário, em termo de elaboração e execução do Orçamento da União, pois, na realidade, o Poder Executivo continua a deter o monopólio de fixar a receita e a despesa pública, executar ou não o Orçamento, alocar recursos sem consultar a sociedade, eleger projetos e programas, determinar prioridades e determinar

o que deve e o que não deve ser pago, se, como, quanto e quando.

A questão orçamentária, internacionalmente, é matéria de mais alta importância, origem e razão de ser do próprio Parlamento, como instituição democrática.

No Brasil, no entanto, essa questão tem sido tratada de modo secundário, tanto por nossa tradição histórica de autoritarismo como, conseqüentemente, pela pouca participação popular nas decisões mais relevantes do País.

No Brasil, o orçamento desconhece a sociedade e a sociedade desconhece o Orçamento: é nossa triste realidade, constatada pela existência de um grande fosso entre aspirações sociais e a realidade que deveria se materializar por meio de projetos e ações previstos no orçamento.

O Orçamento da União representa verdadeira **caixa-preta** para a sociedade brasileira e é um dos fatores que contribuem para o descrédito do Congresso Nacional, dos políticos brasileiros, dos Poderes da República e das instituições democráticas.

O Brasil aplica mal os recursos públicos, existem graves desvios na execução orçamentária: as recentes Comissões Parlamentares de Inquérito comprovaram a extrema gravidade dessa situação para o País, para os Poderes da República e para as instituições democráticas.

A grande maioria das demandas sociais não são atendidas, os recursos orçamentários destinados a financiar políticas sociais são insuficientes e muitas vezes desviados de suas verdadeiras finalidades.

O superfaturamento de despesas públicas é um dos males existentes em quase todo o País, que passou a ser o paraíso da fraude e dos sonegadores: o chamado **caixa-dois** das empresas tem se generalizado, a sonegação fiscal é quase cem por cento da arrecadação tributária e as despesas de juros levam a maior parte dos recursos orçamentários.

Esse diagnóstico resumido da questão orçamentária brasileira demonstra claramente a necessidade urgente de mudarmos o processo de elaboração e execução do orçamento no Brasil.

O Orçamento Público é um instrumento econômico que pode contribuir decisivamente para reduzir as desigualdades regionais e para melhorar a distribuição de renda entre as pessoas, melhorar os programas de saúde, educação, moradia, saneamento básico e de atendimento a idosos, crianças e adolescentes.

A votação do Orçamento Público não é apenas a mais importante tarefa do Parlamento: é também o

instrumento mais adequado para o atendimento das demandas sociais, assegurando melhores condições de vida para o povo brasileiro.

A **Agência Estado** publicou a seguinte matéria, no dia 11 de maio último: "O Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão, Martus Tavares, disse hoje que o Governo realizará cortes no Orçamento deste ano para garantir a geração do superávit de 29 bilhões, como estabelece o acordo com o FMI".

Estamos quase no fim do primeiro semestre do ano 2000 e somente agora o Orçamento da União se encaminha para sua execução normal, se é que assim podemos denominar um processo com tão grande atraso em sua aprovação.

Repartições públicas estão com suas contas em atraso, programas de saúde estão sendo prejudicados e a Administração Pública encontra-se impossibilitada de funcionar normalmente, o que cria sérias dificuldades para pessoas, empresas e entidades que têm contratos com a União e, naturalmente, dependem da liberação de recursos orçamentários para o desenvolvimento normal de suas atividades.

Muitas pessoas e empresas encontram-se em situação de inadimplência em decorrência da falta de pagamento de compromissos assumidos pelo setor público: há salários atrasados de empregados de empresas prestadoras de serviços ao setor público.

São muitas as distorções existentes no processo orçamentário brasileiro: mencionar todas elas seria impossível, mas não posso deixar de me referir a algumas situações realmente injustificáveis, incompatíveis com o processo político e democrático.

Senadores, Deputados, Governadores e Prefeitos são constantemente obrigados a pedir audiências às autoridades da área econômica para tentarem conseguir a liberação de verbas para suas respectivas regiões.

Isso não significa apenas grande perda de tempo, subversão de hierarquia e quebra de valores democráticos, pois os Congressistas, como legítimos representantes do povo brasileiro, foram eleitos para deliberar sobre as grandes questões nacionais, e não para atuar como despachantes junto a repartições públicas federais, por mais elevado que seja o nível hierárquico dessas repartições.

O Orçamento, com lei autorizativa, representa uma grave distorção no processo político, por minar as bases do equilíbrio entre os Poderes, permitir a existência de barganha nas relações do Executivo com os demais Poderes e representar, em última análise, um **cheque em branco**, para o Executivo deter-

minar o que bem lhe aprouver, para atender a seus interesses legítimos ou não.

Já existe no Congresso Nacional proposta de eliminação do caráter autorizativo da lei orçamentária (o eminente Senador José Alencar é autor da proposta nesse sentido), o que, se aprovada, certamente contribuiria para dar maior transparência às finanças públicas e evitar a utilização de barganha do Poder Executivo em relação às votações de interesse do Governo.

Um orçamento mais transparente e democrático reduziria muito a possibilidade de alocação de recursos para obras eternamente inacabadas, projetos com alto risco de corrupção e desvio de recursos públicos.

Nos últimos dias de 1999, os ministérios empenharam recursos orçamentários quase no mesmo valor dos onze meses anteriores, distorcendo completamente o processo administrativo, tumultuando a administração das finanças públicas e quebrando a noção de prioridade na despesa governamental, com possibilidades de emissão de empenhos com data anterior, para inclusão dos valores em restos a pagar.

Apesar de a Constituição Federal estabelecer no art. 3º a redução das desigualdades regionais como objetivo fundamental da República, o Orçamento da União ainda não incorporou tal diretiva, pois o plano plurianual e a proposta orçamentária devem ser regionalizados nas diretrizes, objetivos e metas, a fim de que o gasto público contribua para reverter a tendência secular de aprofundamento das desigualdades regionais no Brasil.

A metodologia de elaboração orçamentária adotada pelo Governo Federal desrespeita esse princípio constitucional, utilizando o artifício de englobar na categoria "**nacional**" a grande maioria dos gastos previstos por região geográfica.

Para termos uma idéia de como tal metodologia pode contribuir para agravar os desequilíbrios espaciais e sociais hoje existentes no Brasil, basta verificarmos que 96,76% do orçamento fiscal e da seguridade, para o exercício de 2000, está classificado nessa categoria.

Assistimos a um aumento da distância que separa as regiões Norte e Nordeste das regiões mais ricas do Brasil.

A reversão dessa tendência perversa somente poderia ocorrer com ações governamentais, com investimentos elevados em áreas prioritárias, e sem descontinuidade.

O Orçamento, como poderoso instrumento de correção dessas desigualdades, não está sendo utilizado para esse fim.

Ao contrário, em relação às empresas estatais, os investimentos continuarão a agravar as desigualdades, pois 47% desses recursos estão classificados como **nacionais**.

Os demais investimentos das empresas estatais confirmam a tendência de concentração nas regiões mais ricas, pois para a região Norte são destinados apenas 5% desses recursos, assim como 13% para o Nordeste e 21% para a região Sudeste, o que confirma a falta de vontade política para cumprir um imperativo constitucional, moral e econômico, que termina por classificar os brasileiros em primeira e segunda categorias.

O Brasil só consolidará seu processo democrático quando conseguirmos colocar o Orçamento a serviço da democracia, abandonando os métodos e processos utilizados no período do autoritarismo.

Essa perigosa concentração de poder político e econômico nas mãos do Executivo, que exerce, de fato, o monopólio na elaboração e na execução orçamentária, não apenas quebra a independência e harmonia entre os Poderes – pois seria demasiado imaginar a aplicação da teoria da equipotência entre os Poderes, tão defendida por políticos idealistas – prejudica o federalismo fiscal e ainda fomenta relações espúrias entre Executivo e os demais Poderes.

Precisamos de um Orçamento democrático, em que os direitos do cidadão sejam assegurados também por via orçamentária, dando prioridade à área social.

Precisamos acabar com essa idéia de um **orçamento caixa-preta**.

Precisamos dar maior transparência, fidedignidade e legitimidade na elaboração, na alocação de recursos, no estabelecimento de prioridades, nos métodos, processos, na negociação política para fixação das despesas e receitas públicas e que contribua efetivamente para corrigir as desigualdades na distribuição de renda no Brasil.

Precisamos acabar com essa idéia exótica de orçamento autorizativo, pois a lei orçamentária é uma lei como as demais leis do País e, portanto, deve ser cumprida: não pode ser apenas indicativa, pois não se trata de mera carta de intenções ou um sinal, com as opções de se cumprir ou não se cumprir.

Precisamos de uma execução orçamentária transparente, pois não podemos admitir a continuidade dessa situação em que a sociedade civil não co-

nhece o Orçamento e o Orçamento não conhece a sociedade civil.

Precisamos assegurar que os recursos públicos cheguem efetivamente ao destino no tempo certo, no valor correto, sem desvios, sem superfaturamento, com o devido controle, com auditorias técnicas independentes, evitando que projetos importantes aprovados pelo Congresso Nacional não se concretizem por falta de recursos orçamentários.

O Orçamento deve contribuir para a construção da democracia e a democracia certamente contribuirá para aperfeiçoar o Orçamento e para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Iris Rezende, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, por permuta com o Senador Hugo Napoleão.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a descontinuidade de políticas habitacionais justas ou sua própria inexistência têm provocado uma série de contratempos e humilhações para os mutuários e paliativos improvisados e ineficazes por parte dos órgãos responsáveis pela condução da política habitacional do País.

Hoje há um problema gravíssimo, de repercussão nacional, nos contratos do Sistema Financeiro de Habitação que não estão amparados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. São cerca de 177 mil contratos com resíduos que superam os R\$5 bilhões. A grande maioria apresentou desequilíbrios, e o saldo devedor está acima do valor do próprio imóvel financiado.

Há um temor de que aproximadamente 650 mil ações judiciais dessa natureza provoquem um boicote generalizado nos pagamentos, o que sem dúvida irá inviabilizar todo o Sistema, que já é ineficiente. Mas os mutuários não estão com suas prestações atrasadas ou inadimplentes por prazer ou gosto, mas sim porque os planos de financiamento, com juros elevados e corrigidos pela TR, tornam impossíveis a quitação do que foi contratado.

Em Alagoas, meu Estado, a gravidade do problema é ainda maior. O assunto, diga-se de passagem, já foi brilhantemente abordado pela Senadora Heloisa Helena. Trata-se de uma questão diária e que

tem levado ao constrangimento milhares e milhares de alagoanos. Em conjuntos habitacionais modestos, a Caixa Econômica Federal, de maneira desnecessariamente truculenta, está despejando famílias inteiras em virtude do atraso de pagamentos. Sr. Presidente, foram cinco conjuntos: Osman Loureiro, Graciliano Ramos, Jardim do Farol, Artemísia e Tabuleiro dos Martins.

Os mandados de despejo desses conjuntos alarmou mães e assustou crianças dormindo por se assemelharem, na prática – e desta tribuna faço questão de reconhecê-lo – a uma operação policial. A Caixa Econômica Federal está recorrendo à Polícia Federal armada para desabrigar pessoas inofensivas e apavoradas, crianças e mulheres. Faço, portanto, desta tribuna o apelo para que esta prática cesse imediatamente e que se encontrem soluções para que o morador tenha condições de continuar pagando sua casa própria.

Sr. Presidente, a retomada de imóveis, além de condenar várias famílias ao relento e aos viadutos, não implica ganhos para a Caixa Econômica porque os imóveis acabam sendo vendidos por um valor inferior. A Caixa deixa de fazer o acordo, de reduzir o valor do imóvel ou dispensar da conta juros extorsivos e prefere tomar o imóvel, retirando truculentamente as famílias, afetando-as e as expondo a todo tipo de constrangimento. E isso redundará verdadeiramente ineficaz, pois a Caixa acaba vendendo esse imóvel por preço inferior. Por que não vendê-lo ao proprietário que já ocupa o local e fundamentalmente vai depender disso para ter condições dignas de viver e de morar?

Por isso, muito melhor seria buscar uma solução que mantivesse o mutuário em sua residência, sinônimo, como disse, de bem-estar, tranquilidade e dignidade.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo a palavra, com muita satisfação, à Senadora Heloisa Helena.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Quero saudar o pronunciamento de V. Exª, Senador Renan Calheiros, e dizer que realmente é uma preocupação gigantesca no Brasil todo. Quando tive a oportunidade de falar na Casa sobre o caso de Alagoas e sobre os indicadores nacionais em relação a isso, muitas pessoas, centenas de pessoas mandaram-me e-mails mostrando sua situação particular de humilhação, de constrangimento e de sofrimento decor-

rente da omissão do Governo Federal, da omissão da Caixa Econômica Federal, que V. Exª tão bem aborda, em respeitar os mutuários. Não são pessoas que não querem pagar; são pessoas que gostariam sim de pagar, mas cujas prestações têm sido elevadas de forma enganosa, pois contrariam as relações contratuais; são pessoas que passam por humilhação, constrangimento pessoal e familiar danosos e inaceitáveis. Faço um apelo – e nós o mandamos por escrito e tenho certeza que V. Exª também – para que o Governador do Estado não mais autorize a Polícia Militar e/ou a Polícia Civil a participarem dessa operação. Tenho vários companheiros da Polícia Federal que vão constrangidos fazer esse tipo de operação. Esperamos que o Governo do Estado não continue autorizando a Polícia Militar a entrar nesse tipo de operação truculenta, como bem V. Exª colocou, em que crianças foram acordadas e retiradas de suas casas, colocadas nas ruas, porque seus pais se encontravam trabalhando. Quero, portanto, saudar V. Exª por trazer a esta Casa tema extremamente importante e relevante, que é o da moradia popular. Se não há alternativas para a moradia popular, aqueles que conseguiram enfrentar a burocracia da Caixa Econômica Federal, que conseguiram ser "incluídos" no sistema, estão passando por esse tipo de humilhação e desolação pessoal. Parabéns a V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – V. Exª tem absoluta razão. Aliás, incorporo com muita satisfação o seu aparte ao meu pronunciamento.

O papel do Governador, neste caso, em vez de liberar a Polícia Civil para fazer os despejos dos mutuários, era servir de canal de intermediação entre os mutuários e a Caixa Econômica Federal, tarefa para a qual nós dois, representantes do Estado de Alagoas no Senado Federal, nos colocamos à disposição.

Tenho dito, e repito nesta oportunidade, que o que for necessário fazer eu o farei e, da mesma forma, V. Exª, para que possamos, na prática, reabrir os canais de negociação, porque o despejo é ineficaz, absolutamente contraditório, consequência de uma política habitacional equivocada, e esse imóvel, repito, acaba sendo vendido por um preço inferior.

As famílias que já ocupam os imóveis poderiam ser dispensadas de parte dos juros para que efetivamente pudessem deixar as prestações do tamanho de seus bolsos e pudessem pagá-las com o seu próprio salário.

Afinal, Sr. Presidente, em razão de equívocos pretéritos, em Brasília, mansões suntuosas foram construídas com financiamento da Caixa Econômica

Federal, cujas prestações giram em torno de R\$400,00, R\$300,00 e até R\$200,00. Enquanto por moradias humildes se pagam prestações de R\$600 mil, R\$700 mil, R\$800 mil ao mês. Trata-se de um desequilíbrio injusto.

Reitero o meu apelo para que se encontre uma política definitiva e justa para o problema da habitação que continua, lamentavelmente, tão dramático em nosso País. É uma lógica perversa abordarmos a questão habitacional, direito constitucional garantido pela emenda do ilustre Senador Mauro Miranda, meu companheiro de Bancada do PMDB, como uma mera operação bancária. Trata-se de uma política social. Sob esse ângulo, o Governo deve buscar as soluções para o elevado índice de inadimplência nas prestações da casa própria.

Sr. Presidente, não se pode cometer o equívoco de esperar o problema se tornar insanável. É necessária uma atuação antecipada para, na prática, evitar-se o pior.

O Governo Federal anuncia, mais uma vez, uma nova política habitacional. Com muita satisfação, li hoje, na coluna do jornalista Gilberto Amaral, no **Correio Braziliense**, o anúncio dessa boa notícia. Espero sinceramente que, desta vez, não seja mais uma política habitacional para causar o que as políticas anteriores têm sobretudo causado: inadimplências. É preciso que tenhamos uma política habitacional definitiva, duradoura, eficaz, para que não tenhamos, a cada ano, o problema habitacional se agravando no País, aliás, como todos os indicadores sociais. É preciso se fazer algo, para que possamos reverter a realidade.

Uma outra questão, Sr. Presidente, que não poderia deixar de abordar é aquela do modelo de privatização da geração de energia elétrica, das hidrelétricas.

Há pouco, em aparte à Senadora Heloisa Helena, fiz questão de dizer que privatizar geração de energia – esse importante setor da economia nacional – é algo selvagem, não apenas no Brasil, mas em qualquer país do mundo.

É necessário pensar muito bem no assunto. Não basta repensar o modelo, não basta democratizar a aquisição das ações. Privatizar geração de energia é privatizar os próprios rios. Não basta possibilitar que as ações sejam colocadas nas Bolsas, que se possam comprar ações utilizando o FGTs, que os aposentados possam democraticamente participar do processo de privatização. Privatizar significa substituir o controle estatal pelo controle privado, e sempre, Sr. Presidente, haverá um grupo, um consórcio, seja

lá o que for, que vai hegemonicamente controlar a geração de energia, a hidrelétrica. Isso pode causar prejuízos e mais prejuízos para a população.

Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a e à Senadora Heloisa Helena.

O Senado da República tem um importante papel a cumprir com relação à discussão não só do modelo da privatização, mas também da própria oportunidade de privatizar ou não. Esse modelo, lamentavelmente equivocado, não tem trazido, na prática, benefício algum, não tem atraído capital, não tem possibilitado ganhos para os usuários, para os consumidores. É preciso, pois, repensar o modelo e dizer não à privatização da geração de energia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Álvaro Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iris Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao eminente Senador Lauro Campos, por vinte minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não falarei de tênis, que pratiquei muito pouco em minha vida, nem de basquete, nem de vôlei – que joguei no Atlético e no Minas –, nem de futebol, em que eu era péssimo, fui uma vez a um jogo, pago na porta, quando tinha oito anos de idade, nunca mais voltei.

Muito anos depois, encontrei alguém que pensava exatamente igual a mim: Thomas Morus. Em 1516, ele escreveu um livro chamado **Utopia**, e nele todos os esportes são amadores. Muito estímulo aos esportes. Amadores!

Hoje foi discutido aqui se se deve profissionalizar o esporte, isto é, tratá-lo como um mercado, pois ele se transformou nisso. Eu continuo firme em relação ao esporte, que é ótimo e imprescindível, mas deve ser amador; o profissionalismo distorce, corrompe-o.

Quero, neste instante, abordar um outro tema.

O que me trouxe, hoje, à tribuna foi um impulso de matar a saudade.

Há uns seis meses, eu disse aqui que já havia feito aproximadamente 170 discursos, mas que ainda não havia começado a falar. Hoje, pretendo começar a falar e tenho que falar rápido. Vou falar sobre dinheiro. E não é fácil falar sobre dinheiro em 20 minutos.

Em 1910, foi feita uma pesquisa, na França, sobre quantos trabalhos, livros e artigos havia sobre a moeda, e chegou-se a total de 5.100 publicações. De modo que é realmente impossível alguém dizer que entende do assunto, porque é tão vasto que torna muito difícil, no curso de uma vida, esgotar essa literatura imensa e crescente. Além do mais, se uma pessoa, por exemplo, envereda-se para o lado dos neoliberais, torna-se impossível entender o que é o dinheiro, as suas funções e a sua importância.

Outro dia mesmo, eu estava lendo um trabalho de um desses neoliberais brasileiros, que foi presidente e diretor de banco. Ele dizia que as funções do dinheiro são três: reserva de valor, "valorímetro" e intermediário das trocas. O que esse neoliberal **up-to-date** está dizendo hoje é aquilo que o Aristóteles disse há 2400 anos. É a mesma coisa. Então, a moeda não mudou nesse tempo? Ele diz hoje, com a sua modernidade ele que foi aos Estados Unidos para estudar, voltou e foi ser presidente e diretor do Banco Central e de outros bancos particulares, que moeda é isso? Aquilo que o Aristóteles tinha visto nela? Não, não é, não. É por isso que existe essa irresponsabilidade.

Em 1950, eu estava na Europa, estudando economia, quando começou-se a tratar daquilo que é a Euro, a moeda da União Européia, a moeda dos países europeus. Nos anos 50, começou a discussão. Agora, estamos vendo as dificuldades que ainda existem sobre o assunto e sobre a prática disto: o estabelecimento do Euro, de uma moeda que seja comum a toda a União Européia, a todo o Mercado Comum Europeu, a toda esta área que seria do Euro. E estamos aqui, na América Latina, com uma indiferença, um açodamento e uma displicência enorme para estudarmos o problema da criação de uma moeda para o Cone Sul, para os países da América Latina. O que surge é a hipótese ou a iniciativa sub-reptícia de adotarmos o dólar como moeda nacional.

Concentrar-me-ei particularmente neste aspecto, ou seja, aquilo que retirou a Inglaterra e mais dois outros países da Europa desse grande acordo que institui o Euro, a moeda comum. Bem antes disso, Lênin, depois da Revolução de 1917, falava na necessidade urgente de se criarem os Estados Unidos da Europa.

Já que veremos isso agora, pergunto como é possível? Quais são os obstáculos? Quais são os inconvenientes de se estabelecer uma moeda, no nosso caso, o dólar, para todos esses países, Argentina, Brasil, etc.?

Nessa unidade monetária, no real, há uma grande e profunda diversidade. A unidade monetária não foi escolhida pelas economias, mas, sim, foi o produto de um processo histórico de lutas e de guerras que acabaram destruindo a estrutura antiga, medieval e feudal, instalando a unidade do exército, a unidade monetária, a unidade tributária no processo de formação dos Estados nacionais.

Isso não é algo arbitrário. Na unidade monetária criada na França, por exemplo, o franco, subjaz a diversidade que existia na história francesa. Essa unidade contém uma diversidade, contém aquelas antigas tendências para a separação e para a desagregação da unidade. Contém, como toda a unidade, uma diversidade.

De modo que, atualmente, vemos na América Latina, antes mesmo de se constituir uma moeda única, a briga, as disputas que existem entre o real e a unidade monetária argentina quando há uma modificação no câmbio em alguns desses países, quando uma diferença se pronuncia. A antiga diversidade se afirma a cada momento.

Assim, a unidade é uma aparência. O interno, o oculto, o real é a diversidade, assim como supomos que a nossa sociedade é uma e que tem uma só classe social, quando, na realidade, ela é uma diversidade nesta aparente unidade. E todos os outros fenômenos são assim.

A visão neoliberal é unidimensional, pobre, pois é a visão de que a moeda é apenas o instrumento que o velho Aristóteles denominava de catalática e catalítica. A forma de troca é a catalática, ou seja, proporcionar e ser intermediário das trocas; e a catalítica é a forma de instrumento de acumular riquezas.

A moeda é muito mais do que isso. E quando os Estados nacionais foram impondo, em sua formação, pela força, pela dominação, uma moeda sobre as demais, aquelas que poderiam ser cunhadas nos feudos pelos senhores feudais ou aquelas que poderiam ser cunhadas pelos nobres em seus territórios, então a moeda nacional se impôs e permanece, subjaz nessa unidade, imposta pela força, a diversidade, a diferença que a constitui inicialmente.

Pensamos que, por exemplo, o real é uma unidade. Não! Nessa unidade subjaz o diverso no uno, a diversidade na unidade. Por exemplo: numa sociedade como a brasileira existe uma moeda. É o vale lá da fazenda que os senhores, os donos da fazenda, escrevem no papel e pagam aos seus trabalhadores. Esse vale não pode circular, só vale até a venda, onde não há preço para serem escolhidas, as mercadorias

têm seus preços determinados, exorbitantes, para ajudar no processo de exploração do camponês. De modo que aquele papel expressa o poder do dono da terra, do fazendeiro, em relação ao não-poder do agregado.

Esse vale tem um raio de ação e não pode comprar centenas de coisas que não estão ali, naquela venda. É proibido de circular fora daquele espaço pequeno. Pois bem, ali temos uma forma monetária, nessa unidade.

Outra moeda que existe nas economias modernas é, por exemplo, o papel-moeda que o Estado cria, emite à sua vontade, desde alguns tempos para cá, independentemente de ouro, de prata, de qualquer coisa.

Ao perceber essa diversidade existente na moeda a que me vou referir o mais rápido possível, coloquei uma cor em cada uma dessas formas monetárias específicas. O vale da fazenda tem uma cor, digamos, lilás. Quando o Estado imprime dinheiro, este é vermelho, tem a cor da guerra, a cor do poder concentrado nos Poderes Executivos modernos, nos poderes despóticos e autoritários.

O dinheiro do Estado não serve como meio de pagamento de bens de consumo ou de bens de produção. Como Estado, ele não concorre com os capitalistas e, portanto, não compra meios de produção para estabelecer indústrias. Ao contrário, usa esse dinheiro para fazer guerra, para comprar aquilo que chamo de não-mercadoria: produtos bélicos, espaciais, destrutivos, inconsumíveis ou para pagar funcionários públicos também improdutivos. Esse dinheiro é vermelho. Não tenho tempo de mostrar por que ele é vermelho, de acordo com a própria direita hegeliana. **O Poder Estatal do Dinheiro** é um livro escrito por um dos mais eminentes representantes da direita hegeliana.

O funcionário público pensa que recebe um dinheiro igual ao que está nas mãos do capitalista. Não! Nas mãos do camponês o dinheiro é uma coisa, nas mãos do Estado é outra, entra em outras relações, tem outra área de circulação, tem outro poder de compra, diferente daquele que tem, por exemplo, o funcionário público. É o dinheiro estatal que vai para as mãos do funcionário público, e lá esse dinheiro é meramente instrumento de compra de meios de consumo. O funcionário público não pode comprar meios de produção, não pode comprar produtos bélicos e espaciais, como pode o Estado, com o seu dinheiro vermelho. O funcionário público recebe um dinheiro que, no fundo, depois será cartão de crédito, crédito ao con-

sumo, porque o funcionário público está relacionado, no todo, apenas como consumidor.

Assim, o dinheiro nas mãos dele, nessas relações sociais, tem determinações diferentes daquelas outras somas que a unidade monetária esconde. Não conseguimos enxergar a pluralidade vista um dia por Newton, ao perceber que o branco é a soma de sete cores. As sete cores do disco, ao adquirir movimento, transformam-se em branco. Então, branco é a cor do capital, pois este tem o poder de estar em todos os lugares, de entrar em todas as relações e de fazer tudo. Só o capital é branco, porque é a soma de todos os poderes que as demais colorações possuem.

Contudo, o capital nacional não é tão branco assim. É meio cinza ou mulato. E, quando põe a cabeça para fora na circulação mundial, muitas vezes, ele que é branco, é rejeitado. O real, nossa moeda nacional, não é aceito em vários países do mundo. Nosso capital não tem poder de compra generalizado no mundo.

Quem é realmente branco é o dólar. Este, sim, tem o poder universal. É a moeda internacional, a moeda mundial, que possui todos os poderes, está em todos os lugares e pode comprar tudo. Como já dizia Cristóvão Colombo, numa carta das Antilhas: "Dinheiro é Deus, está em todos os lugares, pode adquirir tudo nesta vida e um lugar também na outra vida."

Desse modo, perceberemos que o dinheiro que está nas mãos do funcionário público é azul. Ele não custou realmente muito trabalho, por isso os funcionários são maltratados como o são neste atual Governo, por exemplo, que não percebe a nossa inserção, como funcionários, na sociedade. Nós somos consumidores, ajudamos o capitalismo, devido à sua insuficiência de consumo, o capitalismo que empobrece e põe na mão dos trabalhadores esse dinheiro subalterno. Pegue um dinheiro que recebe um trabalhador na construção civil. É um dinheiro sujo. Nesse dinheiro que está no bolso do trabalhador, dificilmente poderia haver uma nota de R\$100,00. Ganhando pouco mais de R\$100,00 por mês, ele não pode ter essa nota. No bolso do trabalhador, existem notas de R\$1,00 ou de R\$5,00, um dinheiro que circula muito, por ser usado por muita gente. Não é um dinheiro que fica em reserva, como acontece com o dinheiro dos ricos. Então, ele se desgasta, é um dinheiro feio, tem a cara do trabalhador maltratado e tem um poder limitado. Compra um pouco mais do que aquele vale do camponês na fazenda, mas obviamente ele não pode comprar um carro, uma geladeira, um televisor. Só pode comprar uma cesta modesta, que compõe os meios de consu-

mo do operário, para refazer e reproduzir sua força de trabalho. Não pode fazer mais do que isso!

Sr. Presidente, cito um antropólogo da Economia que escreveu um livro chamado **Racionalidade e Irracionalidade na Economia**. Ele mostra que na Nigéria só há dois dinheiros. A moeda tiv, que circula nos arrabaldes, na periferia, não pode comprar produtos sagrados, necessários para que se tenha acesso à profissão de sacerdote, por exemplo. Portanto, a moeda tiv exclui os que nasceram na periferia do acesso ao cargo de sacerdote, pois não compra bens sacerdotais. Só os que nasceram no centro têm esse poder.

Por conseguinte, toda a falta de unidade, toda a exclusão social está escondida na moeda. Quando vem a crise, obviamente a unidade monetária sofre vários problemas, pois se projeta nela uma série de contradições que existem e subjazem nessa sociedade, que esconde e que oculta essa diversidade para fingir que somos únicos, unos, tal como a nossa moeda o é.

Lembro que, se Cristóvão Colombo disse que a moeda é Deus, pois está em todos os lugares e compra tudo, Karl Marx disse que a moeda é merda: "**money is not dirt, but dirt may be money**". Ou seja, a merda pode ser dinheiro.

E Sigmund Freud disse que o símbolo universal do dinheiro são as fezes. Disse ele que o dinheiro está ligado à fase anal do desenvolvimento da personalidade. Por isso mesmo, o senhor cheio de dinheiro, o banqueiro é desenhado com uma barriga enorme, pois o produto de sua alimentação farta e copiosa empocha-se na poupança intestinal.

Conheci um mineiro que mandou fazer em sua casa no Espírito Santo um cofre na parede do banheiro, e seu intestino só funcionava – ele só soltava o equivalente fezes – quando via preso no cofre o dinheiro.

Assim, convenci-me, ao longo da vida, de que tanto Freud quanto Marx têm razão: dinheiro é isso. E nós, nessa sociedade fetichista e enlouquecida, vivemos atrás de acumular essas coisas que não sabemos mais o que representam na realidade.

É só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao ilustre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, causa-me estranheza o comportamento do Brasil, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante de ditaduras e farsas eleitorais latino-americanas.

Surpreendentemente, é o Brasil que impede uma censura da OEA ao escândalo eleitoral de Fujimori no Peru e que proclama a defesa da democracia paraguaia. Sutil e extraordinária democracia essa em que o Presidente da República é nomeado pelo Congresso e insinua-se a realizar uma eleição popular e direta para eleger o Vice-Presidente da República.

Mas o Brasil não fica nisso. Ontem, em Foz do Iguaçu, a Polícia Federal brasileira prendeu o General Oviedo, um importante líder político paraguaio. Por que essa prisão? Porque o Oviedo é contra a ALCA, a subordinação do Paraguai aos Estados Unidos. O que há por trás desse processo?

Recentemente, o Presidente Bill Clinton passou um pito memorável nos brasileiros, dizendo que estávamos atrasando a instalação da ALCA. Ora, o que é ALCA? É o último passo da colonização. Junto com a ALCA, chegam os convênios pelos quais os Estados Unidos fornecem material bélico usado e sucateado ao Brasil, que fica proibido de utilizá-lo sem uma licença prévia americana.

A entrada do Brasil e do Cone Sul latino-americano, do Mercosul na ALCA hoje significa o fim definitivo das nossas economias, porque, se é verdade que houve um incremento extraordinário nas inter-relações comerciais entre os países latino-americanos com o Mercosul, não é verdade que esse estímulo tenha derivado da competitividade das nossas mercadorias.

Esse estímulo, muito interessante para os nossos países e para a solidariedade latino-americana, deve-se fundamentalmente às TEC's, às Taxas Externas Comuns, à redução dos preços contidos nas barreiras alfandegárias. A redução das Taxas Externas Comuns viabilizou um extraordinário estímulo no comércio do Brasil com a Argentina, fundamentalmente.

Sr. Presidente, imagine se, em determinado momento, entrando Brasil e Argentina na ALCA, tivéssemos de competir, com as mesmas taxas alfandegárias, com produtos americanos e canadenses. É evidente que imediatamente o comércio do Cone Sul desabaria de forma ruidosa. Haveria uma queda de grandes proporções no inter-relacionamento comercial.

Será que é a oposição do General Lino Oviedo a essas peripécias do Fundo Monetário Internacional e dos Estados Unidos que faz com que o Brasil vá prendê-lo em Foz do Iguaçu?

Sr. Presidente, qual é a real situação do General Oviedo no Paraguai? Oviedo nada deve à Justiça, foi inocentado no Paraguai em segunda instância – absolvição transitada em julgado, recurso irrecurável. O Presidente Juan Carlos Wasmosy criou um Tribunal Militar Extraordinário que o condenou a dez anos de prisão, para que ficasse inelegível. Do ponto de vista do Direito, uma absolvição transitada em julgado; do ponto de vista da exceção, um tribunal militar excepcional, que o condenou.

Oviedo ficou inelegível. Apresentou-se à prisão. Foi preso. Não pôde ser candidato. Posteriormente, foi indultado pelo Presidente Constitucional do Paraguai, Raul Cubas. Saiu da cadeia e candidatou-se à Presidência do Partido Colorado. A vitória do General Oviedo à presidência do Partido Colorado seria, naturalmente, uma vitória extraordinariamente fácil, mas seus adversários dentro do Governo e dentro do Partido Colorado manobram para que a Corte Suprema cassasse o indulto dado pelo Presidente Constitucional do Paraguai, Raul Cubas.

É evidente que nada tem de legal e democrática essa manobra, que não tem precedente na história constitucional do mundo.

Hoje, o General Oviedo está preso em Brasília, pela Polícia Federal brasileira, pelo Governo que apóia o ditador e as fraudes peruanas, que apóia a farsa democrática do Paraguai, mas que toma um partido duro, colocando a Oposição paraguaia na cadeia, à espera de um pedido de extradição.

É realmente insuportável o comportamento do Governo Federal. A respeito disso, eu, pessoalmente, e o ex-Presidente do PMDB, o nosso Paes de Andrade, estamos enviando uma moção para ser votada em todas as convenções municipais do Partido no Brasil, que escolherão candidatos a Prefeito e a Vice-Prefeito, decidirão sobre as coligações e formalizarão a nossa chapa de Vereadores. E permito-me ler esta moção desta tribuna:

O PMDB, sucedâneo do MDB, foi formado na luta contra a ditadura, submetido aos duros golpes da violência institucionalizada no País, não sucumbirá agora, ajoelhado aos pés de FHC.

Estamos aqui, nestas Convenções, para defender a dignidade do partido, sua história e a sua própria sobrevivência.

O PMDB são os trabalhadores do campo e da cidade que lavram a terra, abrem as estradas e forjam a produção.

O PMDB é a inteligência brasileira, que cresce e se afirma nas universidades, na literatura e na arte.

O PMDB são os soldados que guardam as fronteiras do território nacional, com honra, coragem e devotamento à pátria.

O PMDB são os empresários que, diante do processo de desmonte nacional, arriscam os seus investimentos a fim de criar riquezas, enquanto o governo de Fernando Henrique entrega o patrimônio econômico do país e agride assim a própria soberania nacional.

É este o PMDB que se reúne aqui e nas Convenções que se realizam em todos os municípios brasileiros. Estamos aqui para defender as nossas tradições libertárias e denunciar a política neoliberal de um governo que estimula a conspiração em marcha para destruir o Partido da consciência nacional. O Partido que ainda se orgulha de ser o maior partido do Brasil, com cerca de dez milhões de filiados e 18 milhões de simpatizantes. O PMDB que está aqui se apresenta com a coragem, a fé e a esperança dos militantes.

Inspiram-nos os exemplos de honra, destemor e sacrifício dos companheiros que foram cassados, presos e assassinados em defesa dos princípios que embalsamaram o nascimento do nosso PMDB. Inspiram-nos os exemplos das lutas travadas no Brasil profundo e autêntico de nossos estados e de nossos municípios.

Por tudo isso, considerando que o PMDB tem a bandeira coberta de glórias e de tantos sacrifícios, repudiaremos nas Convenções Municipais a política de FHC, que fere os interesses dos brasileiros, seus direitos, macula as tradições republicanas, avilta e degrada o País.

Não podemos compactuar com um governo cuja política fez com que o nosso país, nesses últimos anos, crescesse apenas 7.7%, enquanto o Chile cresceu 230% e a Argentina, 130%. Absoluta submissão do país aos interesses do capital internacional leva o Brasil a um regressão econômica e social jamais vista em toda a nossa história.

Nada temos em comum com um governo que, nos últimos seis anos, estimulou

de forma radical a mais brutal concentração de rendas de que se tem notícias no mundo todo. Hoje, desonrosamente, somos qualificados como país campeão da distância entre os mais ricos e os mais pobres.

O PMDB deve se apartar de um governo que, em tão breve tempo, fez com que regredíssemos a indicadores sociais e econômicos anteriores à década de 50. Até o final daquela década, juntamente com outros países da América Latina, ocupávamos uma posição mais avançada entre os ditos países em desenvolvimento da Europa Ocidental, do Oriente Médio e do Leste Asiático. Sob o reinado de Fernando Henrique Cardoso, perdemos o passo e disputamos indicadores com os mais pobres dos miseráveis países da Ásia e da África. Na América Latina, freqüentemente, somos batidos pelo Paraguai, não faz muito referência de índices negativos.

E o que nos levou à estagnação e mesmo ao retrocesso? As receitas do FMI e a absoluta submissão aos interesses e caprichos do capital multinacional.

O PMDB deve manter distância de um governo cuja política desemprega, humilha e empobrece os trabalhadores. No ano passado, 94% dos empregos criados no país foram informais, isto é, sem carteira assinada, isto é, "bicos", expedientes de que se valem os trabalhadores brasileiros para obter uma miserável sobrevivência. O índice de desemprego na região brasileira mais industrializada, o ABC paulista, chega perto dos 22%. No todo, o Brasil é hoje o terceiro país do mundo em desemprego. E o governo, com a conivência da grande imprensa e o entusiasmo de alguns beócios, comemora a oferta de meia dúzia de vagas.

Ao mesmo tempo que o desemprego avança impávido, aumenta o arrocho salarial e desabam os salários. No ano passado, o rendimento real médio dos operários industriais brasileiros caiu perto de 5%.

Da mesma forma, são negativos os números que o Governo Fernando Henrique Cardoso comemora quanto aos investimentos externos. Não há investimentos no aparelho produtivo. Por exemplo, nos primeiros dois meses deste ano, perto de 60% dos

cinco bilhões de reais investidos por estrangeiros no país tiveram como destino o setor de serviços.

Enquanto isso, as privatizações revelam-se o maior embuste que o país viu nos últimos anos, maior ainda que o embuste FHC. Vejam: o governo, a mídia, os incontáveis comentaristas econômicos chapa-branca, a base parlamentar do presidente, comemoram a venda das telefônicas e de algumas empresas de energia. Comemoraram principalmente o chamado ágio obtido na venda das estatais. Agora, a verdade: as teles e as empresas de energia vão poder contabilizar o ágio como perda, abatendo-o no pagamento de impostos. São 7,5 bilhões de reais de "benefícios fiscais" para as teles e 2,2 bilhões de reais para as empresas energéticas. E, passados dois anos do embuste das privatizações das teles, elas, como a grande mídia agora reconhece, não cumpriram nenhuma das metas assumidas com o governo, mesmo que as tarifas tenham tido um aumento de 300%.

Diante dessa realidade, não há como o PMDB continuar ajoelhado aos pés de FHC. Nada justifica tanta humilhação. Nada justifica uma traição tão grande aos interesses nacionais e populares. O rompimento com o governo Fernando Henrique é uma imposição da honra, da história e da vergonha na cara. Todas as nossas bandeiras, uma por uma, foram enxovalhadas pelo governo.

O PMDB sabe que Fernando Henrique não tem bandeiras e o que lhe resta é uma mortalha para oferecer aos candidatos do PMDB que teimam em continuar aderidos ao seu governo."

Eu e o ex-Presidente do PMDB e ex-Presidente da República, Paes de Andrade, requeremos que esta moção seja submetida aos votos dos convencionais de todas as convenções municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Brasil.

Estamos dando a oportunidade e o ensejo às bases peemedebistas de juntarem o seu grito ao nosso grito de revolta e de indignação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Jonas Pinheiro, pelo tempo que resta para o encerramento da presente sessão, ou seja, quinze minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, nos últimos meses, depois de entendimentos com representantes do setor sucroalcooleiro e com o acompanhamento de Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, o Governo Federal alinhou um conjunto de medidas com o objetivo de assegurar maior solidez àquele setor e de aumentar o consumo de álcool combustível.

Como parte dessas medidas implementadas, podemos citar entre elas o aumento da adição de álcool anidro à gasolina; proibição do uso da mistura metanol-etanol-gasolina, que competia com o consumo do álcool; elevação da alíquota do imposto de importação; aquisição de parte dos estoques excedentes de álcool e financiamento de estocagem de álcool para os produtores.

Outra medida que vem sendo objeto de discussão e análise é a que prevê a adição de álcool anidro ao óleo diesel. A sua implementação vinha dependendo de estudos técnicos e da realização de testes específicos que comprovassem a viabilidade dessa mistura sob o prisma econômico e ambiental.

O resultado desses estudos e dos testes realizados recentemente mostra ser perfeitamente viável essa mistura, desde que a ela seja adicionado o aditivo específico, conhecido como AEP-102. Isso porque, sem a adição desse aditivo solubilizante, o óleo diesel e o álcool combustível não se misturam, por serem de polaridades diferentes, assim como, por exemplo, o azeite e a água.

Com esse aditivo de origem orgânica, que é um éster da soja, e, portanto, biodegradável, despoluente e solubilizante, a mistura álcool combustível/óleo diesel se homogeneiza perfeitamente, sem a necessidade de equipamentos de impactação para viabilizar o processo de mistura.

Os resultados dos testes mostraram que a mistura de 89,4% de óleo diesel com 8% de álcool anidro combustível e 2,6% de aditivo é surpreendente para o desempenho dos motores, o nível de consumo e a dirigibilidade do veículo. O consumo deve aumentar em média 1,5%, sem, entretanto, aumentar os custos, já que o preço do álcool é inferior ao do óleo diesel, compensando, assim, o preço do aditivo.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o ganho mais expressivo da adoção dessa mistura as-

senta-se no campo ecológico, em face dos benefícios para o ambiente e para a população advindos da redução da poluição nos centros urbanos. Nesse particular, vale observar que os estudos realizados identificaram que os índices de poluição, tais como os que medem a "fumaça preta", os níveis de partículas, de opacidade, de resíduos poluentes em geral, podem ser reduzidos em torno de 40% a 50%. Esses resultados significam, comparativamente, que seria o mesmo que retirar de circulação metade de toda a frota de veículos pesados que utilizam motores de ciclo diesel.

Assim, a adoção dessa mistura do álcool anidro combustível ao óleo diesel e a sua viabilização, ao lado da redução das emissões de "fumaça negra" e de partículas poluentes pelos veículos e a consequente melhoria ambiental, tanto local quanto global, dariam um grande impulso ao setor sucroalcooleiro. As simulações mostram que, se adotada essa mistura, ter-se-á, na produção de álcool, um incremento de cerca de 4 bilhões anuais de litros, que correspondem a 30% da produção anual no momento, que é da ordem de 13 bilhões de litros.

Além do mais, por ser o aditivo um produto derivado da soja, o seu uso daria também um impulso na cultura daquela leguminosa e ativaria não somente o seu setor produtivo como também o seu setor de transformação.

Vale considerar que esse uso, então, forçosamente aumentará a oferta de emprego, não somente nas atividades vinculadas ao setor sucroalcooleiro, como ao da soja e ao dos segmentos de transformação e processamento.

Sr. Presidente, no momento em que todos os governos do mundo e a sociedade em geral vêm lutando para aumentar o nível de emprego e para reduzir os níveis de poluição do planeta, e que, particularmente, nós, brasileiros, ao lado dessa preocupação, estamos também procurando uma saída para a crise do nosso setor sucroalcooleiro, parece vir em boa hora essa iniciativa.

Gostaríamos, por fim, de comunicar a esta Casa que, no dia 5 de junho, no Distrito Industrial de Cuiabá, em Mato Grosso, foi feito o lançamento da pedra fundamental da Ecomat, indústria voltada à produção do aditivo AEP – 102, que é o solubilizante para a mistura álcool/diesel.

Esse empreendimento, que contou com a iniciativa do Sindicato dos Produtores do Álcool de Mato Grosso, expressada pelo seu Presidente, Sr. João Petroni e seus associados, recebeu também o amplo apoio dos segmentos vinculados a esse setor, o que

já mostra a resposta que o setor privado está dando a essa possibilidade e que já chama a atenção de todos para a sua importância, dada a sua amplitude e os benefícios que trará para a sociedade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Iris Rezende, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2000

Requeremos, nos termos regimentais, e seguindo as tradições da Casa, seja apresentado, pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vilela, homem de grande liderança social na cidade de Jataí, Goiás, com o indispensável envio de mensagem de condolências à família enlutada.

Justificação

Pai do Senador Maguito Vilela, o Sr. Joaquim Vilela, falecido na última quinta-feira na cidade de Jataí, aos 97 anos, foi, em vida, aquele padrão exemplar de figura humana que deixa marcas indeléveis em sua comunidade. Tolerante na convivência com as pessoas, mas rigoroso no cumprimento de valores éticos e morais, infundiu, tanto na família quanto entre aqueles que foram influenciados por seus ensinamentos, lições de vida que o transformaram em modelo de cidadão.

Empresário rural que permaneceu fiel à vida no campo e às raízes regionais, o Sr. Joaquim Vilela deixa um espaço impreenchível de saudade entre todos os que tiveram o privilégio de com ele conviver. Por tudo o que construiu de bom, pelo irrepreensível chefe de família, pelo constante amor ao trabalho, pela obra social que realizou, pelo grande patrimônio de amizades que acumulou por toda a vida, cremos ser mais que merecida a homenagem póstuma desta Casa, traduzida em voto de pesar endereçado à família.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. – Senador **Iris Rezende**, Senador **Mauro Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O requerimento depende de votação, em cujo encaminhamen-

to poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Exª tem a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, eu e o Senador Mauro Miranda tomamos a iniciativa de apresentação deste requerimento, conscientes de que o Senado Federal estará absolutamente de acordo com a iniciativa, uma vez que se trata de uma das figuras mais ilustres do Estado de Goiás, que veio a falecer na última quinta-feira.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é costume sempre voltarmos a atenção quando do falecimento de figuras ilustres da vida política, do mundo intelectual e até do mundo financeiro. Não é o caso. O falecimento do Sr. Joaquim Vilela despertou a atenção unânime e uma reverência toda especial da cidade de Jataí e de grande parte do Estado de Goiás, sobretudo do sudoeste goiano, pelo que ele representou ao longo dos seus 97 anos de vida.

É interessante salientar que o Sr. Joaquim Vilela morreu lúcido e até o último momento representando aquele papel do grande patriarca não apenas da sua família, mas da cidade de Jataí. Era o grande conselheiro.

Como cidadão, foi aquele que ensinou a respeitar as leis, os costumes, as tradições, as decisões político-administrativas da sua cidade e do seu Estado. Como pessoa humana, conseguiu captar o respeito e a simpatia de toda a sua comunidade, pela seriedade nas suas atitudes, na sua convivência. Ele foi um homem que angariou o respeito justamente por esse comportamento. Pertencia àquela geração - hoje isso é raro na vida - em que uma palavra valia por um documento, por uma escritura.

Como chefe de família também foi exemplar. Pai de seis filhos, juntamente com sua esposa conseguiu criar um ambiente de respeito, de boa convivência, de trato gentil, de cumprimento da palavra e respeito ao semelhantes. Joaquim Vilela fez com que seus seis filhos, três homens e três mulheres, também se tornassem cidadãos exemplares para a cidade de Jataí. Dentre as mulheres, umas dedicaram-se ao ensino, outras às lides domésticas. Dois dos filhos dedicaram-se à agropecuária. O caçula, nosso colega nesta Casa, destacou-se na política. Falo do Senador Maguito Vilela. O que S. Exª representa na vida pública

em termos de honradez, cumprimento da palavra, do dever, de lealdade, tudo se deve ao ambiente criado por seu pai, Joaquim Vilela.

Por essas razões, apresentamos o requerimento e pedimos sua aprovação, na certeza de que estamos fazendo justiça. É preciso ressaltar, mesmo **post mortem**, a vida de Joaquim Vilela para que seu exemplo prossiga servindo de lição para as futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve. Quero apenas associar-me ao pesar, traduzido agora com o requerimento do Senador Iris Rezende, pelo falecimento do Sr. Joaquim Vilela, pai do nosso colega e amigo Senador Maguito Vilela, que tem se destacado aqui graças à educação que recebeu do seu pai.

Mais do que isso, sua família está nos Anais da História, com uma particularidade, que foi a de ter Toniquinho, seu cunhado, ter perguntado ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek, em Jataí, se seria capaz de mudar a capital do País para Brasília. Nesse momento, Juscelino assumiu com seu povo e com o povo brasileiro o compromisso da mudança. Sua Excelência cumpriu a palavra. Daí por que penso que também todos os que mourejam em Brasília têm o dever de associar-se às homenagens que o Senado está prestando, às quais V. Ex^a agora, na Presidência da Mesa, certamente se associará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência da Mesa se associa às manifestações do Plenário.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestados esclarecimentos pelo Senhor Ministro da Defesa sobre a matéria anexa intitulada: “EUA doam armas usadas ao Brasil”.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. _ Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

FORÇAS ARMADAS

Pelo acordo, norte-americanos podem vistoriar o material

EUA doam armas usadas ao Brasil

Rui Nogueira

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

FERNANDO RODRIGUES

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Brasil vai passar a receber dos EUA doações de equipamentos militares que as Forças Armadas norte-americanas não usam mais e substituíram por material mais moderno. Numa primeira leva, chegarão ao Brasil helicópteros, hospitais de campanha e equipamentos de radiocomunicação.

As doações são regulamentadas por um acordo assinado ontem, em Washington, entre a Embaixada do Brasil e o Departamento de Estado dos EUA. O acordo é conhecido como Protocolo 505, um dos itens da lei norte-americana de ajuda a países estrangeiros (“Foreign Assistance Act”).

O Protocolo 505 cria uma situação inédita entre os dois países: permite aos militares norte-americanos, com consentimento do Ministério da Defesa, entrar nos quartéis das Forças Armadas brasileiras para vistoriar as condições de armazenamento e uso do material doado. As Forças Armadas do Brasil se comprometem a não repassar o material a terceiros.

A permissão para os norte-americanos virem ao Brasil vistoriar o equipamento foi motivo de atraso na assinatura do acordo. A negociação já dura anos. Os brasileiros quiseram se certificar de todos os detalhes sobre as inspeções.

Interessava aos militares do Brasil saber-se haveria visitas de surpresa, sem aviso prévio. Foram informados de que essa não será a prática. O passo seguinte foi então tentar um documento anexo ao acordo, estabelecendo as condições em que seriam realizadas as inspeções. A **Folha** não conseguiu apurar se o Povo brasileiro conseguiu esse anexo.

Pesou muito na assinatura do Protocolo 505 uma outra doação de equipamentos dos EUA, na metade da década de 90. O Brasil recebeu 91 tanques de guerra e quatro fragatas em empréstimo.

Ocorre que agora acabou o tempo do **leasing**. O Brasil teria de adquirir o material ou devolver tudo. Nem o Brasil tem dinheiro para comprar, nem os EUA querem o equipamento de volta. Com a assinatura do Protocolo 505, os tanques e as fragatas poderão ser doados ao País. O Ministro Geraldo Quintão (Defesa) vai aos EUA nos próximos dias 28 e 29. Será informado sobre que tipo de material está disponível para o País.

O acordo só poderá entrar em vigor depois de ser aprovado pelo Congresso Nacional.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2000

Solicita informações ao Ministro da Defesa, Sr. Geraldo Quintão, sobre o acordo de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Geraldo Quintão, pedido de informações sobre a assinatura de acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

De acordo com notícia veiculada pela Agência Reuters e pela **Folha de S. Paulo**, o Brasil assinou, na última sexta-feira (dia 2 de junho), o "Protocolo 505" que o habilita a receber material bélico-militar das forças armadas norte-americanas.

Solicito seja encaminhado ao Senhor Ministro da Defesa, pedido de cópia do referido termo de acordo. Solicito ainda informações sobre o arrazoado de motivos (principais motivações) para o Brasil assinar tal acordo de cooperação e cópia do documento anexo que estabelece (ou deveria estabelecer) as condições para a inspeção do material em uso pelas Forças Armadas brasileiras.

Justificação

De acordo com notícia veiculada pela Agência Reuters, o Brasil assinou na última sexta-feira, dia 2 de junho, um acordo de cooperação militar para receber material bélico-militar, velho mas não-utilizado, das forças armadas norte-americanas.

Segundo notícia veiculada pela **Folha de S. Paulo**, no dia 3 de junho, a assinatura do "Protocolo 505" cria uma situação inédita entre os dois países pois estabelece que os militares norte-americanos terão acesso às bases militares brasileiras para inspecionar a utilização do equipamento.

Por outro lado, a referida matéria menciona o fato do Brasil ter resistido à assinatura desse acordo por vários anos. Não há, no entanto, maiores informações ou detalhes sobre os termos do Protocolo 505 e suas implicações como, por exemplo, as condições de acesso dos militares norte-americanos e de inspeção dos equipamentos nas instalações das Forças Armadas brasileiras.

De acordo com a Constituição Federal, é prerrogativa do Senado Federal autorizar os acordos internacionais. O objetivo desse requerimento é obter mais informações para subsidiar o Senado sobre o teor do referido Protocolo e instruir sobre o tema em apreço.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. _ Senadora **Heloísa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2000

Solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Felipe Lampréia sobre o acordo de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado aos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Sr. Felipe Lampréia, pedido de informações sobre a assinatura de acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

De acordo com notícia veiculada pela Agência Reuters e pela **Folha de S. Paulo**, o Brasil assinou, na última sexta-feira (dia 2 de junho), o "Protocolo 505" que o habilita a receber material bélico-militar das forças armadas norte-americanas.

Solicito seja encaminhado ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, pedido de cópia do referido termo de acordo. Solicito ainda informações sobre o arrazoado de motivos (principais motivações) para o Brasil assinar tal acordo de cooperação e cópia do documento anexo que estabelece (ou deveria estabelecer) as condições para a ins-

peção do material em uso pelas Forças Armadas brasileiras.

Senadora **Heloísa Helena**.

Justificação

De acordo com notícia veiculada pela Agência Reuters, o Brasil assinou na última sexta-feira, dia 2 de junho, um acordo de cooperação militar para receber material bélico-militar, velho mas não-utilizado, das Forças Armadas norte-americanas.

Segundo notícia veiculada pela **Folha de S.Paulo**, no dia 3 de junho, a assinatura do "Protocolo 505" cria uma situação inédita entre os dois países pois estabelece que os militares norte-americanos terão acesso às bases militares brasileiras para inspecionar a utilização do equipamento.

Por outro lado, a referida matéria menciona o fato do Brasil ter resistido à assinatura desse acordo por vários anos. Não há, no entanto, maiores informações ou detalhes sobre os termos do Protocolo 505 e suas implicações como, por exemplo, as condições de acesso dos militares norte-americanos e de inspeção dos equipamentos nas instalações das Forças Armadas brasileiras.

De acordo com a Constituição Federal, é prerrogativa do Senado Federal autorizar os acordos internacionais. O objetivo desse requerimento é obter mais informações para subsidiar o Senado sobre o teor do referido Protocolo e instruir sobre o tema em apreço.

Sala das sessões, 12 de junho de 2000. _ Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2000

Revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica revogado o § 8º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é eliminar do Regimento Interno do Senado Federal o disposto no § 8º do seu art. 132, que proíbe seja computado o voto do autor da proposição por ocasião da votação da matéria no âmbito da comissão.

Felizmente, constatamos que o referido dispositivo, constitui norma em vigor que, a nosso ver, não deve subsistir em face de seu evidente caráter excludente e antidemocrático, pois tende a ser prejudicial à minoria parlamentar, reduzindo ainda mais a sua desvantagem numérica em relação à corrente política majoritária quando estiver em deliberação na comissão matéria de iniciativa de parlamentar integrante da minoria.

Diante do exposto, esperamos contar com a compreensão dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de resolução, que objetiva aprimorar o Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. _ Senador **Roberto Requião**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O projeto de resolução que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2000

Estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os depósitos de poupança, a cada data-base terão remuneração composta por:

I _ remuneração básica: equivalente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II _ rendimento mínimo: juros de meio por cento ao mês;

III _ rendimento extra: juro adicional, cuja definição e alteração cabem ao Banco Central do Brasil.

§ 1º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento.

§ 2º O disposto neste artigo aplicar-se-á, para cada depósito de poupança, a partir do primeiro dia

após a primeira data-base de remuneração posterior à data de promulgação desta Lei.

§ 3º O rendimento previsto no inciso III estará isento de tributação.

§ 4º O Banco Central do Brasil regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a instituir e disciplinar outras modalidades de cadernetas de poupança, para financiar programas habitacionais, observadas a periodicidade de crédito de rendimentos mínimos de um mês e a remuneração básica pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º Os saldos dos contratos realizados com recursos dos depósitos de poupança rural, serão atualizados pela remuneração básica, acrescida do rendimento extra, referidos nos incisos I e III do art. 1º, aplicada aos depósitos de poupança com data-base de remuneração no dia da assinatura dos respectivos contratos.

Art. 4º As obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) serão atualizadas mensalmente pela remuneração básica a que se refere o inciso I do art. 1º.

Art. 5º As sentenças judiciais serão obrigatoriamente atualizadas pela remuneração básica a que se refere o inciso I do art. 1º.

Art. 6º Os casos especiais que não se esquadrem nesta lei deverão ser regulados em lei específica a ser apresentada pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Plano Collor II, em 1991, estabeleceu que a caderneta de poupança tem a sua correção monetária atrelada à Taxa Referencial _ TR. Diversos outros contratos e passivos públicos, que utilizam o índice de correção da poupança como referencial, também ficam atrelados à TR.

A consolidação da estabilidade macroeconômica de nosso País tem demonstrado que este tipo de atrelamento sujeita o Setor Imobiliário a constantes crises financeiras. Ora, o atrelamento a política monetária do Governo é incompatível com a atual estabilidade de preços que observamos no Brasil.

Dentro deste contexto, o objetivo do presente projeto é realizar o descolamento entre o Sistema

Imobiliário e o Sistema Financeiro, no que diz respeito ao seu caráter eminentemente especulativo.

É fundamental ressaltar que somente com o fortalecimento do setor produtivo de nosso País conseguiremos estabelecer um crescimento econômico de forma estrutural. A carência de habitação fornece uma grande demanda por imóveis, entretanto as regras atualmente em vigor somente servem para aumentar a inadimplência dos mutuários e prejudicar o conjunto de nossa economia.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. _
Osmar Dias, Senador.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos
_ decisão terminativa.)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2000

Dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º As relações de trabalho rural são reguladas por esta lei e, supletivamente, pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, com fins lucrativos, presta serviços pertinentes à agricultura, à pecuária ou silvicultura a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único. Ainda que exerçam atividade no meio rural, não são considerados empregados rurais os trabalhadores domésticos, os revendedores de produtos rurais, os autônomos, os empreendedores rurais e aqueles que laborem em atividade de transformação, de montagem ou de beneficiamento.

Art. 3º Considera-se empregador rural a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos, utilizando-se de trabalho subordinado.

§ 1º No caso de pluralidade de empregadores pessoas físicas, o registro dos empregados será feito em nome de um deles, acrescido da expressão "e outros", devendo ser formalizado termo, perante a Previdência Social, de solidariedade desses empregadores com relação aos encargos sociais e trabalhistas, quando da formalização do Cadastro Específico do Instituto Nacional de Seguridade Social _ CEI.

§ 2º O trabalho na exploração industrial ou comercial em estabelecimento agrário será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e o trabalho rural, ainda que concomitante com aquele, será disciplinado por esta lei, excluídas as profissões regulamentadas por lei.

§ 3º Quando uma ou mais empresas, mesmo tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, todas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da relação de emprego rural.

§ 4º A solidariedade entre empregadores de diferentes categorias não implicará mudança de categoria do empregado rural, mesmo tratando-se de empresa agro-industrial ou agrocomercial, tanto para fins trabalhistas quanto sindicais.

Art. 4º Equipara-se a empregador rural a pessoa física com idoneidade financeira ou a pessoa jurídica que, habitualmente, em caráter profissional e por conta de terceiros, execute serviço de natureza rural, mediante utilização do trabalho de outrem.

Parágrafo único. Exceto se houver vínculo empregatício expressamente firmado, os agenciadores de mão-de-obra são considerados trabalhadores autônomos, devendo inscrever-se, nessa condição, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

SEÇÃO II

Dos Contratos

Art. 5º O contrato de trabalho rural poderá ser acordado por escrito, tácita ou verbalmente, por prazo determinado ou indeterminado, ou, ainda, por safra.

§ 1º Considera-se por prazo determinado o contrato de trabalho cuja duração dependa de termo prefixado, da execução de serviços específicos ou episódicos, ou, ainda, da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada, cujo prazo não seja superior a um ano agrícola.

§ 2º O contrato por prazo determinado também será válido quando se tratar de contrato de experiência e não deverá ultrapassar o período de sessenta dias.

Art. 6º Contrato de safra é aquele cuja duração depende das variações estacionais da atividade agrária e cujo propósito é a execução dos serviços decorrentes da safra e das tarefas executadas no período compreendido entre o preparo do solo e a colheita.

§ 1º Nos contratos de safra poderá ser pactuado período de experiência, não superior a trinta dias,

mesmo se tratando de empresa agro-industrial e agrocomercial.

§ 2º A readmissão do safrista não provocará a unicidade dos contratos de trabalho, desde que observado, entre as contratações, o intervalo de tempo igual ou superior a dois meses e tenha havido rescisão formal do primeiro contrato.

§ 3º O término do contrato de safra não enseja a movimentação, pelo empregado, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma prevista no inciso IX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 4º O safrista que não se desligar voluntariamente do trabalho, antes do término do contrato, terá direito a indenização por tempo de serviço, em valor correspondente a um doze avos de seu salário mensal por mês de trabalho ou fração superior a catorze dias.

§ 5º Os contratos de safra serão individualizados mesmo que haja trabalho conjunto de membros de uma família e, havendo produção coletiva, o empregador desmembrará o pagamento em parcelas individuais.

§ 6º Os empregados de empresa agro-industrial ou agrocomercial que a estas prestarem serviço durante o período de safra poderão, nos períodos de entressafra, laborar como rurícolas, mediante novo contrato de trabalho, que nenhuma vinculação terá com o anterior, não se caracterizando unicidade contratual.

Art. 7º Nos contratos em que haja termo estipulado não é assegurada a estabilidade, mas o empregador rural que, sem justa causa, despedir o empregado pagará indenização equivalente a quarenta por cento dos depósitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. Havendo termo estipulado, o empregado não poderá desligar-se do contrato sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador rural na forma estipulada no **caput** deste artigo, podendo haver compensação com os direitos rescisórios.

Art. 8º O empregador rural terá o prazo de três dias, a partir da contratação do empregado, para promover as anotações necessárias na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, elevando-se esse prazo para seis dias, no caso dos empregadores rurais com mais de quinhentos empregados.

Parágrafo único. Durante os prazos previstos no **caput**, o empregado é considerado em teste e, havendo ruptura contratual sem as anotações, obedecer-se-á o disposto no § 3º do art. 76 desta lei.

Art. 9º São válidas as alterações de cláusulas ou condições contratuais no trabalho rural, desde que não prejudiciais, direta ou indiretamente, ao empregado.

SEÇÃO III

Da Jornada de Trabalho

Art. 10. A jornada normal de trabalho rural não excederá a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

§ 1º A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas extraordinárias, em número não excedente a duas por dia, independentemente de qualquer formalidade legal, sempre que não houver prestação de serviços extras, com compensação de horários.

§ 2º Em caso fortuito ou de força maior, bem como de necessidade imperiosa de término de serviço ou de serviço inadiável na colheita, plantio e aplicação de defensivos, inseticidas e herbicidas, a jornada extraordinária poderá ultrapassar o limite diário, independentemente de qualquer formalidade.

§ 3º Ainda que o empregado perceba por produção, nos dias em que não for possível a realização de serviços em razão de fatores climáticos e o empregado for dispensado do trabalho, o empregador rural pagará a ele o equivalente a uma diária, com base no salário contratado ou no piso salarial, sem prejuízo do repouso semanal.

§ 4º Poderá ser adotada, mediante convenção ou acordo coletivo, a compensação das horas não laboradas em decorrência de chuva com horas extras, desde que observada a proporção mínima de três horas de chuva por uma extraordinária.

Art. 11. Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, é obrigatória a concessão de intervalo, não computado na duração da jornada, para repouso ou alimentação.

§ 1º O intervalo poderá ser usufruído em duas ou três ocasiões no decorrer do dia, desde que o tempo total não seja superior a duas horas.

§ 2º Nas localidades em que, por razões climáticas, o total dos intervalos deva ser superior a duas horas, a matéria deverá ser regulada em convenção ou acordo coletivo.

§ 3º O intervalo para a refeição será de, no mínimo, uma hora, e, caso o empregador exija qualquer prestação de serviço, será devido o pagamento de horas extras, salvo no caso de conclusão de serviços inadiáveis, caso fortuito ou força maior.

§ 4º Ao empregado que descumprir o intervalo de refeição poderá ser aplicado o art. 59 desta lei, além de não descaracterizar-se a existência de jornada extraordinária.

Art. 12. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso que, nos períodos de safra, pode ser reduzido para nove horas, limitada essa redução a quinze dias ao mês.

Art. 13. Nos serviços intermitentes por natureza, com longos intervalos dentro da mesma jornada, esses não são computados como de efetivo labor, independentemente de qualquer anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

Art. 14. Não é devida a remuneração por horas extraordinárias aos trabalhadores que exerçam cargo de confiança, ou que não tenham jornada fiscalizada ou controlada, presumindo-se a inexistência de fiscalização ou controle, quando o empregador rural não residir na propriedade ou nela houver um único empregado.

Parágrafo único. São cargos de confiança aqueles de gestão e de comando, em especial os de administrador de fazenda, fiscal de serviço e capataz, ainda que os poderes a eles atribuídos sejam específicos e parciais.

Art. 15. Nos empreendimentos rurais com mais de vinte empregados é obrigatório o controle de jornada, através de recursos manuais ou eletrônicos de qualquer modalidade, a critério do empregador rural.

Parágrafo único. O controle obrigatório da jornada e os controles de produção adotados pelo empregador serão assinados pelos empregados e deles constarão os horários de trabalho efetivo, no primeiro caso, e a medida da produção, no segundo caso, dispensada a anotação dos intervalos.

Art. 16. Poderá ser adotado o trabalho em regime de tempo parcial quando a jornada semanal não for superior a vinte e cinco horas e os horários de transporte coletivo forem compatíveis com o início e o término da jornada.

Parágrafo único. No regime de tempo parcial, o salário será proporcional ao dos empregados que cumprem, na mesma função, tempo integral e, na hipótese de inexistência de trabalhadores em tempo integral, nunca inferior ao salário mínimo.

Art. 17. Para os efeitos desta lei, trabalho noturno é o executado entre as vinte e uma horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, nos serviços pertinentes à agricultura e à silvicultura.

§ 1º Nos serviços pertinentes à pecuária, considera-se trabalho noturno aquele realizado entre as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte.

§ 2º A remuneração do trabalho noturno será superior, em vinte e cinco por cento, à do diurno.

Art. 18. Quando motorista rural de ambulância estiver em atendimento de urgência ou qualquer outro trabalhador estiver socorrendo colega doente ou acidentado, sua jornada de trabalho não terá limites, havendo compensação das horas excedentes ou o pagamento destas como extraordinárias, independentemente de qualquer formalidade legal.

SEÇÃO IV Do Banco de Horas

Art. 19. O banco de horas é o instrumento adotado pelas partes, em convenção ou acordo coletivo, válido por período não superior a um ano agrícola, para ampliar ou reduzir as jornadas diárias e semanais de trabalho, adequando-as às variações na quantidade de trabalho, dentro de um sistema de compensação formado por créditos e débitos.

§ 1º Entende-se, para os efeitos dessa seção, como crédito as horas a favor do empregado e como débito as horas a favor do empregador rural.

§ 2º No período estabelecido pelas partes, a jornada semanal poderá exceder a quarenta e quatro horas, desde que não seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, salvo os casos de força maior ou caso fortuito.

§ 3º As horas excedentes à jornada normal de trabalho serão compensadas com horas de dispensa, na proporção de uma para uma.

§ 4º Ocorrendo o término do período pactuado ou rescisão contratual durante a vigência do banco de horas, sem que tenha havido a compensação total das horas, observar-se-á o seguinte:

I _ se o saldo for favorável ao empregado, será remunerado com o acréscimo de cinquenta por cento sobre o valor da hora normal, na folha de pagamento do mês correspondente ao término do período ou no instrumento de rescisão contratual;

II _ se o saldo for favorável ao empregador, as horas devidas serão descontadas na folha de pagamento ou no instrumento de rescisão contratual, sendo calculadas com base no salário nominal, sem qualquer acréscimo.

SEÇÃO V Do Trabalho do Menor

Art. 20. O trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou aquele realizado em locais ou serviços prejudiciais à formação moral, é proibido para menores de dezoito anos e qualquer trabalho é proibido para menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos.

§ 1º Considera-se menor aprendiz aquele matriculado em curso de formação profissional ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural _ SENAR, ou em cursos profissionalizantes supervisionados pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e do Emprego ou pelo Conselho Tutelar ou, ainda, aquele submetido a aprendizagem metódica na própria empresa, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente _ ECA.

§ 2º A condição de aprendiz não poderá exceder o prazo de dois anos.

§ 3º Para a celebração e manutenção de contrato de trabalho rural com menores será exigido comprovante de conclusão do ensino fundamental ou a comprovação de frequência regular a estabelecimento de ensino do mesmo nível.

§ 4º O trabalho do menor será sempre de natureza leve, não nocivo à sua saúde e ao seu desenvolvimento mental e formação física, vedada a prestação de trabalho em condições de penosidade.

§ 5º Considera-se penoso o trabalho que exija o emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

§ 6º Ao empregado menor de dezoito anos e com idade igual ou superior a dezesseis anos é assegurado o salário mínimo, salvo se for aprendiz, caso em que lhe é assegurado salário correspondente à metade desse.

Art. 21. Ao empregado rural afastado para a prestação de serviço militar é assegurado o retorno ao emprego, desde que se apresente no prazo de trinta dias após o seu desligamento das Forças Armadas, configurando justa causa para o despedimento a inobservância desse prazo.

Parágrafo único. Considera-se como tempo de serviço, para todos os efeitos, o período relativo à prestação de serviço militar, devendo o empregador efetuar os depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço _ FGTS, como se o trabalhador estivesse prestando serviços.

SEÇÃO VI Do Trabalho da Mulher

Art. 22. A jornada diária de trabalho da mulher será de oito horas, podendo haver prorrogação ou compensação mediante convenção ou acordo coletivo.

Art. 23. À trabalhadora gestante será concedida licença com duração de cento e vinte dias, com início quatro semanas antes da data provável do parto.

§ 1º Às trabalhadoras adotantes, sempre que o adotado tenha menos de sete anos de idade, será concedida licença de noventa dias, mediante apresentação do termo de guarda provisória para adoção.

§ 2º A data do início da licença-maternidade, inclusive nos casos de antecipação ou prorrogação, será determinada por atestado médico, o qual deverá ser visado pelo empregador rural.

§ 3º O empregador rural poderá deduzir o salário-maternidade, em qualquer dos casos, dos recolhimentos previdenciários.

§ 4º Após a licença-maternidade, a trabalhadora terá direito a duas interrupções na jornada diária, de meia hora cada, para amamentação do filho, até seis meses após o parto.

§ 5º Mediante acordo entre as partes, poderá haver postergação do início ou antecipação do término da jornada, para substituir as aludidas interrupções.

Art. 24. Ao empregador rural é vedado exigir das trabalhadoras emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

SEÇÃO VII

Da Remuneração e dos Descontos

Art. 25. Quando o salário for ajustado por tarefa, metros, feixes ou qualquer outra forma de produção, é garantida ao trabalhador remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo diário ou do piso salarial da categoria, por dia normal.

Art. 26. A todo trabalho de igual valor corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, idade, cor, estado civil ou nacionalidade.

Parágrafo único. Consideram-se trabalhos de igual valor os que forem realizados com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, por pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos, não servindo de paradigma o trabalhador readaptado em nova função.

Art. 27. O salário, quando pago mensalmente, deverá ser quitado até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalho.

Parágrafo único. O salário-dia equivalerá a um trinta avos do salário mensal.

Art. 28. Além dos descontos autorizados pelo empregado rural ou fixados em lei ou decisão judicial, poderão ser descontados do salário mensal, independentemente de ajuste escrito, individual ou coletivo, os seguintes valores:

I _ até vinte por cento sobre o valor do salário mínimo ou piso salarial pela ocupação de moradia, sendo que, em caso de compartilhamento da residência entre os empregados, esse percentual será dividido entre os residentes, vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias;

II _ até vinte e cinco por cento sobre o valor do salário mínimo pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, observados os custos regionais;

III _ até trinta e cinco por cento sobre o valor do salário mínimo por alojamento dentro dos padrões normais de habitação, com fornecimento de alimentação sadia e farta;

IV _ adiantamento em cheque da praça ou dinheiro;

V _ seguro de vida, individual ou em grupo;

VI _ prejuízo causado ao empregador rural por dolo;

VII _ despesas médico-hospitalares, odontológicas e farmacêuticas, inclusive com dependentes;

VIII _ contribuição espontânea a associação recreativa ou cultural;

IX _ relativos a material não devolvido ou danificado por mau uso, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual _ EPIS.

Parágrafo único. É vedada ao empregador rural a utilização do salário do empregado como garantia de dívida contraída por este na aquisição de bens ou serviços fornecidos diretamente ou através de prepostos daquele.

Art. 29. Quando o empregador rural fornecer gratuitamente ao empregado produtos *in natura* e outras utilidades, inclusive moradia, transporte, alimentação, área agricultável, não haverá integração desses benefícios para efeitos salariais, previdenciários ou legais, assegurado o pagamento, em dinheiro, do piso salarial ou o salário contratual.

§ 1º A não-integração ocorrerá mesmo que os produtos sejam vendidos a terceiros ou decorram de eventual contrato de cultura intercalar ou subsidiária.

§ 2º Quando o empregador rural fornecer o transporte, por meios próprios ou de terceiros, o tempo dispendido no trajeto não será computado para

efeitos de jornada de trabalho, mesmo que o local seja de difícil acesso e não servido por linha regular de transporte público.

§ 3º O empregador rural poderá arcar com despesas de cursos de pós-graduação ou de aperfeiçoamento profissional do empregado, reduzindo a sua jornada de trabalho ou suspendendo o contrato de trabalho, mantida a remuneração integral.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, é assegurado ao empregador o direito de exigir do empregado, mediante termo de compromisso, que este, após a conclusão do curso e titulação, permaneça vinculado ao emprego pelo dobro do tempo de duração do curso, em caso de suspensão, ou pelo mesmo tempo, em caso de redução de jornada, pena de indenização substitutiva dos valores dispendidos.

Art. 30. O empregado rural terá direito a repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, assegurado o repouso nesse dia, na prestação de serviços contínuos, pelo menos uma vez por mês.

§ 1º No período de safra será permitido o trabalho aos domingos e feriados, devendo o empregador rural elaborar escala de folgas, para possibilitar que o empregado tenha conhecimento delas com antecedência.

§ 2º Nas atividades de vigilância, de portaria e similares a escala de folgas poderá ser adotada de forma permanente.

§ 3º Adotada a escala de folgas para o período de safra, o repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo pelo menos uma vez em cada período de sete semanas.

§ 4º Na pecuária leiteira, na avicultura, na sericultura e nas atividades assemelhadas, o empregado terá direito a repouso semanal remunerado em dobro, sempre que laborar mais de quatro horas em domingo ou feriado, ressalvada a possibilidade de compensação de horários.

§ 5º Se o número de horas trabalhadas nas atividades citadas no parágrafo anterior, nos domingos e feriados, for inferior a quatro, o trabalho será remunerado como serviço extraordinário.

§ 6º No trabalho por produção ou tarefa, o valor do repouso semanal remunerado será igual a um sexto da remuneração semanal auferida.

Art. 31. É devido o adicional pertinente nas atividades em que o empregado estiver exposto a ambiente insalubre, perigoso ou penoso, dispensado esse pagamento quando o Equipamento de Proteção Individual - EPIS, devidamente fornecido, anular os efeitos das condições ambientais desfavoráveis.

§ 1º O empregador rural fornecerá aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco da atividade e em perfeito estado de conservação e funcionamento, fiscalizando o uso de tais equipamentos.

§ 2º O adicional de insalubridade gerada por produto agrotóxico será pago proporcionalmente ao tempo de exposição ao agente mórbido.

§ 3º Constitui justa causa para a rescisão contratual a recusa do empregado, devidamente advertido dessa condição, de utilizar o Equipamento de Proteção Individual - EPIS.

§ 4º Os adicionais de insalubridade ou de penosidade, em serviços efetivos ou intermitentes, serão calculados sobre o salário-base do trabalhador, excluídas as demais parcelas de natureza salarial, sendo de quarenta por cento, vinte por cento ou dez por cento, respectivamente, segundo se classificarem nos graus máximo, médio ou mínimo.

§ 5º O adicional de periculosidade será de trinta por cento sobre o salário-base, ou proporcional ao tempo de exercício em atividade de risco ou operações perigosas, excluídas as demais parcelas de natureza salarial.

Art. 32. Havendo necessidade de serviço, o empregador rural poderá transferir o empregado, com indenização de todas as despesas com o deslocamento dele, sua família e pertences, e mediante pagamento de adicional de transferência de dez por cento sobre o salário-base, limitada a acumulação de adicionais de transferência a trinta por cento do citado salário-base.

§ 1º Não configura transferência, nos termos do **caput** desse artigo, o deslocamento provisório para outro local de trabalho, ainda que ultrapassada a área do município ou do estado, sendo indevido o adicional nesta hipótese.

§ 2º Também não configura transferência a mudança de local de trabalho ocorrida dentro da mesma localidade, assim entendido o município ou municípios vizinhos.

§ 3º Será indevido o adicional em caso de transferência ocorrida por interesse do empregado, ainda que o empregador auxilie no custeio das despesas de mudança, cujas importâncias serão consideradas ajuda de custo.

§ 4º Para os empregados ocupantes de cargos de confiança, será indevido o adicional de transferência, e esta poderá ocorrer independentemente da real necessidade de serviço.

Art. 33. Ao empregado rural é assegurado o direito à licença-paternidade, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 34. O empregador rural poderá conceder empréstimo ao empregado, vedada a cobrança de juros e descontos em folha de pagamento superiores a trinta por cento do salário mensal.

Parágrafo único. Em caso de rescisão contratual, o empregador poderá descontar integralmente, dos créditos do empregado, a dívida remanescente do empréstimo.

Art. 35. O empregado indenizará o empregador rural quando lhe causar prejuízo por dolo.

SEÇÃO VIII Do Pagamento

Art. 36. O empregador rural fornecerá ao empregado comprovante de pagamento de seu salário, com a identificação de ambos e com a discriminação das verbas pagas, dos descontos efetuados, das faltas descontadas e do valor recolhido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 37. Ocorrendo erro na folha de pagamento, em prejuízo do empregado, o empregador rural efetuará o pagamento da diferença devida no prazo máximo de três dias, através de folha complementar; se o prejudicado for o empregador, a diferença será descontada no mês seguinte.

SEÇÃO IX Das Férias

Art. 38. Após cada período de doze meses de vigência do contrato trabalho, o empregado rural terá direito a férias remuneradas de trinta dias, com acréscimo de um terço na remuneração.

§ 1º Nos contratos remunerados por unidade de produção, a remuneração e o adicional de férias serão pagos pela média quantitativa do período de aquisição.

§ 2º As férias poderão ser fracionadas, mediante acordo individual, em dois períodos, com o mínimo de dez dias cada.

§ 3º Do período de férias, dez dias poderão ser convertidos em abono, a critério do empregado.

§ 4º Quando se tratar de empregado único na propriedade rural, a critério do empregador, o período de férias poderá ser de dez dias, convertendo-se em abono o restante.

Art. 39. Para o cálculo do número de dias de férias a serem gozadas, observar-se-á, tendo em vista o período aquisitivo, o seguinte:

I _ trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de cinco vezes;

II _ vinte e quatro dias corridos, quando houver tido de seis a catorze faltas;

III _ dezoito dias corridos, quando houver tido de quinze a vinte e três faltas;

IV _ doze dias corridos, quando houver tido de vinte e quatro a trinta e duas faltas.

§ 1º É vedado o desconto das faltas justificadas do período de férias.

§ 2º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º Não serão consideradas faltas ao serviço, para os efeitos deste artigo, as seguintes ausências do empregado:

I _ até dois dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, conforme anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social _ CTPS, viva sob sua dependência econômica;

II _ até três dias consecutivos, em virtude de casamento;

III _ durante o período de licença-paternidade;

IV _ um dia, em cada doze meses de trabalho, em virtude de doação de sangue, devidamente comprovada;

V _ durante o período em que o empregado estiver participando de Conselho de Sentença em júri popular;

VI _ até dois dias, consecutivos ou não, para alistar-se como eleitor;

VII _ durante o tempo em que tiver que cumprir exigência do Serviço Militar;

VIII _ durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade, adoção, ou aborto não-criminoso, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;

IX _ durante o afastamento por motivo de acidente do trabalho ou de incapacidade que propicie concessão de auxílio-doença pela Previdência Social, ressalvado o disposto no inciso IV do parágrafo seguinte;

X _ justificadas pelo empregador rural, entendendo-se como tais as que não tiverem motivado desconto no salário;

XI _ durante a suspensão para responder a inquérito ou durante prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido;

XII _ nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese do inciso III do parágrafo seguinte.

§ 4º Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

I _ deixar o emprego e não for readmitido dentro dos sessenta dias subsequentes ao afastamento;

II _ permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de trinta dias;

III _ deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de trinta dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços do empregador rural;

IV _ tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, ainda que descontínuos.

Art. 40. A época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador rural, devendo ocorrer nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º As férias poderão ser concedidas, mediante acordo entre as partes, antes de cumprido o período aquisitivo.

§ 2º O empregado estudante tem direito ao gozo de férias em período coincidente com as férias escolares.

§ 3º Os membros de uma família têm direito de gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, exceto na hipótese de residir uma só família na propriedade.

§ 4º Aos menores de dezoito anos e aos maiores de cinquenta, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

§ 5º Sendo rescindido o contrato de trabalho, qualquer que seja a causa, será devida ao empregado remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a catorze dias.

§ 6º O empregado que for despedido sem justa causa ou cujo contrato se extinguir em função de prazo predeterminado ou antes de atingido seu termo, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o parágrafo anterior.

§ 7º Não é devido o pagamento de férias proporcionais ao empregado que pedir demissão antes de completar doze meses de serviço.

Art. 41. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo previsto no artigo anterior, o empregador rural pagará em dobro a remuneração pertinente.

Art. 42. Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele, ou se tiver autorização expressa do empregador rural, sob pena de incorrer em justa causa para demissão.

Art. 43. Poderão ser concedidas férias coletivas para a totalidade ou parte do grupo de empregados rurais.

§ 1º As férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a dez dias corridos.

§ 2º Com antecedência mínima de quinze dias, o empregador rural comunicará as férias coletivas aos sindicatos representativos da categoria profissional, especificando o início e o término, bem como os setores abrangidos, e providenciará a fixação de aviso nos locais de trabalho.

§ 3º Os empregados contratados há menos de doze meses gozarão, na hipótese prevista neste artigo, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

§ 4º O empregador rural anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, as datas dos períodos aquisitivos correspondentes às férias coletivas gozadas pelo empregado.

§ 5º O empregador rural poderá compensar os valores pagos a título de antecipação de férias com eventuais direitos rescisórios, se o empregado rescindir o contrato antes de completar o período aquisitivo.

SEÇÃO X

Do Décimo Terceiro Salário

Art. 44. O empregado rural tem direito à percepção de décimo terceiro salário correspondente a um doze avos da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho, no ano correspondente.

§ 1º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º O pagamento do décimo terceiro salário ocorrerá até o dia vinte de dezembro de cada ano, permitida a concessão de antecipação, total ou parcial.

§ 3º O empregado rural que labore por unidade de produção perceberá onze doze avos do décimo terceiro salário, no mês de dezembro, calculado com base nos valores obtidos até novembro, complementados com o equivalente a um doze avos, calculado com base na produção de dezembro e pago até o quinto dia útil do mês de janeiro.

§ 4º As faltas legais e justificadas não serão deduzidas para os fins previstos no **caput** deste artigo.

§ 5º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, o décimo terceiro salário será calculado com base na remuneração do último mês.

§ 6º É indevido o pagamento do décimo terceiro nas demissões por justa causa do empregado.

SEÇÃO XI

Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 45. O empregador rural deverá fornecer ao empregado os meios de proteção que a atividade requiera e os Equipamentos de Proteção Individual — EPIS, previstos em normas legais.

Parágrafo único. O fornecimento será gratuito nos casos em que for exigida legalmente a utilização.

Art. 46. O empregador rural fornecerá as ferramentas de trabalho e o trabalhador não será responsabilizado pelo desgaste ou quebra involuntária, devendo, ao requisitar novo material, devolver o usado ou danificado.

§ 1º Ao término do contrato de trabalho, o empregado deverá devolver os uniformes e equipamentos que pertençam ao empregador rural.

§ 2º O empregado indenizará o empregador rural em caso de extravio ou uso indevido de ferramentas e equipamentos de proteção, podendo os valores ser descontados do salário.

Art. 47. Quando o empregador rural exigir a utilização de uniforme, ele os fornecerá, observadas, no que couber, as condições e as exigências legais previstas para o fornecimento dos equipamentos de segurança obrigatórios.

Art. 48. A recusa do empregado de utilizar os equipamentos de proteção individual eximirá o empregador de qualquer responsabilidade por reparação de dano pessoal.

Art. 49. Nos locais de trabalho sujeitos à periculosidade, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com material de proteção individual, a conhecimento das áreas de risco e dos programas de prevenção adotados pelo empregador rural, bem como a orientação sobre a atividade a ser desempenhada.

Art. 50. O empregador rural que mantenha média anual de trinta ou mais trabalhadores permanentes deverá constituir e manter em funcionamento Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural — CIPATR, observadas as normas vigentes sobre a matéria, inclusive aquelas relativas à estabilidade de seus membros.

Art. 51. Os exames médicos admissionais, demissionais e periódicos serão de responsabilidade do empregador rural, devendo ser realizados em local por este designado e realizados, preferencialmente, por médico do trabalho.

§ 1º Os referidos exames não poderão ser realizados durante as férias do empregado.

§ 2º Não serão exigidos exames demissionais e periódicos dos empregados contratados por prazo determinado, a termo ou eventual.

Art. 52. Quando tiver de participar, total ou parcialmente, dos custos, fica assegurado ao empregado o direito de optar pela sua inclusão ou não em convênio médico ou em seguro de vida em grupo, se o empregador rural os contratar.

Parágrafo único. Em caso de ação de indenização movida pelo empregado ou seu legítimo sucessor, o empregador, se vencido, poderá compensar os valores indenizatórios pagos pela seguradora, na proporção de sua participação no prêmio do seguro de vida.

SEÇÃO XII

Da Suspensão do Contrato de Trabalho

Art. 53. Ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertence.

Art. 54. O empregador rural poderá adotar, de comum acordo com o empregado, a suspensão temporária do contrato de trabalho para a qualificação profissional do empregado, mediante curso ou programa por ele oferecidos por meios próprios ou por convênios com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

— SENAR ou outras instituições.

§ 1º A suspensão contratual será permitida nos contratos de trabalho por prazo indeterminado e terá prazo máximo de duração de cinco meses.

§ 2º O pagamento voluntário, pelo empregador, de valores que complementem a bolsa de qualificação profissional concedida pelo Seguro-Desemprego não se configura salário.

§ 3º O empregado terá a obrigação de assiduidade e de dedicação ao curso profissionalizante, sob pena de lhe serem aplicadas sanções de acordo com a gravidade do fato.

§ 4º Na extinção do contrato de trabalho, o período de suspensão contratual não será considerado para efeito de férias nem de décimo-terceiro, ou de qualquer outro direito trabalhista.

§ 5º O empregado impossibilitado de comparecer a agência bancária para recebimento da mencionada bolsa poderá autorizar, por escrito, o recebimento desse valor pela esposa, companheira ou dependentes, mediante comprovação do estado ou do grau de parentesco e independentemente de alvará judicial.

SEÇÃO XIII Da Justa Causa

Art. 55. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho os atos praticados pelo empregado que quebrem a confiança imediata do empregador ou que agredam o ambiente de trabalho ou o meio ambiente, ainda que tais atos não tenham sido praticados na propriedade do empregador rural.

Art. 56. O empregado poderá rescindir o contrato de trabalho, pleiteando o reconhecimento da justa causa por culpa do empregador, quando houver insuportabilidade ou impossibilidade de continuar o vínculo empregatício.

Art. 57. Havendo culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, será devida pelo empregador ao empregado a importância equivalente a vinte por cento do valor dos depósitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, referentes ao período contratual.

Art. 58. Ao avaliar a justa causa, a rescisão indireta e a culpa recíproca, o juiz considerará objetivamente os fatos e circunstâncias materiais, e subjetivamente a personalidade, os antecedentes e o grau de cultura do empregado e do empregador rural, conforme o caso.

Art. 59. Na aplicação das penalidades pelo empregador rural, as faltas leves serão punidas com advertência, as faltas graves com suspensão contratual por período não superior a quinze dias e as faltas gravíssimas com demissão por justa causa.

Parágrafo único. Configura-se a justa causa para demissão do empregado quando ele já tiver sido punido com três advertências ou duas suspensões.

SEÇÃO XIV Das Garantias no Emprego

Art. 60. O empregado sindicalizado que registrar candidatura a cargo de direção ou representação sindical comunicará o fato, em vinte e quatro horas, ao empregador, e, se eleito, ainda que suplente, no mesmo prazo comunicará a eleição e a posse.

Art. 61. É assegurada a estabilidade provisória da gestante, desde a confirmação da gravidez até cin-

co meses após o parto, devendo a gestação ser comunicada ao empregador e comprovada, por meio de atestado médico ou resultado de exame laboratorial.

§ 1º A estabilidade prevista no *caput* deste artigo mantém-se, em caso de aborto não provocado, pelo prazo de três meses após o evento.

§ 2º Quando da demissão de empregada, o empregador rural poderá exigir exame médico para apurar eventual gravidez, presumindo-se, em caso de recusa pela empregada e de confirmação posterior da gestação, a ocultação deliberada do fato, o que exime o empregador de responsabilidade pela indenização referente ao período de estabilidade provisória.

Art. 62. Não são aplicáveis os preceitos relativos à estabilidade aos contratos por prazo determinado ou a termo.

Parágrafo único. Encontrando-se o empregado afastado em virtude de auxílio-doença, acidente de trabalho e licença-maternidade, a rescisão do contrato por prazo determinado ou a termo dar-se-á normalmente no seu término, sem que haja interrupção da concessão dos benefícios previdenciários.

Art. 63. O empregador rural que demitir empregado estável e reconhecer a existência de erro, ainda que demandado judicialmente, poderá reintegrar o empregado, notificando-o para o retorno ao trabalho mediante comunicação pelo correio, com aviso de recebimento – AR, ou notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Perderá o direito à estabilidade o empregado devidamente notificado para o retorno ao trabalho que, no prazo de cinco dias, contados da data em que foi cientificado, não comparecer ao local de trabalho.

Art. 64. Se a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade existente entre as partes, o juiz poderá converter a reintegração em indenização.

SEÇÃO XV Do Aviso Prévio

Art. 65. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá comunicar à outra a rescisão, com antecedência mínima de trinta dias.

§ 1º A falta de aviso prévio por parte do empregador rural dará ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida a integração, apenas para fins salariais, desse período ao seu tempo de serviço.

§ 2º A falta de aviso prévio por parte do empregado dará ao empregador rural o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3º Em se tratando de salário pago com base em produção ou tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

§ 4º É devido o aviso prévio na despedida indireta.

Art. 66. Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador rural, o empregado terá direito a um dia semanal, de sua livre escolha, ou sete dias corridos no mês, para procurar outro trabalho, sem prejuízo do pagamento do salário integral.

Parágrafo único. Se o empregado, com a anuência do empregador, deixar de desfrutar do direito previsto no *caput* deste artigo, considerar-se-á válido o período de aviso prévio, desde que o empregado receba indenização adicional equivalente a cinco dias de trabalho.

Art. 67. O empregador rural que, durante o prazo de aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato sujeita-se ao pagamento da remuneração referente ao prazo remanescente do referido aviso.

Parágrafo único. Perde o direito ao prazo restante de aviso prévio o empregado que, durante o prazo de aviso prévio dado ao empregador, cometer falta grave que seja considerada como justa causa para rescisão.

Art. 68. O empregado rural que renunciar ao direito ao aviso prévio deverá comunicar o fato ao empregador, por escrito, recebendo apenas os dias trabalhados.

Parágrafo único. O empregador poderá dispensar o empregado de cumprir o aviso prévio no local de trabalho.

Art. 69. Se o empregado estiver usufruindo do aviso prévio e, tendo comprovadamente obtido novo emprego, quiser rescindir de imediato o contrato de trabalho, poderá ser feita a rescisão, sendo devidos os salários referentes aos dias trabalhados.

Art. 70. A rescisão de contrato de trabalho do chefe de grupo familiar de empregados irradia-se aos demais membros do grupo, ressalvado o direito aos maiores de dezoito anos de manifestarem-se pela continuidade do emprego.

SEÇÃO XVI

Das Verbas Rescisórias

Art. 71. O empregador rural disporá dos seguintes prazos para efetuar o pagamento das verbas rescisórias:

I _ até o quinto dia útil após o término do aviso prévio trabalhado, inclusive aquele cumprido fora do local de trabalho, ou após o término de contrato por prazo determinado ou a termo;

II _ até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização deste ou dispensa do seu cumprimento, bem como rescisão antecipada de contrato por prazo determinado ou a termo.

1º Se o pagamento não for efetuado devido a ausência do empregado, o empregador rural comunicará o fato, por escrito, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficando dispensado de ação consignatória e isento de qualquer sanção.

§ 2º O empregador rural pagará multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, observada a seguinte gradação:

I _ até dez dias de atraso, multa equivalente a dois terços do salário-base;

II _ mais de dez e menos de noventa dias de atraso, multa equivalente a um salário-base;

III _ a cada noventa dias subseqüentes, multa equivalente ao salário-básico, até o limite correspondente ao valor total das verbas rescisórias.

§ 3º A multa será revertida ao empregado, sem prejuízo das sanções administrativas.

§ 4º Não será devida multa rescisória em caso de fundada controvérsia a respeito da existência do vínculo empregatício.

SEÇÃO XVII

Da Participação nos Lucros ou Resultados

Art. 72. A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre o empregador rural e os empregados, mediante acordo por escrito, ou entre os sindicatos das respectivas categorias, que, de comum acordo, escolherão comissão, assegurada a participação de representante dos empregados, que fixará o percentual e a forma da participação e redigirá os termos da convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordo, periodicidade da distribuição, período de vi-

gência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I _ índices de produtividade, qualidade ou lucratividade do empregador rural;

II _ programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente;

III _ participação dos lucros ou resultados logo após a safra.

§ 2º O instrumento de acordo será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

Art. 73. A participação de que trata o artigo anterior não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, quando o empregador rural for pessoa jurídica, poderão ser deduzidas como despesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados por mais de duas vezes no mesmo ano agrícola.

§ 3º Os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados mantidos espontaneamente pelo empregador rural poderão ser deduzidos das obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4º Quando o empregador rural for pessoa jurídica, as participações de que trata este artigo serão tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos pagos no mês, como antecipação do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

§ 5º Caso decorra impasse da negociação relativa à participação nos lucros ou resultados da empresa rural, as partes poderão utilizar-se dos seguintes mecanismos de solução do litígio:

I _ mediação;

II _ arbitragem de ofertas finais.

§ 6º Considera-se arbitragem de ofertas finais aquela em que o árbitro deve restringir-se a optar pela proposta apresentada, em caráter definitivo, pelo em-

pregador rural ou pela apresentada pelos empregados ou seu sindicato.

§ 7º O mediador ou o árbitro será escolhido de comum acordo entre as partes.

§ 8º Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência unilateral de qualquer das partes.

§ 9º O laudo arbitral terá força normativa, independentemente de homologação judicial.

Art. 74. O empregador rural e os empregados poderão definir diretamente os critérios de participação dos resultados na safra, fixando os percentuais, desde que ajustem por escrito ou comuniquem a decisão ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e limitem as participações a duas por ano agrícola.

Art. 75. As comissões que já estiverem sendo pagas ao empregado a título de resultado na safra não poderão ser suprimidas, mas passarão automaticamente a reger-se pelas regras de participação de lucros ou resultados, não integrando os salários para efeitos contratuais ou legais.

SEÇÃO XVIII

Dos Trabalhadores Avulsos,

Temporários e Eventuais

Art. 76. Ficam assegurados aos trabalhadores rurais avulsos, temporários e eventuais os direitos previstos nesta lei.

§ 1º Os trabalhadores eventuais cujo período de trabalho não ultrapasse trinta dias receberão, juntamente com o valor da diária ou da produção, os seguintes direitos, proporcionais ao número de dias trabalhados:

I _ descanso semanal remunerado;

II _ décimo-terceiro salário;

III _ férias acrescidas de um terço;

IV _ importância equivalente aos depósitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V _ salário-família.

§ 2º Os direitos de que trata o parágrafo anterior, bem como outros eventualmente assegurados por convenção ou acordo coletivo, serão pagos diretamente ao empregado, contra recibo.

§ 3º O trabalhador eventual apresentará ao empregador rural Caderneta de Trabalho Eventual, emitida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, na qual o empregador rural anotará o período trabalhado e o seu nome, bem como discriminará os valores que foram pagos.

§ 4º No final do mês, o empregador rural elaborará folha de pagamento coletiva e recolherá apenas os encargos pertinentes à Previdência Social, em guia única, acrescidos tão-somente da alíquota do seguro de acidente do trabalho.

Art. 77. Os trabalhadores rurais avulsos, sindicalizados ou não, poderão ser recrutados pelos empregadores rurais nos sindicatos de trabalhadores rurais.

§ 1º Nas contratações efetuadas por meio de sindicatos de trabalhadores rurais, o empregador rural pagará ao sindicato e este repassará aos trabalhadores o que lhes couber e recolherá aos órgãos competentes os encargos sociais, sendo devidos em valor proporcional ao número de dias trabalhados, além dos salários, os seguintes direitos:

I _ repouso semanal remunerado;

II _ férias;

III _ décimo-terceiro salário;

IV _ importância equivalente ao valor dos depósitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço _ FGTS;

V _ demais encargos decorrentes do contrato.

§ 2º Os sindicatos de trabalhadores rurais poderão firmar contrato de trabalho com empregador rural para a contratação de trabalhadores rurais avulsos, garantidos os benefícios previstos nesta lei.

Art. 78. Contrato de trabalho temporário é aquele celebrado entre o empregador rural e pessoa física para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente daquele, a acréscimo extraordinário de serviços ou a suplementação de pessoal para término de safra.

§ 1º O contrato de trabalho temporário será formalizado para vigor por período de trinta dias, podendo ser prorrogado por igual prazo.

§ 2º Se o contrato de trabalho temporário tiver por finalidade a substituição de mulher grávida ou de trabalhador acidentado, ele se extingue com o retorno do empregado permanente, vigorando por prazo indeterminado as contratações que ultrapassarem dois anos de vigência.

§ 3º Ao trabalhador temporário serão assegurados os mesmos direitos do empregado rural naquilo que for compatível com o contrato temporário, que será regido supletivamente pelas normas do contrato de trabalho por prazo determinado.

§ 4º Quando houver fornecimento de mão-de-obra por intermédio de empresa rural de trabalho temporário, serão observadas subsidiariamente

te as normas constantes da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

SEÇÃO XIX

Do Agenciamento de Mão-de-Obra

Art. 79. O empregador rural poderá utilizar-se de agenciador de mão-de-obra, limitada essa contratação a um número máximo de cinquenta trabalhadores, quando a duração do trabalho a ser realizado não for superior a três meses e não for exigida qualificação especial dos trabalhadores contratados.

§ 1º O pagamento pelo serviço de agenciamento de mão-de-obra será de, no máximo, vinte por cento sobre a produção do trabalhador, vedada a incidência desse percentual sobre outras verbas salariais ou indenizatórias.

§ 2º O empregador rural procederá o pagamento dos trabalhos realizados ao agenciador, de acordo com a presente lei.

Art. 80. São obrigações do agenciador de trabalho rural:

I _ registrar os trabalhadores em seu próprio nome e respeitar as normas da legislação rural;

II _ recolher os encargos sociais na época devida e fornecer cópia dos recibos ao empregador;

III _ formalizar os pagamentos aos trabalhadores e entregar a cópia da folha de pagamento, respectivamente assinada, ao empregador;

IV _ repassar os valores recebidos do empregador rural aos trabalhadores, observadas as formalidades desta lei;

V _ contratar, antes de iniciar a atividade, seguro de vida em grupo, com indenização mínima de dez mil reais por trabalhador em caso de morte acidental no trabalho;

VI _ manter o número de trabalhadores requisitados pelo empregador rural.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no inciso V deste artigo implicará, em caso de morte acidental, em responsabilidade civil equivalente ao valor ali fixado, sem prejuízo das eventuais responsabilidades penais.

Art. 81. A contratação de terceiros para o transporte de trabalhadores rurais não exime o agenciador de mão-de-obra das responsabilidades civis, penais ou trabalhistas decorrentes de eventual acidente danoso aos trabalhadores.

Art. 82. O empregador poderá designar preposto que tenha poder de comando perante os trabalhadores que forem recrutados pelo agenciador.

Art. 83. São obrigações dos trabalhadores contratados por empregador de mão-de-obra:

I _ obedecer às ordens emanadas do preposto do empregador ou mesmo do agenciador;

II _ apresentar na contratação a Carteira de Trabalho e Previdência Social _ CTPS para registro, bem como a certidão de nascimento de filhos menores;

III _ usar os EPI que lhes forem fornecidos;

IV _ serem assíduos ao trabalho e manterem a disciplina.

Art. 84. O empregador rural é subsidiariamente responsável por todas as obrigações do agenciador perante os trabalhadores, podendo exercer direito regressivo contra aquele.

§ 1º Poderá o empregador, quando efetuar o pagamento, exigir que o agenciador apresente os documentos de quitação de encargos trabalhistas e sociais, relativos ao mês anterior, ou sempre que ocorrer rescisão contratual.

§ 2º Inexiste vínculo empregatício entre agenciadores de mão-de-obra e empregadores rurais, ainda que os serviços do agenciador sejam prestados com exclusividade.

SEÇÃO XX Da Sucessão

Art. 85. Em caso de transferência de título de propriedade ou do estabelecimento onde ocorreram as relações de trabalho, ainda que *causa mortis*, os ônus trabalhistas serão do sucessor, que poderá exercer direito regressivo contra o sucedido, limitando-se a responsabilidade desse ao período de gestão respectivo.

Parágrafo único. O proprietário do imóvel é responsável subsidiariamente pelas obrigações contratuais, perante o empregado rural, em caso de comprovada ausência de idoneidade econômica do tomador de serviços, nos contratos de parceria, de arrendamento, nominados ou de outros regidos pelo direito civil, sem prejuízo do direito regressivo.

SEÇÃO XXI Da Ação de Despejo e de Reintegração e dos Contratos Coligados

Art. 86. Ao término do contrato de trabalho, o empregado que ocupar imóvel residencial pertencente ao empregador rural será obrigado a desocupá-lo dentro de trinta dias, sob pena de despejo em caso de locação e de reintegração de posse em caso de comodato, independentemente de notificação, caracterizando-se o esbulho possessório a partir de tal data.

Parágrafo único. Conceder-se-á liminar para desocupação, em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária, se houver prova escrita da rescisão do contrato de trabalho e transcurso do prazo de trinta dias.

Art. 87. Havendo contrato coligado ou atípico entre as partes, ainda que haja dependência entre essas e o contrato de trabalho, o empregado que tiver seu contrato rescindido poderá concluir eventual colheita já iniciada, ressalvado o direito do empregador de indenizá-lo pelas perdas.

§ 1º O resultado da produção decorrente de um contrato não poderá ser considerado para compensar obrigações de outro.

§ 2º O resultado da produção decorrente de contrato coligado, dependente ou paralelo, não se integrará ao contrato de trabalho, mesmo àqueles em que são partes familiares do empregado.

SEÇÃO XXII Dos Sindicatos e das

Contribuições Sindicais

Art. 88. É vedada a criação de mais de uma organização sindical rural, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Art. 89. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais poderá instituir Contribuição Confederativa, conforme dispõe o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, em valor a ser definido em assembléia, o qual não poderá incidir sobre os valores pagos a título de décimo terceiro salário, de terço adicional de férias e demais verbas de caráter indenizatório.

§ 1º A Contribuição Confederativa será descontada na folha de pagamento dos empregados filiados ao Sindicato.

§ 2º A contribuição poderá ser descontada também dos empregados não filiados, desde que não haja oposição por escrito.

SEÇÃO XXIII Das Disposições Finais

Art. 90. Observadas as peculiaridades do trabalho rural, a ele se aplicam as leis, com suas alterações, relativas ao seguro-desemprego, previstas na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e à greve, disciplinada na Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, bem como as disposições relativas à segurança e medici-

na do trabalho, constantes das normas emitidas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE.

Art. 91. A ação trabalhista, quanto aos créditos decorrentes da relação de trabalho, terá o prazo prescricional de cinco anos, a partir da data do ingresso da ação, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra os menores de dezoito anos não corre nenhum prazo prescricional.

Art. 92. O empregador somente será responsabilizado subsidiariamente, em ação judicial perante a Justiça do Trabalho, quando integrar a lide já na fase de conhecimento do processo, devendo ser notificado para tanto, pena de renúncia, pelo empregado reclamante, ao direito de ação contra ele.

Art. 93. As cláusulas e condições do Acordo Coletivo prevalecerão sobre as da Convenção Coletiva.

Art. 94. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias.

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada expressamente a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

Justificação

A legislação relativa ao trabalho rural tem trazido inúmeros prejuízos sociais à Nação, a empregadores e a empregados rurais, como foi exaustivamente demonstrado por Dirceu Galdino em **"Repensando o Direito do Trabalho Rural"** (Maringá: Albatroz, 1996). Paradoxalmente, a Lei nº 5.889/73 conseguiu prejudicar todas as partes interessadas. E isso ocorreu porque as normas rígidas dessa legislação não atentam para a realidade do meio rural e não se adaptam às diversas variações no contexto produtivo, climático e geográfico em que se desenvolve a atividade rural.

Realmente, não se trata de uma matéria de fácil disciplina. As dimensões continentais do País, as diversidades culturais e sociais, além das variações de contexto territorial, de flora e da fauna, criam relações trabalhistas e práticas difíceis de serem englobadas num contexto normativo. No entanto, a grandiosidade do número de variáveis não nos pode intimidar. Essa iniciativa quer representar um marco inicial, a partir do qual todo o nosso ordenamento trabalhista rural possa ser reconstruído.

Procuramos adequar a lei à realidade rural, reconhecendo as diferenças existentes entre os meios urbanos e rurais. Buscamos o conhecimento empírico do comportamento campesino e dos costumes enraizados nas pequenas comunidades, nas quais as ativi-

dades primárias são exercidas. Assim, acreditamos preservar o que de positivo há e inserir normas para um futuro de produtividade e harmonia. Não nos esquecemos, tampouco, da situação dos trabalhadores na silvicultura e procuramos disciplinar de forma diferente situações diferenciadas.

A partir da existência de regras mais claras para disciplinar as relações de emprego no meio rural, acreditamos que a segurança jurídica presente nas relações sociais tende a aumentar nesse meio. É preciso reduzir a resistência à formalização dos contratos, decorrente, muitas vezes, do desconhecimento das normas e das dificuldades enfrentadas por empregadores e empregados, para cumprir com exigências mais adequadas às relações mantidas no meio urbano.

Além disso, a presença crescente da tecnologia e as mudanças nos modos de produção têm trazido inúmeros fatos novos ao contexto econômico rural. É preciso dar flexibilidade aos contratos de trabalho rural, atentar para a ocorrência de contratos paralelos e atividades mistas, nas quais a indústria, o comércio e a agropecuária aparecem interligados, permitindo o deslocamento da mão-de-obra entre diversos meios e modos de produção. Em grande parte, essa flexibilidade só será possível por meio de negociações coletivas. Mas, em muitos aspectos, a existência de uma legislação mais atualizada pode colaborar bastante.

Esse projeto encaminha diversas mudanças, com reflexos nos valores humanos e com objetivos econômicos e sociais amplos. Com a sua aprovação será possível aumentar a produtividade nas propriedades rurais, sem que os encargos sociais tornem-se mais pesados. Ele certamente propiciará uma melhoria na qualidade de vida do trabalhador retendo o homem no campo. Além disso, a iniciativa prevê mecanismos que harmonizem o relacionamento entre capital e trabalho, fazendo com que trabalhadores e empregadores sejam parceiros nos empreendimentos. Finalmente, como resultado esperado haverá, com certeza, maior produção em âmbito nacional.

Com essas finalidades, o presente projeto oferece um leque de opções para a jornada de trabalho e formas de pagamento dos empregados, permitindo maior produção individual e maior rendimento da propriedade. Estão previstas, também, múltiplas formas de contratação de empregados, inclusive de "bóias-frias", oferecendo plenas condições para evitar que haja o trabalho informal. Ainda mais, a proposição pretende incentivar a concessão de benefícios assistenciais pelo empregador rural ao empregado, o

que servirá de estímulo à manutenção, no tempo, dos contratos de trabalho rural.

Em suma, estamos propugnando por maior justiça social no campo, e esta só será obtida com melhoria na qualidade de vida do trabalhador rural, aumento na produtividade dos empreendimentos agropecuários e retomada do desenvolvimento do País, condição fundamental para que sejam oferecidos mais empregos e a rede de proteção social possa ser mantida e ampliada.

Por todas essas relevantes razões, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para uma rápida tramitação da matéria e para o aperfeiçoamento dos dispositivos que constam da proposição.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2000. _
Osmar Dias, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta;

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzida na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943. _ 122ª da Independência e 55ª da República. _ **GETÚLIO VARGAS**, Alexandre Marcondes Filho.

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I _ despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 13;

II _ extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III _ aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV _ falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V _ pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação;

VI _ liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII _ pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII _ quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;

IX _ extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X _ suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do flindo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

Constituição Federal de 1988

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I _ a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II _ é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município;

III _ ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV _ a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V _ ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI _ é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII _ o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII _ é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974

Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É instituído o regime de trabalho temporário, nas condições estabelecidas na presente lei.

Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços.

Art. 3º É reconhecida a atividade da empresa de trabalho temporário que passa a integrar o plano básico do enquadramento sindical a que se refere o art. 577, da Consolidação da leis do Trabalho.

Art. 4º Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.

Art. 5º O funcionamento da empresa de trabalho temporário dependerá de registro no Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 6º O pedido de registro para funcionar deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de constituição da firma e de nacionalidade brasileira de seus sócios, com o competente registro na Junta Comercial da localidade em que tenha sede;

b) prova de possuir capital social de no mínimo quinhentas vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País;

c) prova de entrega da relação de trabalhadores a que se refere o art. 360, da Consolidação as Leis do Trabalho, bem como apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pelo Instituto Nacional de Previdência Social;

d) prova de recolhimento da Contribuição Sindical;

e) prova da propriedade do imóvel-sede ou recibo referente ao último mês, relativo ao contrato de locação;

f) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. No caso de mudança de sede ou de abertura de filiais, agências ou escritórios é dispensada a apresentação dos documentos de que trata este artigo, exigindo-se, no entanto, o encaminhamento prévio ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra de comunicação por escrito, com justificativa e endereço da nova sede ou das unidades operacionais da empresa.

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º Esta lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Do Programa de Seguro-Desemprego

Art 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I _ prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa;

II _ auxiliar os trabalhadores requerentes ao seguro-desemprego na busca de novo emprego, podendo para esse efeito, promover a sua reciclagem profissional.

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I _ ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II _ ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III _ não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV _ não estar em gozo do auxílio-desemprego;

V _ não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Art. 4º benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta lei, à exceção do seu inciso II.

Art. 5º valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I _ até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II _ de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III _ acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente converti-

dos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I _ o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II _ o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 6º O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I _ admissão do trabalhador em novo emprego;

II _ início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III _ início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado:

I _ pela recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anterior;

II _ por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III _ por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego;

IV _ por morte do segurado.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

Do Abono Salarial

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I _ tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS), ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período

trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II _ estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

Do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I _ o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II _ o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III _ a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV _ o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal.

V _ outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 12. (Vetado).

Art. 13. (Vetado).

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao

Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT.

Parágrafo único. Sobre o saldo de recursos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária.

Art. 16. No que alude ao recolhimento das contribuições ao PIS e ao Pasep, observar-se-á o seguinte:

I _ os contribuintes deverão recolher as contribuições aos agentes arrecadadores nos prazos e condições estabelecidas na legislação em vigor;

II _ os agentes arrecadadores deverão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, repassar os recursos ao Tesouro Nacional;

III _ (Vetado).

Art. 17. As contribuições ao PIS e ao Pasep serão arrecadadas pela Caixa Econômica Federal, mediante instrumento próprio, de conformidade com normas e procedimentos a serem definidos pelos gestores do FAT

Gestão

Art. 18. É instituído o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), composto de 9 (nove) membros e respectivos suplentes, assim definidos:

I _ 3 (três) representantes dos trabalhadores;

II _ 3 (três) representantes dos empregadores;

III _ 1 (um) representante do Ministério do Trabalho;

IV _ 1 (um) representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V _ 1 (um) representante do BNDES.

§ 1º O mandato de cada Conselheiro é de 3 (três) anos.

§ 2º Na primeira investidura, observar-se-á o seguinte:

I _ 1/3 (um terço) dos representantes referidos nos incisos 1 e II do **caput** deste artigo será designado com mandato de 1 (um) ano; 1/3 (um terço), com mandato de 2 (dois) anos e 1/3 (um terço), com mandato de 3 (três) anos;

II _ o representante do Ministério do Trabalho será designado com o mandato de 3 (três) anos; o representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, com o mandato de 2 (dois) anos; o representante do BNDES, com o mandato de 1 (um) ano. § 3º Os representantes dos trabalhadores serão indicados pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores; e os representantes dos empregadores, pelas respectivas confederações.

§ 4º Compete ao Ministro do Trabalho a nomeação dos membros do Codefat.

§ 5º A Presidência do Conselho Deliberativo, anualmente renovada, será rotativa entre os seus membros.

§ 6º Pela atividade exercida no Codefat seus membros não serão remunerados.

Art. 19. Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

I _ (Vetado).

II _ aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial e os respectivos orçamentos;

III _ deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;

IV _ elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações;

V _ propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro-desemprego e ao abono salarial e regulamentar os dispositivos desta lei no âmbito de sua competência;

VI _ decidir sobre sua própria organização, elaborando seu regimento interno;

VII _ analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados;

VIII _ fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

IX _ definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração daqueles referidos nesta lei;

X _ baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas;

XI _ propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT;

XII _ (Vetado);

XIII _ (Vetado);

XIV _ fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possibilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias;

XV _ (Vetado);

XVI _ (Vetado);

XVII _ deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

Art. 20. A Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo será exercida pelo Ministério do Trabalho, e a ela caberão as tarefas técnico-administrativas relativas ao seguro-desemprego e abono salarial.

Art. 21. As despesas com a implantação, administração e operação do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT.

Art. 22. Os recursos do FAT integrarão o orçamento da seguridade social na forma da legislação pertinente.

Da Fiscalização e Penalidades

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial.

Art. 24. Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 25. O empregador que infringir os dispositivos desta lei estará sujeito a multas de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) BTN, segundo a natureza da infração, sua extensão e intenção do infrator, a serem aplicadas em dobro, no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º Serão competentes para impor as penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos desta lei.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. (Vetado).

Art. 27. A primeira investidura do Codefat dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei.

Art. 28. No prazo de 30 (trinta) dias, as contribuições ao PIS e ao Pasep arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal serão recolhidas à Carteira do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial (CSA), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 29. Os recursos do PIS/Pasep repassados ao BNDES, em decorrência do § 1º do art. 239 da Constituição Federal, antes da vigência desta lei, integrarão a Carteira de Desenvolvimento Econômico (CDE), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assegurados correção monetária pela variação do

IPC e juros de 5% a.a. (cinco por cento ao ano), calculados sobre o saldo médio diário.

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias e apresentará projeto de lei regulamentando a contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 40 do art. 239 da Constituição Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de janeiro de 1990; 169ª da Independência e 102ª da República.

JOSÉ SARNEY, Mailson Ferreira da Nóbrega, Dorothea Werneck, Jáder Fontenelle Barbalho,

LEI Nº 7.783, DE 1989

Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta lei.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.

Parágrafo único. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

§ 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quorum para

a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.

§ 2º Na falta de entidade sindical, a assembléia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no **caput**, constituindo comissão de negociação.

Art. 5º A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I _ o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II _ a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

Art. 7º Observadas as condições previstas nesta lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14.

Art. 8º A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

Art. 9º Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das ativi-

dades da empresa quando da cessação do movimento.

Parágrafo único. Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo.

Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:

I _ tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II _ assistência médica e hospitalar;

III _ distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV _ funerários;

V _ transporte coletivo;

VI _ captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII _ telecomunicações;

VIII _ guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX _ processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X _ controle de tráfego aéreo;

XI _ compensação bancária.

Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Art. 12. No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

Art. 13. Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

Art. 14. Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I _ tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II _ seja motivada pela superveniência de fatos novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

Art. 15. A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.

Parágrafo único. Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

Art. 16. Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

Art. 17. Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados **lockout**.

Parágrafo único. A prática referida no **caput** assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

Art. 18. Ficam revogados a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, o Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, e demais disposições em contrário.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1989; 168ª da Independência e 101ª da República.

JOSÉ SARNEY

Oscar Dias Corrêa

Dorothea Wemeck

LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973

Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As relações de trabalho rural serão reguladas por esta lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. Observadas as peculiaridades do trabalho rural, a ele também se aplicam as Leis nºs: 605, de 5 de janeiro de 1949; 4.090, de 13 de julho de 1962; 4.725, de 13 de julho de 1965, com as alterações da Lei nº 4.903, de 16 de dezembro de 1965 e os Decretos-leis nºs 15, de 29 de julho de 1966; 17, de 22 de agosto de 1966 e 368, de 19 de dezembro de 1968.

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 3º Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por meio de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º Inclui-se na atividade econômica, referida no **caput** deste artigo, a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão, responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

Art. 5º Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

Art. 6º Nos serviços, caracteristicamente intermitentes, não serão computados, como de efetivo exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º Para os efeitos desta lei, considera-se trabalho noturno executado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as vinte horas de um dia e as quatro horas

do dia seguinte, na atividade pecuária. Parágrafo único. Todo trabalho noturno será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração normal.

Art. 8º Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno.

Art. 9º Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário-mínimo:

a) até o limite de 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada;

b) até 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região;

c) adiantamentos em dinheiro.

§ 1º As deduções acima especificadas deverão ser previamente autorizadas, sem o que serão nulas de pleno direito.

§ 2º Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o desconto, previsto na letra a deste artigo, será dividido proporcionalmente ao número de empregados, vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

§ 3º Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a desocupar a casa dentro de trinta dias.

§ 4º O Regulamento desta lei especificará os tipos de morada para fins de educação.

Art. 10. A prescrição dos direitos assegurados por esta lei aos trabalhadores rurais só ocorrerá após dois anos de cessação do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra o menor de dezoito anos não corre qualquer prescrição.

Art. 11. Ao empregado rural maior de dezesseis anos é assegurado o salário-mínimo igual ao do empregado adulto.

Parágrafo único. Ao empregado menor de dezesseis anos é assegurado salário-mínimo fixado em valor correspondente à metade do salário-mínimo estabelecido para o adulto.

Art. 12. Nas regiões em que se adota a plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a cargo do empregado rural, quando autorizada ou permitida, será objeto de contrato em separado.

Parágrafo único. Embora devendo integrar o resultado anual a que tiver direito o empregado rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte correspondente ao salário-mínimo na remuneração geral do empregado, durante o ano agrícola.

Art. 13. Nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 14. Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.

Art. 15. Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.

Art. 16. Toda propriedade rural, que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar.

Parágrafo único. A matrícula da população em idade escolar será obrigatória sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pela crianças.

Art. 17. As normas da presente lei são aplicáveis, no que couber, aos trabalhadores rurais não compreendidos na definição do artigo 2º, que prestem serviços a empregador rural.

Art. 18. As infrações aos dispositivos desta lei e aos da Consolidação das Leis do Trabalho, salvo as do Título IV, Capítulos 1, 111, 1V, VIII e IX, serão punidas com multa de 1/10 (um décimo) a 10 (dez) salários-mínimos regionais, segundo a natureza da infração e sua gravidade, aplicada em dobro, nos casos de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º A falta de registro de empregados ou o seu registro em livros ou fichas não rubricadas e legalizadas, na forma do artigo 42, da Consolidação das Leis do Trabalho, sujeitará a empresa infratora à multa de 1 (um) salário-mínimo regional por empregado em situação irregular.

§ 2º Tratando-se de infrator primário, a penalidade, prevista neste artigo, não excederá de 4 (quatro) salários-mínimos regionais.

§ 3º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de acordo com o disposto no Título VII, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 19. O enquadramento e a contribuição sindical rurais continuam regidos pela legislação ora em vigor; o seguro social e o seguro contra acidente do trabalho rurais serão regulados por lei especial.

Art. 20. Lei especial disporá sobre a aplicação ao trabalhador rural, no que couber, do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e o Decreto-Lei nº 761, de 14 de agosto de 1969.

Brasília, 8 de junho de 1973; 152ª da Independência e 850 da República.

Emílio G. Médici

Júlio Barata

LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973

Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.

(Publicado no **Diário Oficial** _ Seção 1 _ Parte 1 _ de 11 de junho de 1973).

RETIFICAÇÃO

Na página 5586, 2ª coluna, no § 4º do art. 9º,

ONDE SE LÊ:

especificará os tipos de morada para fins de educação.

LEIA-SE:

especificará os tipos de morada para fins de educação.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 55, promulgo o seguinte:

§ 1º da Constituição, e eu, Paulo Torres, Presidente do Senado Federal,

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a última decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os projetos de lei do Senado que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 57, de 2000, que estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências, ficará perante a Mesa durante cinco

dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há poucos dias fomos surpreendidos por notícias veiculadas inicialmente pelo jornal **O Globo** (25-5-00), dando conta de que “a União Européia (UE) fechará com o Brasil um acordo que prevê o fim das restrições às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, o comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, propôs ao Brasil um acordo sobre pesca”. A notícia adianta que “em troca da flexibilização das barreiras sanitárias a produtos brasileiros, o Brasil está disposto a aceitar um acordo de pesca, que permitiria a barcos europeus pescar em águas brasileiras”. Segundo **O Globo**, “o acordo de pesca seria bilateral, permitindo a barcos brasileiros a pesca do salmão ou da cavala em águas européias”.

Consta na mesma matéria jornalística o anúncio por parte do Ministro da Agricultura brasileira de que, já em setembro, uma comissão técnica mista vai se reunir para traçar o formato do novo acordo.

No mesmo dia 25 de maio, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, concedeu entrevista à Rádio CBN na qual teria confirmado o acordo, revelando o avançado estágio das negociações com a União Européia para a sua efetivação. As mesmas informações constaram do noticiário da Voz do Brasil, também na edição do dia 25 de maio.

Preocupa-nos, Senhoras e Senhores Senadores, a forma sorrateira e ao mesmo tempo açodada com que o Governo brasileiro trata de questões de tamanha importância e que envolve grande complexidade. Vale ressaltar que a notícia veiculada pelo jornal **O Globo**, foi dada a partir de um correspondente de Bruxelas, na ocasião em que o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes estava na Europa, participando da reunião da Organização Internacional de Epizootias – OIE, quando foi tomada importante decisão para o Brasil sobre o reconhecimento como área livre de febre aftosa com vacinação no Circuito Pecuário do Centro-Oeste Brasileiro, abrangendo ainda os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Já eram consideradas áreas livres, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Esta, de fato foi uma conquista importante. Estas regiões abrigam o maior percentual do rebanho bovino brasileiro. Esse resultado favorece a produção brasileira, abre a possibilidade de novos mercados, especialmente no exterior e, também importante, estimula que as outras regiões do País, Norte e Nordeste, intensifiquem os trabalhos de combate à febre aftosa. Sou testemunha do grande esforço que está ocorrendo no meu Estado.

Essa boa notícia e a possibilidade de que a carne brasileira possa estar conquistando novos mercados no primeiro mundo, especialmente a Europa, não pode, no entanto, justificar a abertura da costa marítima brasileira para a pesca por navios europeus.

Possuímos uma costa marítima imensa além de grandes rios e lagos. Portanto, um potencial pesqueiro, ainda imensurável. Estamos num momento em que a indústria pesqueira brasileira, através dos setores empresariais e também dos pescadores artesanais cobram do Governo, uma maior definição política para o setor. Eu mesmo já me pronunciei aqui por várias vezes sobre a necessidade da formulação de uma política condizente para o setor. Queremos a criação de no mínimo uma Secretaria da Pesca, vinculada ao Ministério da Agricultura e que congregue e harmonize as ações para o setor pesqueiro no País. Ainda na semana passada ocorreu uma audiência pública na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, a esse respeito.

Temos um potencial enorme de produção pesqueira, tanto para o consumo interno como para a exportação. Num País que ainda se convive com tanta desnutrição, ampliar a produção do pescado e torná-lo acessível à maior parcela da população, seria estratégico, considerando especialmente que o peixe é um alimento riquíssimo em nutrientes básicos.

Então, nesse momento que o setor pesqueiro nacional cobra do Governo uma política melhor definida para o setor, os Ministros da Agricultura e das Relações Exteriores vêm defender a permissão de que barcos europeus venham pescar em águas brasileiras, me parece um contra-senso. É preciso que se explique e que se reveja tal atitude.

É louvável a tentativa de forçar a abertura e ampliação do mercado europeu para os produtos agropecuários brasileiros, mas não em detrimento de outro setor importante para a vida e para a economia brasileira.

Com essa atitude, o Governo está, no mínimo, simplificando uma questão demasiadamente complexa. Desde o fracasso das negociações registrado na

rodada de **Seattle** (EUA) no ano passado, quando firmou-se a opinião de que os principais prejudicados foram os países em desenvolvimento, o panorama do comércio internacional vem se agravando visivelmente, ao sabor das exigências crescentes das grandes potências.

Em fevereiro deste ano, em Bangcoc foram fracassadas também as negociações contra barreiras comerciais, golpeando a esperança de que a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) conciliasse interesses de parceiros do comércio global.

Representantes dos países industrializados recusaram-se, naquele momento, a negociar questões específicas sobre comércio mundial e ressaltaram que o documento final do encontro não poderia conter nenhum compromisso explícito de abertura dos mercados ricos aos países pobres.

Depois do fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, esperava-se que a conferência da ONU recolocasse nos trilhos as negociações por novas regras para o comércio internacional e abertura de mercados. O que não aconteceu.

O Governo brasileiro sabe que é insaciável o apetite de mercado das maiores potências mundiais. Sem um profundo debate com a sociedade, o governo brasileiro deve se acautelar diante da possibilidade de liberação da pesca no mar territorial brasileiro. Concessão dessa magnitude não é elemento passível de integrar qualquer acordo – de flexibilização de barreiras sanitárias ou qualquer outro – destinado a facilitar o fluxo das exportações brasileiras, agropecuária ou de qualquer origem.

Para finalizar, gostaria de lembrar que uma decisão com tal impacto, situa-se entre as prerrogativas do Congresso Nacional, inclusive por suas consequências econômicas.

A Constituição Federal, em seu Artigo 49 Inciso I, é precisa ao definir como:

"competência exclusiva do Congresso Nacional", a responsabilidade de "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

Portanto, se o governo brasileiro insistir em negociar com a Comunidade Européia na forma como está se configurando, não hesitaremos em exigir o cumprimento daquilo que determina a Constituição

Federal. Vale lembrar que neste particular a Constituição não tem sido considerada com o devido rigor pelo Poder Executivo.

Para melhor esclarecimento desse assunto estou apresentando dois requerimentos de informação. O primeiro, dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Luiz Felipe Lampreia e o outro, ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes, para que ambos informem ao Senado Federal sobre o andamento e os termos de tal negociação.

Era o que tinha a dizer.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº , DE 2000

(Do Sr. Ademir Andrade)

Senhor Presidente,

Solicita informações ao Exmo. Sr. ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, acerca de conversações com a União Européia em relação ao fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceitação de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, informações detalhadas acerca das discussões que estão ocorrendo junto à União Européia que prevê o fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceitação de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.

Desta forma é que solicitamos respostas às seguintes questões:

Qual é o atual estágio das discussões e quando elas tiveram início?

Quem são os agentes brasileiros que participam dessas conversações?

Quais são as expectativas do governo brasileiros em relação a essas negociações?

Qual é a posição oficial do governo brasileiro nessas conversações e sobre o referido acordo?

No caso de se estabelecer um acordo entre o Brasil e a Comunidade Européia, o Governo Federal remeterá automaticamente o mesmo para a apreciação do Congresso Nacional?

Justificação

Considerando as notícias provenientes de Bruxelas, publicadas pelo jornal O Globo (25-5-00), "a União Européia (UE) fechará com o Brasil um acordo que prevê o fim das restrições às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, o comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, propôs ao Brasil um acordo sobre pesca". A notícia adianta que "em troca da flexibilização das barreiras sanitárias a produtos brasileiros, Lamy disse que o Brasil está disposto a aceitar um acordo de pesca, que permitiria a barcos europeus pescar em águas brasileiras". Segundo O Globo, "o acordo de pesca seria bilateral, permitindo a barcos brasileiros a pesca do salmão ou da cavala em águas europeias".

No mesmo dia, o Sr. ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, concedeu entrevista à Rádio CBN na qual teria confirmado o acordo, revelando o avançado estágio das negociações com a União Européia para a sua efetivação. As mesmas informações constaram do noticiário da Voz do Brasil, também na edição do dia 25 de maio.

Por tratar de assunto complexo e de grande interesse comercial e de soberania da Nação brasileira, entendemos como de fundamental importância o Senado Federal da República estar informado e participando, desde os estágios preliminares, dessa discussão.

Sala das Sessões, em de junho 2000. – Senador
ADEMIR ANDRADE.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº , DE 2000

(Do Sr. Ademir Andrade)

Senhor Presidente,

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, acerca de conversações com União Européia em relação ao fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceita-

ção de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moares, informações detalhadas acerca das discussões que estão ocorrendo junto à União Européia que prevê o fim das restrições sanitárias às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, a aceitação de um acordo bilateral que permite a pesca em águas brasileiras por barcos europeus.

Desta forma é que solicitamos respostas às seguintes questões:

Qual é o atual estágio das discussões e quando elas tiveram início?

Quem são os agentes brasileiros que participam dessas conversações? Quando ocorreram novas conversações?

Quais são as condicionantes apresentadas pela Comunidade Européia ou por seus representantes?

Qual é a posição oficial do governo brasileiro nessas conversações e sobre o referido acordo de pesca?

Quais são os termos desse acordo de pesca, ainda que em forma preliminares?

Justificação

Considerando as notícias provenientes de Bruxelas, publicadas pelo jornal O Globo (25/05/2000), "a União Européia (UE) fechará com o Brasil um acordo que prevê o fim das restrições às exportações dos produtos agropecuários brasileiros e, em contrapartida, o comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, propôs ao Brasil um acordo sobre pesca". A notícia adianta que "em troca da flexibilização das barreiras sanitárias a produtos brasileiros, Lamy disse que o Brasil está disposto a aceitar um acordo de pesca, que permitiria a barcos europeus pescar em águas brasileiras". Segundo O Globo, "o acordo de pesca seria bilateral, permitindo a barcos brasileiros a pesca do salmão ou da cavala em águas européias". A matéria jornalística noticia ainda, que o Ministro da Agricultura Pratini de Mora-

es anunciou uma nova rodada de conversações para o mês de setembro.

O Sr. ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, concedeu entrevista à Rádio CBN na qual teria confirmado o acordo, revelando o avançado estágio das negociações com a União Européia para a sua efetivação. As mesmas informações constaram do noticiário da Voz do Brasil, também na edição do dia 25 de maio.

Por tratar-se de assunto complexo e de grande interesse comercial e de soberania da Nação brasileira, entendemos como de fundamental importância o Senado Federal da República estar informado e participando, desde os estágios preliminares, dessa discussão.

Sala das Sessões, em de junho 2000. – Senador **ADEMIR ANDRADE**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 13, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15h30min

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 11, DE 2000

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal (preenchimento do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União), tendo

Parecer favorável, sob nº 559, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 116, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1995 (nº 41/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Correio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.130, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Agnelo Alves, com abstenções das Senadoras Heloísa Helena e Marina Silva e dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 193, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 1999 (nº 69/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.131, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com votos contrários das Senadoras Marina Silva e Heloísa Helena, do Senador Geraldo Cândido, e abstenção do Senador Jefferson Peres.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2000 (nº 235/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997, tendo

Parecer favorável, sob nº 399, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Alberto Souza.

- 5 -

MENSAGEM Nº 102, DE 2000
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 102, de 2000 (nº 511/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Joaquim Augusto*

Whitaker Salles, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente, com a função de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

- 6 -

MENSAGEM Nº 115, DE 2000
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon, sobre a Mensagem nº 115, de 2000 (nº 668/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Francisco Thompson Flôres Netto*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial do Serviço Exterior, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

- 7 -

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 291, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 100 e 417, de 1999, 70, 87 e 143, de 2000, por regularem a mesma matéria.

- 8 -

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 302, de 2000, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999 (nº 501/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, para aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da Rádio supracitada.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.*)

(OS. 14842/00)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

AVISO

O Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa, lembra que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convocou, durante a reunião do Conselho realizada em 31 de maio último, reunião desse Órgão para o dia 14 de junho do corrente ano, quarta-feira, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Parecer do Senador Jefferson Peres, Relator da Representação nº 02, de 1999

Brasília, 2 de junho de 2000

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

EMENDAS

- (*) EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1963-19, ADOTADA EM 26 DE MAIO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL, CONSOLIDA E ATUALIZA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO ASSUNTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado AYRTON XEREZ.....	013.
Deputado BISPO WANDERVAL.....	014.

SACM

TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS:	012
TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS:	002
TOTAL DE EMENDAS	014

MP 1.963-19**000013**

COMISSÃO MISTA DESTINADA A ANALISAR E PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1963-19, DE 26 DE MAIO DE 2000, QUE "DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL, CONSOLIDA E ATUALIZA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO ASSUNTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 5º, bem como seu parágrafo único, da Medida Provisória n.º 1.963-19, de 27 de maio de 2000.

Justificação

O objeto dessa MP é dispor acerca da administração de recursos de caixa do Tesouro Nacional

Ocorre que o art. 5º estatui a possibilidade de capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Ora, isso significa que a rede bancária nacional pode efetuar cobrança, nas operações de prazo inferior a um ano, de juros sobre juros, assunto que efetivamente não diz respeito à matéria disciplinada na MP.

Creio que é patente a distinção de assuntos, pois, enquanto a Medida Provisória tem por fim traçar regras referentes basicamente à administração de recursos de caixa do Tesouro Nacional, o art. 5º dessa mesma MP, que pode ser chamado de "dispositivo pirata", prevê a possibilidade de capitalização de juros, nas operações financeiras.

Isso, por si só, basta para que se proceda à supressão do art. 5º, uma vez que a Lei Complementar nº 95/98, que disciplina a elaboração das leis (inclusive medidas provisórias), proíbe, em seu art. 7º, II, que o texto normativo contenha matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Logo, a subsistência do art. 5º na MP 1.963-19/2000 consubstancia uma ilegalidade, pois viola a LC 95/98.

A ilegalidade patenteia-se, ainda, pela violação de normas regimentais, tanto da Câmara, como também do Senado.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados determina que nenhuma proposição pode conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa, ou dele decorrente (art. 100, § 3º); determina ainda que cada projeto contenha apenas a enunciação da vontade legislativa, sob pena de devolução ou de desmembramento, a fim de que a matéria estranha constitua proposição diversa, ou de devolução da proposição ao autor (art. 111, § 2º; art. 57, III; art. 137, § 1º).

O Regimento Interno do Senado Federal, a seu turno, inadmite emendas cujo teor seja estranha ao objeto da proposição considerada.

Além disso, não se deve olvidar que, em 1916, uma delegação brasileira participou de conferência internacional, realizada na Suíça, cujo objetivo era estabelecer critérios, a serem respeitados por cada país participante, de fixação de taxas de juros. Ficou então acordado, e a delegação brasileira aprovou o acordo, que o teto anual seria de 12%.

Somente em 1933 esse tratado veio a ser aprovado pelo Congresso Nacional, consubstanciando o que veio a ser denominado de "Lei da Usura".

Não se vislumbra uma razão aceitável para que, sorrateiramente, mediante a inclusão do referido "dispositivo pirata", o Executivo venha a usurpar a atividade própria do Poder Legislativo, e, sob a alegação de que se trata de matéria "urgente e relevante", edite uma Medida Provisória revogadora da Lei da Usura. É uma situação que, francamente, denota uma "fraude legislativa".

E, afinal, a Constituição de 1988 consagra, no seu art. 192, § 3º, a regra segundo a qual as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

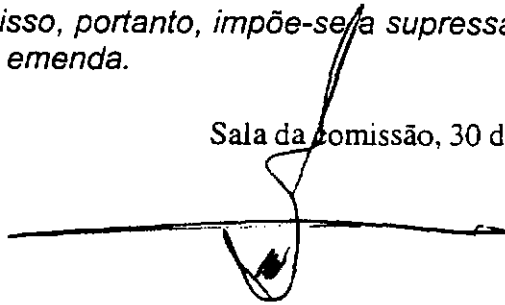
Assim delineada a regra constitucional do art. 192, § 3º, creio que o art. 5º da MP 1.963-18/2000 é, além de ilegal, inconstitucional.

Na medida em que se permite, como o faz o art. 5º da MP em alusão, a capitalização de juros, abre-se oportunidade para as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional superarem o limite fixado em 12 %, pelo art. 192 da Carta Magna.

Nem se argumente que o art. 192 carece de regulamentação, pois, qualquer que seja ela, jamais poderá ignorar que as taxas de juros reais não poderão ser superiores a 12% ao ano. Afirme-se mesmo que, quanto a esse particular, isto é, quanto ao limite de 12 %, o art. 192 já é auto-aplicável, impondo-se a todos a sua observância.

Em razão disso, portanto, impõe-se a supressão do art. 5º, mediante a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2000.



Deputado AYRTON XEREZ
PPS/RJ

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.963-19

000014

DATA 29/05/2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.963-19			
AUTOR Deputado Bispo Wandervai			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PAGINA	ARTIGO 5º	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória nº 1.963-19, de 26 de maio de 2000.

Justificação

A Medida Provisória nº 1.963-19 dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Entretanto, na sua décima sétima reedição o Governo incluiu no texto o art. 5º que permite aos bancos privados cobrar juros sobre juros, com periodicidade inferior a um ano, em suas operações de crédito.

O fato de se tratar de uma matéria totalmente estranha ao tema da Medida Provisória seria, por si, motivo suficiente para justificar sua exclusão mas, além disso, entendemos que o art. 5º não se reveste dos requisitos constitucionais de urgência e relevância exigidos para utilização desse instrumento pelo Poder Executivo.

Não é razoável argumentar que mudanças nas atuais regras de capitalização de juros, vigentes desde 1933 com a Lei da Usura, adquiriram caráter tão inadiável que não possam ser realizadas através de projeto de lei, com ampla discussão nesta Casa. Por outro lado, embora seja possível compreender a relevância da matéria, esse seria mais um motivo a recomendar seu debate pelos segmentos organizados da sociedade brasileira.

Assim, entendemos que o art. 5º deva ser retirado do texto da Medida Provisória e, caso o Poder Executivo entenda que essa é de fato uma modificação necessária nas regras do sistema financeiro nacional, que encaminhe o assunto no âmbito da regulamentação do art. 192 da Constituição Federal.

ASSINATURA

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265
311-4552

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)

CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)

HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: (3515)
	CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3246/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG-PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	6. ALVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3036/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jraco@senado.gov.br

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDÉS (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraco@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 08/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4066
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4346/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3196
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTÔNIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3208/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes da Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3208/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julloric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA MAGUITO VILELA	RS- 1207/1607 GO- 3149/50	1- AGNELO ALVES 2- GERSON CAMATA	2461/67 3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

IOES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121

E: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4082	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3208/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTONIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2256			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX	
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621	
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191	
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470	
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5980	318 2960	

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
Http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



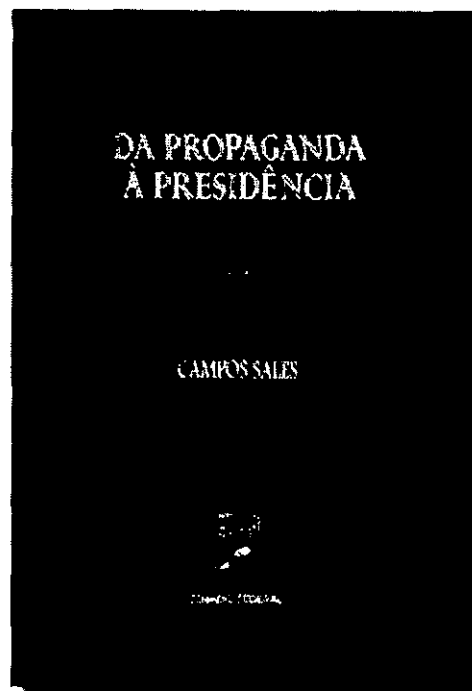
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

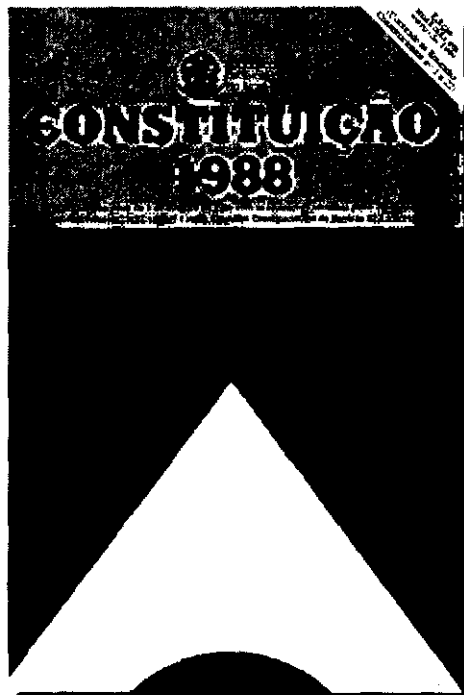


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS